



Nota da Comissão Política **Promessas não calam protesto**

Pág. 3



O Partido e a intervenção política dos intelectuais

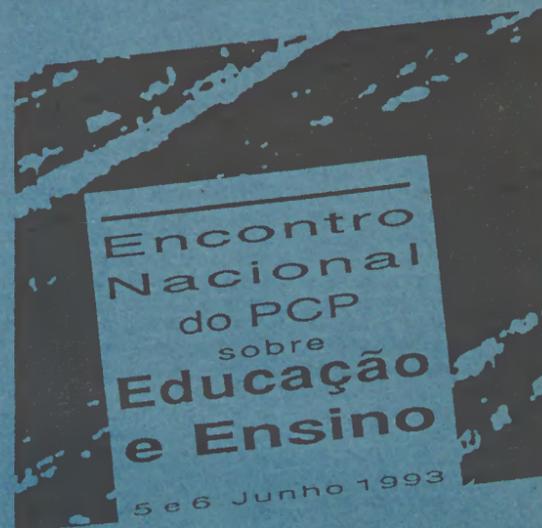
— artigo
de Edgar Correia

Pág. 18



A manifestação foi assim!

Pág. 4



Uma escola pública para o desenvolvimento

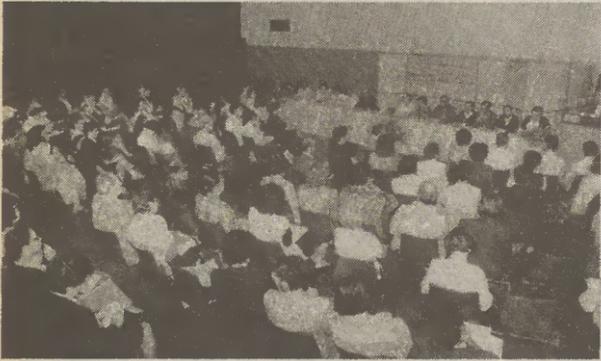
Pág. 17



Intelectuais, hoje. Um escrito na ocasião

— artigo de
Barata Moura

Págs. 20 e 21



Realiza-se em Lisboa o Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e o Ensino

RESUMO

2 Quarta-feira

O PCP indica os nomes dos seus representantes no Conselho de Opinião da RTP ■ Na Assembleia da República, e durante a discussão do seu próprio projecto de lei, o Partido Ecologista «Os Verdes» acusa o Governo de Cavaco Silva de se submeter ao Governo de Madrid no que toca à gestão dos recursos hídricos dos dois países ■ Segundo comunicado do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, análises feitas já em 23 de Março deste ano aos níveis de alumínio da unidade de hemodiálise do Hospital de Évora provavam que as membranas não funcionavam bem ■ Prossegue em Dublin a visita oficial do Presidente da República à Irlanda ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade o prolongamento do mandato da UNAVEM, em Angola, responsabilizando a UNITA pelo fracasso das negociações de Abidjan ■ Multiplicam-se em várias cidades alemãs as manifestações de protesto contra a xenofobia neonazi ■ E preso, na região da Catânia, na Sicília, um dos últimos chefes históricos da Mafia.

3 Quinta-feira

Durante a discussão da chamada lei de combate à corrupção, na Assembleia da República, o deputado do PCP João Amaral denunciou os atropelos aos direitos e garantias dos cidadãos ■ Chega a Lisboa, para conversações com as autoridades militares portuguesas, o Chefe do Estado Maior das FA Angolanas, general João de Matos ■ Sem que as associações de estudantes e o reitor tenham chegado a qualquer acordo sobre o problema do pagamento das propinas, acaba por ser suspensa a assembleia da Universidade de Lisboa ■ É desmantelada pela PJ, no Algarve, a componente portuguesa de uma rede internacional de tráfico de droga ligada à Mafia ■ Dois agentes da PJ são condenados a penas de 12 e 9 meses de prisão e ao pagamento de uma indemnização de cinco contos, além de um ano de pena suspensa, pelo crime de abuso de autoridade contra um recluso ■ Norodom Sihanuk anuncia em Phnom Penh (Cambodja) a formação de um governo de coligação do qual será primeiro-ministro ■ O governo alemão ameaça de expulsão cidadãos estrangeiros que participem em manifestações.

4 Sexta-feira

Durante a sua visita oficial à Islândia, o Presidente da República manifesta o desejo de que Portugal aprofunde a cooperação económica com aquele país ■ Na Assembleia da República inicia-se a discussão das grandes opções do Governo em matéria de Defesa Nacional ■ O PCP considera que a situação económico-social no distrito do Porto continua a agravar-se progressivamente ■ A maioria social-democrata no Parlamento açoriano inviabiliza uma moção de censura ao Governo Regional apresentada pelo PS e apoiada pelo PCP e CDS/PP ■ Os estúdios da Rádio Comercial/Norte são encerrados por ordem da administração, num acto que é imediatamente considerado pelo Sindicato dos Jornalistas como ilegal ■ Termina em Espanha a campanha eleitoral para as eleições legislativas antecipadas, com as sondagens a apresentarem projecções muito próximas para os resultados do PSOE e do PP ■ A ONU autoriza uma nova operação das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina.

5 Sábado

Durante as manifestações que se realizam nas ruas de Lisboa e do Porto, organizadas pela CGTP-IN, milhares de manifestantes protestam contra a política de emprego do Governo ■ A Direcção Regional do Porto do PCP insurge-se contra o ambiente de «promiscuidade política» que se vive no PS e no PSD, com a continuação da transferência de candidatos (autárquicos), ao sabor de interesses pessoais e estratégias partidárias ■ De acordo com um inquérito promovido pela Associação Católica Rural, de Aveiro, os serviços são a principal actividade das populações que vivem nas regiões rurais ■ Segundo foi afirmado por um dos dirigentes da Associação Nacional de Farmácias, durante o III Congresso Nacional, a população portuguesa é, na CE, a mais penalizada com os custos dos medicamentos ■ Os EUA assinam a convenção sobre a biodiversidade, já aprovada há um ano na Conferência do Rio por mais de 150 países ■ Numa sessão extremamente agitada, o presidente do Soviète Supremo, Ruslan Khasbulatov, é impedido por Boris Ieltsin de defender o projecto do Parlamento na abertura da Conferência Constitucional em Moscovo.

6 Domingo

Durante o III Congresso Nacional promovido pela Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, é reafirmado que os pescadores de todo o país estão dispostos a endurecer as suas posições ■ No Hospital de Santa Cruz, em Lisboa, morre a 18ª vítima da intoxicação, pelo alumínio, registada no Hospital de Évora ■ A actriz norte-americana Lauren Bacall, convidada de honra do Festróia, é homenageada pela Câmara Municipal de Grândola ■ Segundo as primeiras projecções, os resultados das eleições legislativas em Espanha indicam que o PSOE consegue vencer, por pequena margem, mas alcançando apenas uma maioria relativa.

7 Segunda-feira

O ministro do Ambiente, Carlos Borrego é forçado a demitir-se na sequência do «escândalo da anedota» protagonizado pelo próprio na sexta-feira anterior: o governante aproveitara um Seminário em Braga sobre a qualidade da água para contar ao auditório que «os alentejanos de Évora agora não são sepultados quando morrem, vão para a reciclagem do alumínio» ■ Portugal e Angola vão estabelecer um acordo de cooperação técnico-militar semelhante aos que existem já entre o nosso País e os restantes PALOP's; a decisão foi tomada na sequência da visita oficial a Portugal do Chefe do Estado-Maior das FA Angolanas, general João de Matos ■ Na 1.ª volta das eleições autárquicas parcelares realizadas em Itália, a vitória vai esmagadoramente para o PDS (ex.PCI) e a Liga do Norte, com o PSI a praticamente desaparecer (obteve uns insignificantes 2,2%) e a DCI a ser reduzida a um terço ■ Enquanto todos os ministros das Finanças da Comunidade, reunidos no Luxemburgo no âmbito do ECOFIN (Conselho de Economia e Finanças da CE), fazem previsões sombrias sobre o futuro económico da CE, o ministro português Braga de Macedo considera que «Portugal já passou a pior fase da recessão»

EDITORIAL

A ofensiva do capital

Por toda a Europa o capital está em grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

O que é característico e especialmente grave nesta ofensiva é que ela combina o propósito de descarregar os custos da recessão sobre a população laboriosa, com a tentativa de explorar a conjuntura de crise para justificar a eliminação de conquistas históricas do mundo do trabalho.

Como tem sido revelado pela imprensa europeia as instâncias mais responsáveis da CEE estão no centro desta conspiração anti-social.

É da própria CEE que partem orientações no sentido da redução dos encargos sociais das empresas, da repartição do mesmo posto de trabalho por mais do que um trabalhador com as reduções salariais correspondentes e a redução dos subsídios de desemprego.

Os peritos comunitários vão mesmo ao ponto de teorizarem que a conjuntura económica não é a única responsável pelo desemprego e consideram que a segurança social, nas suas formas actuais, é igualmente uma das causas da diminuição do emprego.

A este propósito observava, há dias, causticamente, um editorialista do «L'Humanité»: «os partidários de Maastricht, que andam febrilmente à procura de uma saída para a crise, não inventaram nada menos do que este passo de gigante para o progresso: o empobrecimento geral da Europa».

O Governo de Cavaco Silva é um elemento activo desta ofensiva contra os direitos e as conquistas do mundo do trabalho não só pela prática da sua política em Portugal, que os portugueses bem conhecem nas suas consequências, mas pelas posições que assume nas instâncias comunitárias, à revelia e no desconhecimento dos outros órgãos de soberania e do povo português.

Neste sentido, é indispensável que o Governo seja interrogado sobre as directivas de grave incidência social que estão a ser preparadas em segredo nas instâncias mais responsáveis da Comunidade.

É exigível também que o PS esclareça qual a sua posição sobre esta conspiração anti-social da responsabilidade da CEE.

A exigência do esclarecimento da posição do PS justifica-se plenamente, pois o Tratado de Maastricht que os socialistas defenderam com tanto entusiasmo e que

ajudaram a ratificar, tem anexa uma chamada «carta social» que confere à Comissão e ao Conselho de Ministros comunitários o poder de fixarem por directiva «prescrições mínimas» em matéria de direito social. Vê-se agora o alcance negativo que uma tal disposição pode vir a ter para os trabalhadores portugueses.

A ofensiva do capital contra os direitos dos trabalhadores não se limita à chamada «Europa dos doze», a apregoada «comunidade de sucesso», onde hoje a calamidade do desemprego já atinge mais de 17 milhões de trabalhadores, representando 10,1 por cento da população activa. Desenvolve-se, igualmente, em todo o mundo capitalista desenvolvido (a situação no Terceiro Mundo é ainda

O que é característico e especialmente grave nesta ofensiva é que ela combina o propósito de descarregar os custos da recessão sobre a população laboriosa, com a tentativa de explorar a conjuntura de crise para justificar a eliminação de conquistas históricas do mundo do trabalho.

pior), que se debate sem encontrar saídas com a crise onde avultam a baixa da produção, a falência e o encerramento de empresas e o desemprego maciço.

Revelando uma comunhão de orientações com a CEE que é naturalmente filha da comunhão de interesses de classe, a OCDE teorizou, em apreciações de há dias, que uma outra causa do crescimento do desemprego é a existência do salário mínimo nacional. Em conformidade recomenda a abolição do salário mínimo nacional e argumenta que mais vale existirem empregos com salários baixos, ou mesmo muito baixos, do que não existirem empregos nenhuns.

O que eles preparam! A lógica do capital é implacável: tudo é bom para salvar o capitalismo, mesmo o empobrecimento da humanidade.

Aliás, as recentes recomendações da mesma OCDE, em relação ao nosso país, designadamente a obsessão em condenar os aumentos de salários (os parques aumentos dos nossos pobres salários) assentam na mesma visão capitalista do mundo.

Uma visão, no entanto, crescentemente perturbada, à medida que a crise persiste. John Kenneth Galbraith, ex-conselheiro de Kennedy e conhecido teórico do capitalismo, admitia há dias que «é possível que a economia se tenha fixado num equilíbrio de subemprego e numa baixa ou insignificante taxa de crescimento». Lembra a propósito que aconteceu o mesmo com a grande depressão dos anos trinta, salientando de modo sombrio: «dez anos de estagnação que terminaram não por qualquer dinâmica interna, mas por uma massiva despesa com a guerra».

A guerra, tal é a referência a que conduz a implacável lógica do capitalismo.

Tal é o quadro social em que se desenvolve a crise económica e social em que o nosso país está mergulhado, notoriamente agravada pela política de direita do governo do PSD.

Percebe-se hoje claramente que a evolução da situação internacional que se seguiu à queda e desaparecimento da União Soviética está a conduzir a um mundo mais injusto e inseguro onde a rapacidade e a brutalidade do capitalismo campeiam mais desabridamente.

A defesa das grandes conquistas populares e das conquistas da civilização repousa na capacidade de organização e de luta dos povos.

Não há país, região, classe ou sector social (fora das classes dominantes) que se possa considerar em «santuário», ao abrigo do avanço da injustiça. A participação e a luta é o desafio para todos num mundo em que a necessidade de estar vigilante e decidido a combater é uma tarefa de todos os dias.

É como resposta a este desafio que devem ser compreendidas a jornada de luta do passado dia 5 de Junho e as outras acções específicas e conjugadas de protesto e resistência que estão em curso para as próximas semanas.

Às ameaças que já estão na ordem do dia no domínio dos despedimentos, dos salários em atraso, do congelamento da contratação colectiva, dos ataques à segurança social, da desresponsabilização do Governo em relação à saúde, ao ensino e à habitação, outras se seguirão, na lógica da ofensiva da direita.

A ofensiva do capital é global. Global tem que ser também a resposta dos trabalhadores.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 47058. Fax: 796 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Nota da Comissão Política

Promessas não calam protesto

A Comissão Política do PCP na sua reunião de hoje, analisou os aspectos mais salientes da actualidade política nacional, bem como os resultados das eleições em Espanha.

1 A Comissão Política congratulou-se com os resultados da jornada de luta organizada pela CGTP-IN no passado fim-de-semana em diferentes pontos do país, demonstrando o descontentamento dos trabalhadores e a sua determinação de defender os seus interesses e de fazer frente à política cavaquista.

Assume elevada importância para o desenvolvimento da luta social a crescente compreensão por largos sectores sociais de que se impõe mudar de política.

A Comissão Política apela às organizações do Partido a estreitarem a sua ligação às massas, a um trabalho empenhado na dinamização das acções de massas, nomeadamente nas previstas para 16, 17 e 18 de Junho, com vistas a elevar a sua combatividade e a garantir o seu sucesso.

2 O Governo prossegue com a sua política de "pacotes" no sentido de procurar conter o justo descontentamento e protesto de muitos sectores sociais.

Ao anunciar, na Feira de Santarém, mais um «pacote de promessas» para a agricultura e duas linhas de crédito bonificado há muito reclamadas pelos agricultores, o Primeiro-Ministro afirmou, displicentemente, que o «Governo não pode andar com os agricultores ao colo»!

O Governo sabe muito bem, até porque o PSD detém a pasta da Agricultura há mais de 13 anos, que a sua política tem penalizado a actividade produtiva e desprezado os agricultores, que em relação aos seus congéneres europeus tem os factores de produção mais elevados - ainda agravados com o novo preço do gasóleo - e nulos ou muito reduzidos apoios técnico e financeiro.

Por isso, não basta desafiá-los os agricultores, quando se lhes dão condições muito mais desfavoráveis de competição e quando se aprovam, em Bruxelas, em seu nome, medidas e políticas que servem, no fundamental, os agricultores dos Estados Unidos e dos países ricos do Norte.

O que o país e os agricultores precisam é de uma política radicalmente diferente, e não afirmações arrogantes, mentirosas e desresponsabilizadoras.

3 A Comissão Política analisou as cada vez mais frequentes contradições em que o Partido Socialista se enreda nas apreciações que faz sobre a União Económica e Monetária inscrita no Tratado de Maastricht e as suas demonstradas consequências negativas para o nosso País.

Na passada semana, e através do seu "ministro-sombra" para a área das Finanças, o PS veio, por um lado, defender a tese de que "nenhum Estado-membro está obrigado a aderir à moeda única, cumprindo os critérios de convergência" nominal da UEM. E por isso criticou o Governo por este invocar o Tratado de Maastricht para aplicar a política económica que conduziu o País à recessão económica.

Para o PS, essa política económica, que é a mesma do Tratado de Maastricht, deve ser encarada como uma escolha política interna e não como uma imposição externa.

Por outro lado, o PS faz questão de "explicitar que Portugal fez bem em haver subscreto o Tratado de Maastricht", e que não tem "ainda por suficientemente demonstrado que faça mal ao procurar cumprir os critérios de convergência nominal nele estipulados".

O PS pretende fugir às suas responsabilidades políticas por ter sido um dos mais acérrimos defensores e promotores da ratificação do Tratado de Maastricht - cujas orientações económicas agora publicamente se mostram nefastas para a economia e a sociedade portuguesas.

O PS, enquanto por um lado se apresenta publicamente como crítico do Governo pela actual política monetarista que sacrifica a actividade produtiva e o emprego, por outro lado, instiga Cavaco Silva a prosseguir essa mesma política em nome dos compromissos por ambos assumidos com a ratificação do Tratado de Maastricht.

A Comissão Política do PCP, ao mesmo tempo que renova publicamente a evidente necessidade de a política económica nacional abandonar os critérios de convergência da UEM e de se sepultar definitivamente o Tratado de Maastricht, desafia o PS a acabar com as atitudes duplises e contraditórias.

Ou o PS assume frontalmente a quota-parte de responsabilidade que lhe cabe na linha de orientação da política económica prosseguida pelo Governo de Cavaco Silva ou, em alternativa mais útil para o País, o PS deve declarar publicamente uma alteração da sua posição e passar a manifestar-se, nas palavras e nos actos, contra a entrada em vigor da UEM e do Tratado da União Europeia assinado em Maastricht.

4 A Comissão Política tomou conhecimento do agendamento para a sessão plenária do próximo dia 25 na Assembleia da República de uma proposta de lei do Governo visando uma nova alteração à Lei de Delimitação dos Sectores.

A Comissão Política do PCP chama a atenção para mais esta manifestação de prepotência do Governo e da maioria parlamentar do PSD, concretizada no agendamento de uma proposta de lei que ainda não foi, sequer, aprovada pelo Conselho de Ministros.

E manifesta desde já a frontal oposição do PCP a uma nova amputação do já quase inexpressivo quadro dos sectores básicos e estratégicos legalmente reservados ao sector público da economia. Uma nova limitação desses sectores conduzirá, necessariamente, ao completo esvaziamento do conteúdo útil do preceito constitucional que impõe a existência de reserva pública para alguns sectores de actividade, pelo que o PCP manifesta desde já a sua intenção de recorrer a todos os meios ao seu alcance para impedir a aprovação dessa nova proposta de lei e para, caso ela seja aprovada, suscitar a respectiva declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal competente.

Esta iniciativa do Governo não é alheia a todo o processo de desmembramento de empresas que está em curso, visando a entrega de sectores estratégicos ao capital estrangeiro acompanhado da liquidação massiva de postos de trabalho efectivos designadamente na TAP, na CP, na EDP e nas Comunicações.

5 Procedendo a uma primeira apreciação dos resultados das eleições em Espanha, a Comissão Política do PCP destaca como aspectos mais significativos a perda da maioria absoluta pelo PSOE traduzindo a sua penalização pela política realizada no Governo (e que, ainda recentemente, num registo de implícita satisfação e apreço, Cavaco Silva considerou como «tendo muito pouco de socialista»); um importante avanço da direita (mas acompanhado do fracasso das suas pretensões de conquistar a maioria relativa) obtido, no essencial, na base de uma demagógica instrumentalização do descontentamento com a governação do PSOE; e o positivo significado político do ligeiro progresso alcançado pela Esquerda Unida.

A Comissão Política do PCP chama a atenção para que quer a condenação da política neo liberal (de subordinação à convergência nominal de Maastricht, de favorecimento do grande capital e da especulação financeira, de violenta penalização dos trabalhadores e de amplas camadas da população) prosseguida pelo PSOE quer a aspiração a uma real mudança de política são, com grande probabilidade, bem mais amplas e generalizadas do que se revelará pela mera apreciação dos resultados das diversas forças.

Com efeito, é necessário não esquecer que o PSOE se viu obrigado a conduzir a sua campanha admitindo erros da sua governação e prometendo rectificações na sua política e que o Partido Popular se viu obrigado a procu-

rar esconder a sua verdadeira origem, trajectória e programa político.

Embora tendo ficado aquém dos valores apontados por todas as sondagens e projecções, o resultado obtido pela Esquerda Unida (de que o PCE é uma componente fundamental) tem um significado positivo, sobretudo tendo em conta as enormes pressões bipolarizadoras exercidas durante a campanha e os prováveis efeitos de um receio do eleitorado de esquerda da conquista do Governo pelo PP.

Pondo em evidência o carácter artificial das concepções e da propaganda em favor da «bipolarização», constitui um dado politicamente relevante que a eventual (embora não provável) constituição de uma maioria parlamentar que desse suporte institucional a uma solução governativa apostada numa real mudança de política não poderia dispensar a contribuição e o papel da Esquerda Unida.

É, entretanto, inegável que os comunistas espanhóis e os seus aliados na Esquerda Unida se confirmaram como portadores do único projecto alternativo à política de direita, seja a realizada pelo PSOE seja a que o PP realizaria se formasse Governo, e constituem uma força necessária e indispensável para a solução dos graves problemas que afectam os trabalhadores e os povos de Espanha.



O dirigente do PCP, Sérgio Teixeira, durante a apresentação à Imprensa da nota da Comissão Política

6 No âmbito da apreciação da actividade e tarefas próximas do PCP, a Comissão Política - sublinha o valor e a qualidade de múltiplas iniciativas que têm sido promovidas para debate e reflexão sobre os problemas nacionais e aprofundamento das propostas do PCP, como é o caso do Encontro Nacional sobre Educação e Ensino ontem realizado;

- apela a uma cuidada preparação por parte das organizações do Partido e a uma ampla participação dos militantes na jornada de esclarecimento e informação que a CDU promoverá no período de 16 e 20 de Junho e que se deverá traduzir, a nível nacional, num amplo e diversificado conjunto de acções de contacto directo com as populações, centradas na prestação de contas do trabalho realizado e na divulgação das propostas e candidaturas da CDU;

- chama vivamente a atenção para a importância da interpelação do Grupo Parlamentar do PCP ao Governo sobre "política geral centrada na acentuada degradação da democracia, na falta de transparência da vida política e na crescente desprotecção dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos em geral. Tal importância decorre, designadamente, da limitação constante de direitos dos trabalhadores, em particular do direito à greve, da acumulação de projectos, propostas e prática lesivas dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, tais como a limitação do direito à greve, as actuações dos serviços de informações, as ameaças à independência dos tribunais e à autonomia do Ministério Público, o segredo de Estado, a contestação das iniciativas de controlo e fiscalização do poder, o comportamento da administração, muitas vezes avesso à transparência e à garantia dos direitos dos administrados, o facto de a justiça ser cara e lenta, etc.

A Comissão Política deliberou convocar para 25 de Junho uma reunião plenária do Comité Central para análise da situação política nacional e as tarefas do Partido.

7.6.93

A Comissão Política
do Comité Central do PCP

PSD E PS APROVAM LISNAVE «URBANA»

Mereceu um forte protesto da comissão intersindical da Lisnave o facto de os vereadores do PSD e do PS terem aprovado, na reunião pública da Câmara Municipal de Almada que teve lugar a 2 de Junho, uma proposta considerando que os terrenos hoje ocupados pelo estaleiro têm vocação claramente urbana.

«Os senhores vereadores tomaram a dianteira em relação ao próprio Governo, que pretende decidir favoravelmente o plano do sr. Mello que pretende encerrar a Lisnave e pôr em causa milhares de postos de trabalho», acusa o secretariado da comissão intersindical, numa nota enviada à comunicação social. Depois de recordarem que, além das estruturas representativas dos trabalhadores, também as assembleias de freguesia do concelho tomaram posição sobre a matéria, manifestando-se solidárias para com os operários, o secretariado afirma que, com esta atitude, os vereadores do PSD e do PS «assumem a grave responsabilidade de abrirem as portas a um plano que «encerra o maior complexo industrial do concelho» e «coloca no desemprego milhares de trabalhadores».

UNICER

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas do Sul e Ilhas rejeita a redução de efectivos que a Unicer pretende levar a cabo no centro fabril de Santarém e que, segundo o sindicato, já iniciou «ameaçando os trabalhadores com um processo de despedimento colectivo, caso estes não estejam receptivos às propostas apresentadas pela administração». Num comunicado que enviou à nossa redacção, o sindicato afirma não perceber que seja agora invocada a necessidade de tornar a empresa mais competitiva, quando a Unicer recebeu prémios de «prestígio internacional» em 1991 e 1992, e quando apresenta uma facturação de 34,3 milhões de contos no final do ano passado (com lucros de 2,7 milhões de contos, livres de impostos). O sindicato apela aos trabalhadores para que não se deixem intimidar e resistam «na defesa intransigente dos seus postos de trabalho».

IMPRESAS NACIONAIS

Representantes dos 10 mil trabalhadores da Imprensa Nacional Casa da Moeda e das instituições similares da Alemanha, França, Itália e Espanha entregaram esta semana às respectivas administrações uma declaração de protesto contra as ameaças de privatização que pendem sobre aquelas empresas. Esta é — como refere a informação da Federação Gráfica Europeia, distribuída à imprensa pela Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa — a primeira etapa da luta comum e das acções comuns defendidas num encontro que teve lugar em Maio em Bruxelas, onde os representantes dos trabalhadores se pronunciaram por medidas no sentido de salvar as empresas.

CASTELO BRANCO

A União dos Sindicatos de Castelo Branco entregou na

semana passada na Câmara Municipal da Covilhã uma resolução reivindicando uma «operação integrada de desenvolvimento» para a região, que teria por grande objectivo o combate ao desemprego, que hoje atinge 6 mil pessoas (uma taxa de 18 por cento). Dezenas de pessoas, refere a agência Lusa, encheram a sala de sessões onde Luís Garra, coordenador da União, divulgou um manifesto sobre a actual situação dos desempregados e as perspectivas económicas e sociais da região.

CHUSSOL

Os trabalhadores da Chussol estão dispostos a colaborar com a administração para viabilizar a empresa, mas pretendem antes de mais ver garantidos os seus postos de trabalho, afirmou à Lusa um dirigente do Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte. António Neto reconhece que aquela empresa de guarda-chuvas e guarda-sóis está a sentir os efeitos da crise e da quebra do mercado, «mas a administração deveria ter começado a procurar medidas para resolver os problemas há mais tempo». Na Chussol, segundo foi revelado dia 2 em conferência de imprensa no Porto, 30 por cento dos salários de Abril foram pagos com atraso, o mesmo sucedendo com os de Maio.

TRABALHO INFANTIL

«É fácil chegar à conclusão de que nos distritos do Porto e Braga há mais de 60 mil crianças a trabalhar clandestinamente», afirmou à Lusa Adão Mendes, num comentário acerca das estimativas da Inspeção Geral do Trabalho, que apontavam para mais de 30 mil menores a trabalhar no Norte do País. O coordenador da União dos Sindicatos de Braga considerou esta estimativa «apenas a ponta do icebergue», afirmando que a IGT «não tem meios humanos nem técnicos para detectar sequer 20 por cento das situações».

TRABALHADORES

Fequifa comenta aumento «inaceitável» dos combustíveis

O que subiu foi o imposto

O aumento do preço dos combustíveis decretado na semana passada pelo Governo «é totalmente inaceitável, pois que nada tem a haver com os custos reais dos produtos produzidos, mas trata-se tão somente de um agravamento do imposto sobre produtos petrolíferos que vai directamente para os cofres do Estado», considera a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás.

Numa nota que fez chegar à nossa redacção, a Fequifa afirma que «em boa verdade, o que o Governo já deveria ter feito há muito tempo era ter diminuído o preço dos combustíveis, como fizeram vários países europeus».

A federação justifica esta posição com as variações

sofridas pelo preço do crude no mercado livre, apontando como exemplos os dois principais petróleos de referência.

Assim, em Setembro de 1990 (data do último aumento) o petróleo «Arabia light» custava 30,10 dólares por barril e o «Brent» custava 34,55 dólares; em 31 de Maio de 1993 estes preços eram de, respectivamente, 16,94 e 18,62 dólares.

Contudo, nota a Fequifa, enquanto o preço do crude baixou quase para metade, o imposto sobre produtos petrolíferos desceu apenas de 90 para 86 escudos/litro, na gasolina com chumbo, e subiu de 53 para 56 escudos/litro, no gasóleo.

Reconhecendo que «tem

havido uma revalorização do dólar» face ao escudo, a federação sublinha que «o custo derivado da diferença cambial é incomparavelmente menor que os benefícios resultantes da diminuição do preço das ramas de petróleo».

«O Governo, que tanto apregoa a transparência e o rigor, demonstra ter muita falta de seriedade nesta matéria», afirma a Fequifa, acusando o executivo de Cavaco Silva de, com estes aumentos, agravar um imposto indirecto sobre os cidadãos e criar mais dificuldades às actividades económicas, além de provocar futuros aumentos em cadeia noutros produtos e bens de consumo, «com consequências negativas na inflação e

nas condições de vida das classes trabalhadoras».

GDP

Durante esta semana os trabalhadores da Gás de Portugal vão debater formas de luta a desenvolver, nomeadamente greves, ainda durante o corrente mês, por até agora a administração da GDP propor apenas 4,8% de aumentos salariais nas negociações que decorrem desde 6 de Maio — revelou a Fequifa num comunicado de imprensa que divulgou sexta-feira. Ao mesmo tempo, refere a federação, a administração recusa negociar algumas condições específicas do trabalho por turnos e nas novas áreas de rede de gás natural, entre outras.

Contra despedimentos na Lopes da Costa

PCP propõe movimento em Gouveia

«Pôr como pressuposto para a reestruturação o despedimento de 250 trabalhadores é uma condição inadmissível», considera a comissão concelhia de Gouveia do PCP, que propõe o lançamento de um movimento de opinião pública para pugnar pela defesa da Têxtil Lopes da Costa e a manutenção dos postos de trabalho.

Num comunicado acerca da visita que recentemente o deputado comunista Arménio Carlos fez à empresa, acompanhado de responsáveis concelhios do Partido, a concelhia afirma que a Lopes da Costa «é viável, estando servida de trabalhadores aos vários níveis, com mercados assegurados interna e internacionalmente, representando a sua laboração uma componente económica e social da qual o concelho de Gouveia não pode prescindir, sem o risco de uma catástrofe de incalculáveis consequências humanas».

Tal como a maioria das empresas do sector têxtil,

reconhece a concelhia, «a TLC necessita com urgência de se reestruturar e modernizar», mas não pode sobreviver «à custa do sacrifício dos trabalhadores e de centenas de postos de trabalho». Defendendo que «nenhuma reestruturação deve ser feita sem que as estruturas sindicais da empresa e os trabalhadores sejam ouvidos», os comunistas de Gouveia entendem que «cabe ao Governo, que diariamente enche a boca com promessas de milhões de contos para o sector têxtil, concretizar os apoios financeiros necessários à preservação da continuidade da laboração da empresa», enquanto «compete aos sócios maioritários da TLC acabar com a intransigência das suas posições e facilitar os entedimentos necessários».

Sublinhando que «este problema toca a todos e a situação se apresenta grave», a concelhia de Gouveia do PCP manifesta a opinião de que a Câmara e a Assembleia

municipais «deveriam lançar um movimento de opinião pública que sensibilizasse e pressionasse o Governo e os sócios maioritários da TLC para o entendimento, ao mesmo tempo que pugnaria pela defesa da empresa e a manutenção dos postos de trabalho, como condição vital para o presente e o futuro do concelho».

Depois de reafirmar que «o PCP vai trabalhar por este objectivo e obrigar, pelo seu exemplo, os outros a ter de se mexer, para que este problema seja encarado com a seriedade e responsabilidade que merece e não seja utilizado como trampolim para caçar votos em véspera de eleições».

Aveiro

Uma delegação de meia centena de trabalhadores têxteis do distrito de Aveiro deslocou-se no dia 1 de Junho à Assembleia da República, para entregar uma petição exigindo que, nos termos

constitucionais e regimentais, a AR tome uma atitude com vista à viabilização das empresas, à defesa do emprego e dos salários.

Maia

«Lutar para defender o emprego» é o caminho que a comissão concelhia da Maia do PCP aponta aos trabalhadores da Fábrica de Fiação e Tecidos Jacinto, onde nos últimos 2 anos foram liquidados 200 postos de trabalho. A ofensiva contra o emprego prossegue actualmente, denuncia o PCP: «Utilizando processos inqualificáveis, o patrão desta empresa continua a proceder à redução de postos de trabalho, chamando individualmente os trabalhadores e, através da humilhação, da chantagem e de ameaças (função para que foi destacada a Dr^a Fátima) tem levado trabalhadores a assinar a desvinculação da empresa».

Acidentes na CP e redução de pessoal

«Confrontada com a vaga de acidentes registados nos últimos dias na rede nacional de caminho-de-ferro», a comissão de trabalhadores da CP, numa nota enviada à comunicação social, interroga-se sobre se os mesmos «não estarão relacionados com a política cega de redução de postos de trabalho, muitas vezes claramente à custa da segurança da circulação».

Ressalvando que não pretende antecipar-se aos resultados das comissões de inquérito, «que por norma desresponsabilizam sempre a CP», aquela estrutura alerta para os «elevados riscos de sinistralidade decorrentes de uma redução de efectivos», uma vez que «numa estação com um quadro de cinco operadores estão a trabalhar apenas dois ou três, obrigados, por isso, a uma multiplicação de tarefas, quer administrativas e comerciais, quer de controlo de tráfego».

Para a CT, «a polivalência

de funções na exploração dos transportes ferroviários, sobretudo quando não existem meios tecnológicos avançados de controlo e sinalização de tráfego, acaba sempre por potenciar os riscos de sinistralidade».

Na nota de imprensa, a comissão de trabalhadores recorda ainda que «sempre tem defendido uma eliminação mais célere das passagens de nível consideradas perigosas», contra-

pondo que, ao ritmo actual, «o problema só ficaria resolvido lá para o ano de 2030».

Reafirmando que «o comboio é o meio de transporte que oferece aos passageiros mais segurança», a CT afirma que «é preciso que o Governo e o conselho de gerência da CP se decidam a investir um pouco menos naquilo que se vê mais, para investirem um pouco mais naquilo que, embora vendendo-se menos, é susceptível de produzir muitos mais frutos em termos de segurança».



TRABALHADORES

Fortes protestos na jornada nacional da CGTP-IN

Está na hora de Cavaco se ir embora!

Muitos milhares de trabalhadores saíram à rua nos dias 4 e 5, em quase duas dezenas de localidades, denunciando o agravamento do desemprego e o bloqueio da negociação colectiva, exigindo uma política diferente. «Está na hora, está na hora de o Governo se ir embora» foi a palavra de ordem mais ouvida.

Abrindo com uma agueda representação do pessoal da TAP e fechando com os operários da Lisnave, uns e outros em defesa dos postos de trabalho ameaçados, a manifestação de Lisboa reuniu, sábado à tarde, uns bons milhares de trabalhadores que encheram a Avenida da Liberdade, desfilando do Marquês de Pombal até ao Rossio, onde Carvalho da Silva e Rui Paixão deram voz às dificuldades que se vivem no País e nos distritos de Lisboa e Setúbal, apontando as responsabilidades maiores ao Governo de Cavaco Silva.

O coordenador da CGTP expressou o protesto dos participantes na jornada «contra a injusta política social do Governo e contra a ruínosa política económica a que o País está sujeito». Depois de referir que «os dados dos dois últimos trimestres mostram que Portugal entrou em recessão económica e que a crise aí está para durar», Carvalho da Silva acusou o executivo *laranja*: «mentiu quando dizia que tudo ia bem e mente agora, quando diz que a culpa é dos outros».

Recusando a destruição de postos de trabalho e a

retirada de direitos adquiridos pelos trabalhadores, Carvalho da Silva considerou que está condenada ao fracasso e é geradora de tensões sociais uma política que tenta resolver os problemas da economia e do emprego à custa dos salários. «A modernização e a reestruturação do aparelho produtivo», contrapôs, depois de criticar a má utilização dos fundos comunitários, «exigem que se defenda os sectores produtivos nacionais, que se tomem medidas concretas de apoio a empresas estratégicas do sector empresarial do Estado, às pequenas e médias empresas, nomeadamente com a redução da taxa de juro, e exigem o desenvolvimento das regiões do interior».

A participação das forças sociais e políticas na definição dos objectivos estratégicos do novo quadro comunitário de apoio (1994-99), o agravamento do desemprego e a degradação da qualidade do emprego, o bloqueamento generalizado da contratação colectiva (77 processos negociais, abrangendo 1 milhão e 700 mil traba-



lhadores estão parados por imposição do Governo), a tentativa de imposição de um tecto salarial de 6%, e a inviabilização do exercício do direito à greve através de despachos sobre serviços mínimos foram outros problemas abordados na intervenção de Carvalho da Silva.

O coordenador da Intersindical Nacional dedicou

uma boa parte do seu discurso à situação da Segurança Social e da Saúde, denunciando a campanha alarmista que está em curso e que «visa preparar a população para medidas restritivas e para a privatização de bases essenciais da Segurança Social que podem pôr em causa todo o sistema».

Apelando ao prosseguimento,

à ampliação e à intensificação das lutas, Carvalho da Silva considerou a unidade na acção cada vez mais forte para fazer frente à ofensiva patronal e governamental e para assegurar uma política diferente que garanta o desenvolvimento e o progresso social no nosso País».

Novas lutas

Na manifestação de sábado, em Lisboa, foram anunciadas novas lutas para os próximos dias 16, 17 e 18.

Quarta-feira terá lugar na capital uma acção contra o aumento da idade de reforma das mulheres, que o Governo pretende passar de 62 para 65 anos. Além disso, o Governo está a pôr em causa a manutenção de pensões de invalidez e quer alterar o sistema de cálculo das pensões de reforma que vai reduzir o seu montante. Isto tem lugar em 1993, que se celebra como Ano Europeu das pessoas idosas e da solidariedade entre gerações, e num país onde as contribuições dos trabalhadores representam 90,2% do financiamento do sistema de Segurança Social.

Para quinta e sexta-feira estão a ser prepara-

das acções reivindicativas envolvendo vários sectores, incluindo a administração pública. Apelo ao máximo empenhamento na mobilização para estas acções, Carvalho da Silva sublinhou que «a ofensiva contra os interesses e direitos dos trabalhadores é cada vez mais global», pelo que «a resposta tem que ser cada vez mais conjugada e solidária».

A Comissão Executiva da CGTP-IN, que antontem considerou «de grande significado» a jornada de 5 de Junho, marcou a sua próxima reunião para Évora, a 21 de Junho, como forma de chamar a atenção para os problemas graves que atingem o Alentejo. Nesse dia os dirigentes da *Inter* visitarão diversas empresas dos três distritos alentejanos.

Intimidação falhou na Covilhã

A meio da intervenção de Luís Garra, coordenador da União dos Sindicatos de Castelo Branco, a PSP tentou interromper a concentração de trabalhadores que juntou quase um milhar de pessoas no Pelourinho da Covilhã, depois de terem percorrido em manifestação algumas das principais artérias da cidade. Assobios e gritos fizeram recuar a Polícia, mas os dirigentes sindicais que presidiam ao comício tiveram que ir à PSP prestar esclarecimentos, o que levou a uma nova manifestação, desta vez até à esquadra, em solidariedade com os sindicalistas. Estes acabaram por sair sem que a Polícia lhes levantasse quaisquer autos.

O Sindicato dos Metalúrgicos do distrito do Porto protestou por a Câmara de Matosinhos ter mandado retirar propaganda da manifestação de 5 de Junho. «Será que os objectivos desta manifestação colidem com os objectivos da Câmara e da sua política social?», interroga o sindicato, numa nota que distribuiu na passada quarta-feira e em que revela ter solicitado explicações ao presidente do município sobre tal atitude «incompreensível e quase inacreditável».

Com o desemprego à cabeça

Há muitas razões para lutar

Na resolução aprovada no Rossio afirma-se que os trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal têm «fortes e variadas razões para protestar, lutar e reclamar uma vida melhor e mais justiça social, para exigir uma política diferente». Referidas em palavras semelhantes nas iniciativas realizadas pela CGTP em praticamente todos os distritos, as razões globais que trouxeram milhares de pessoas à rua nos dias 4 e 5 têm expressões concretas na realidade de cada região e de cada sector, como referiram os dirigentes das várias uniões de sindicatos. O alastramento do desemprego surge como grande problema comum.

Em Lisboa e Setúbal são mais de 45 mil os trabalhadores atingidos por processos de despedimento colectivo, rescisões «voluntárias» de contratos e reestruturações. No distrito de Setúbal estão desempregados mais de 14% dos trabalhadores, enquanto no de Lisboa foram destruídos, só nos primeiros meses deste ano, mais de 15 mil empregos (o dobro do que se registou no ano anterior).

A moção aprovada no Porto, na manifestação que percorreu a baixa e terminou na Praça da Liberdade, reprova a política desastrosa e anti-social do

Governo. A par do protesto contra a destruição do sistema de Segurança Social, surgiu aqui a exigência de participação do movimento sindical na discussão do plano de desenvolvimento regional.

No comício que teve lugar após a manifestação em Aveiro foi aprovada uma moção exigindo uma política diferente. Antes os manifestantes aplaudiram o dirigente sindical Júlio Balreira que afirmou «ser necessário que as forças políticas compreendam o descontentamento, a resistência e a luta dos trabalhadores» como «uma oportunidade e necessidade de unir as forças democráticas com vista a criar condições para uma alternativa democrática credível». Recentemente os participantes no plenário de dirigentes e delegados sindicais de Águeda haviam chamado a atenção para os sérios problemas dos sectores têxtil, «duas rodas» e ferragens.

O agravamento do desemprego é particularmente sentido no Alentejo e foi um dos motivos que trouxeram à rua milhares de pessoas em Évora, Beja, Portalegre, Benavita e Aljustrel (cerca de duas mil pessoas protestaram aqui contra o encerramento das Pirites Alentejanas, refere um telegrama da Lusa).

Em Faro foi aprovada uma moção que denuncia o crescimento «em flecha» do desemprego no Algarve, onde «dia a dia surgem notícias de encerramento de novas empresas».

No sábado realizaram-se outras acções integradas na jornada nacional da CGTP, nomeadamente na Covilhã (ver caixa), em Viseu (concentração no Rossio), Viana do Castelo (concentração na Praça da República), Vila Real (plenário de dirigentes e activistas sindicais), Entrancamento (concentração distrital), Leiria e Bragança (acções de esclarecimento nas empresas e junto das populações).

Sexta-feira tiveram lugar manifestações e concentrações em Coimbra, Guimarães e Guarda.

Nesta cidade os manifestantes, refere a Lusa, exigiram a demissão do Governo, a convocação de eleições antecipadas e leis que evitem a corrupção empresarial. Entre os manifestantes estavam trabalhadores da fábrica de confecções «Montebelo», de Almeida, com salários em atraso há 3 meses e com a luz cortada desde 19 de Maio. Esta empresa, como referia há dias um comunicado da concelhia do PCP, tem cerca de 2 anos de existência e foi montada com dinheiros da CEE e com a

cedência de terrenos pela Câmara Municipal. A falência deixará sem emprego quase centena e meia de trabalhadores.

A manifestação de Guimarães teve lugar no final do primeiro dia de trabalhos do 3º Congresso da União dos Sindicatos de Braga, em que interveio Manuel Carvalho da Silva. Adão Mendes, da Comissão Executiva da CGTP e coordenador da união, denunciou os graves problemas do distrito, que «está no top em tudo o que é degradante»: desde Novembro de 1992 o número de trabalhadores a receber subsídio de desemprego passou de 8500 para 15 mil, e outros 15 mil estão em empresas que já pagam os salários com atraso e têm processos em tribunal que as podem levar à falência a curto prazo.

A União dos Sindicatos da Madeira manifestou, em conferência de imprensa, o seu apoio à jornada da CGTP e anunciou a realização de várias iniciativas no dia 5, nomeadamente uma acção de agitação e propaganda junto do Mercado dos Lavradores, no Funchal e um colóquio sobre «como resistir à crise» que se acentua nos bordados, na agricultura, nas pescas, na hotelaria e na construção civil.

500 NOVOS MILITANTES NO DISTRITO DO PORTO

Associada à batalha eleitoral das autárquicas, a DORP lançou uma campanha de recrutamento de 500 novos membros até ao final de 1993, segundo foi anunciado em recente conferência de imprensa, em que participaram Emídio Ribeiro, Ilda Figueiredo, Jorge Pinto e Marques Lopes. Para além do balanço da preparação das eleições, a DORP manifestou sérias preocupações face ao agravamento da situação económica e social no distrito, onde sucedem falências e encerramentos de empresa e cresce o desemprego, que os comunistas estimam «seguramente em mais de 60 mil trabalhadores. De destacar ainda que a Direcção da Organização da Cidade do Porto convocou para o próximo dia 19 a sua 3ª Assembleia que decorrerá sob o lema «Com o PCP, defender direitos, humanizar a cidade».

CENTRO DE ESTREMOZ SEM INTERNAMENTO

A Comissão Concelhia de Estremoz do PCP denunciou a manobra eleitoralista do Governo ao inaugurar o novo Centro de Saúde a seis meses das eleições. Os comunistas afirmam que as instalações, só agora inauguradas embora estivessem praticamente prontas há cerca de dois anos, não respondem às necessidades da população que exigia um serviço de internamento. O PCP reclama não só a abertura deste serviço como defende que o Centro seja dotado de meios técnicos e humanos que permitam, a médio prazo, a sua elevação à categoria de hospital distrital.

MÉDICOS DEMITEM-SE NO HOSPITAL DE AVEIRO

Depois de várias lutas por parte dos médicos e enfermeiros do Hospital de Aveiro contra as más condições de trabalho, chegou a vez dos chefes de equipa da Urgência se demitirem em sinal de protesto contra a crescente degradação do funcionamento daquela unidade de saúde. Em consequência, «os doentes passam horas de espera nos serviços de urgência e por vezes só por sorte não acontecem verdadeiras tragédias», alerta um comunicado do organismo do sector da Saúde da Organização Concelhia de Aveiro do PCP. Os comunistas condenam ainda a integração do Centro de Saúde Mental de S. Bernardo no Hospital, cujo balanço de escassos meses se cifra já em vários suicídios e lesões irreversíveis de doentes que se atiraram de janelas. Em vez do espaço amplo e apropriado que existia em S. Bernardo, o sector da psiquiatria foi encerrado num exíguo andar «de tecto baixo e escuro, com o corredor a servir de refeitório, onde os próprios médicos não têm telefones nem gabinetes adequados».

PCP SAÚDA NOVAS CIDADES E VILAS

A passagem das vilas de Seixal e Amora à categoria de cidade e da povoação de Corroios a vila, em resultado da aprovação pela AR da proposta do grupo parlamen-

tar do PCP, foi saudada pela Comissão Concelhia do Seixal considerando em comunicado que «traduz o sentimento e a aspiração das populações e é o reconhecimento, por parte da AR do crescimento e desenvolvimento do nosso concelho, fruto do trabalho do PCP e da CDU nas autárquias». Os comunistas propõem agora a criação de novas freguesias no Miratejo, Torre da Marinha, Cruz de Pau e Fernão Ferro.

Também a Direcção da Organização Regional de Viseu registou «com agrado a criação da freguesia de Repeses no concelho de Viseu, e a elevação a vilas de Cabanas de Viriato, no concelho de Carregal do Sal, de Vila Cova à Coleheira, no concelho de Vila Nova de Paiva e de Ervedosa do Douro, no concelho de S. João da Pesqueira». Refira-se, por fim, que a DORV esteve reunida no passado dia 30 de Maio para analisar a situação social e a actividade do Partido no distrito, constatando o aumento do número de empresas que fecham as suas portas, e como consequência do número de desempregados, mantendo-se os salários em atraso, alastrando o emprego precário e clandestino. Neste sentido, a DORV manifestou a sua solidariedade com os trabalhadores que participaram na jornada de luta da CGTP-IN, realizada no passado sábado, considerando-a como uma «desmonstração viva do descontentamento dos trabalhadores e da população em geral com esta desastrosa política do Governo.»

ALMOÇO COMEMORATIVO NO SADO

Por iniciativa da Organização da Freguesia do Sado do PCP, realizou-se no passado domingo, um almoço comemorativo do 9º aniversário da inauguração do Centro de Trabalho local que juntou mais de 100 pessoas. O convívio decorreu no Salão da Cooperativa de Habitação do Faralhão e contou com a participação de Manuel Sobral, membro da Comissão Política do CC do PCP, sendo antecedido por uma reunião de militantes que debateu a situação social e política, bem como as próximas eleições autárquicas.

Agravamento da crise aumenta pobreza em Lisboa

Lisboa tem actualmente cerca de 3500 pessoas que vivem e dormem nas ruas e 50 mil pessoas pertencentes a minorias étnicas pobres, enquanto 10 por cento da sua população é constituída por deficientes e 14,3 por cento dos idosos estão em situação económica altamente precária.

Estes são dados divulgados no colóquio subordinado ao tema «Agravamento da crise e reflexos no aumento da pobreza no distrito de Lisboa», promovido pela Direcção Regional de Lisboa do PCP no passado dia 28 de Maio, num hotel da capital.

Além de várias juntas de freguesia, sindicatos e outras entidades, participaram no colóquio, entre outros, Daniel Branco, presidente da Área Metropolitana de Lisboa, Inês Fontinha, do Centro de Acolhimento «O Ninho», Sérgio Ribeiro, deputado do Parlamento Europeu, e António Abreu, do Comité Central do PCP.

Como foi afirmado no debate, a situação agrava-se também ao nível da população activa: «em 1992, cerca de

120 mil trabalhadores no distrito receberam subsídios de desemprego», 5 mil trabalhadores têm neste momento salários em atraso e, apenas nos primeiros 4 meses deste ano, mais 20 mil pessoas perderam os seus empregos.

António Abreu ligou directamente «o crescimento das manchas de pobreza» ao «processo de restauração do capitalismo monopolista» e à «alienação de responsabilidades por parte do Estado». Segundo disse «a vulnerabilidade à pobreza (a tradicional e a nova pobreza) e a con-

sequente exclusão social têm a ver com as condições de habitação, de saúde, de educação, de inserção no mercado de trabalho e do sistema de emprego, do nível dos rendimentos, dos sistemas de protecção social, das tendências demográficas e movimentos migratórios». Este dirigente comunista criticou as opções do Governo nesta matéria, notando que a sua política contribuirá para «acentuar o crescimento da pobreza», e realçou o trabalho das autarquias CDU no combate à pobreza, na assis-

tência e particularmente no que respeita às áreas como o ensino, a habitação ou os equipamentos colectivos», apesar da desresponsabilização do Estado para com elas.

Daniel Branco recordaria na sua intervenção um relatório das Nações Unidas referente a 1993 que coloca Portugal na cauda da Europa em termos de qualidade de vida. Ainda com base no mesmo estudo este autarca salientou as grandes disparidades existentes e o facto de «os 20 por cento mais ricos ganharem 150 vezes mais do que os 20 por cento mais pobres».

O autarca concluiria que «num desenvolvimento crescentista a várias velocidades, alarga-se o fosso entre as situações extremas de riqueza e de pobreza no país, em geral, e na AML, em particular (...) sem a concretização de reais alternativas económicas, sociais e sobretudo políticas, todos os esforços de todos os programas de luta contra a pobreza não serão mais do que quixotescas intenções de tapar o sol com uma peneira».



DOREV do PCP fez a comparação O maior mal do Alentejo é o Governo do PSD

«E o próprio Governo que vem confirmar a falência da sua política: na «Análise Económica e Social» do País, recentemente elaborada, o distrito de Évora e todo o Alentejo estão hoje mais longe da média de desenvolvimento nacional do que em 1986, baixando de 87% para 84%», afirma a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP. Numa nota de imprensa que distribuiu após a sua reunião do passado sábado, a DOREV chama a atenção para que «os indicadores dependentes da acção das autarquias são superiores, em geral, à média do País, ao contrário do que se passa com os indicadores dependentes do Governo».

Analisando a preparação das eleições autárquicas, a DOREV concluiu que se confirma «a perspectiva de atingir os objectivos definidos pela 2ª Assembleia da Organização Regional», para o que contribui «a notável obra realizada pela CDU nas autarquias», cumprindo «claramente» os programas apresentados em 1989. Depois de realçar a dinâmica da CDU na formação das listas, com o anúncio de 6 candidaturas a Câmaras e 5 a Assembleias Municipais, em iniciativas em que participaram «largas centenas de pessoas», a direcção regional do PCP recorda que estão previstas para as primeiras semanas de Junho novas

apresentações de candidatos a órgãos municipais de Vila Viçosa, Borba e Viana do Alentejo.

Para os comunistas de Évora «é inadmissível que o Primeiro-Ministro e o Governo confirmem e desenvolvam a sua prática de larga instrumentalização dos órgãos do Estado ao serviço do PSD, inserido na campanha para as eleições autárquicas».

A «grave situação social» que se vive no distrito e o «atoleiro para onde o PSD está a conduzir o País e a região», apela a DOREV, exigem «de todos os militantes do Partido e dos democratas um maior empenhamento nas acções de luta de oposição à política do PSD, na preparação das eleições autárquicas para uma grande vitória da CDU e no fortalecimento do Partido, força essencial para uma alternativa democrática».

Professores de Braga

Reunido no passado dia 1 de Junho, o Organismo dos Professores Comunistas de Braga manifestou a sua preocupação quanto à política e actuação do Governo, nomeadamente do ministro da Educação. O Organismo condenou o ministro por ter extinto as Direcções Escolares «sem o cuidado de

definir os organismos que passam a substituí-las, provocando o caos nos serviços». Os professores comunistas criticam ainda a aplicação da nova lei orgânica «que põe em causa os prazos para publicação das listas de colocação no concurso do quadro geral, especialmente para os professores dos segundos e terceiros ciclos», ameaçando com isso a abertura do próximo ano lectivo.

No decorrer da reunião foram ainda abordadas outras questões, como o encerramento de escolas na região Centro, o caso da campanha contra a professora da escola de Courel, Edna Fernandes, ou ainda o caso da Escola Preparatória de Amares, que foi obrigada a encerrar a sua cantina devido às dívidas acumuladas aos fornecedores, que não foram pagas pelo Ministério da Educação.

Convívio alentejano no Montijo

Com a participação de Carlos Carvalhas no jantar de sábado à noite, teve lugar no último fim-de-semana mais uma edição do tradicional «convívio alentejano».

Promovida pela comissão concelhia do Montijo do PCP desde há muitos anos, esta iniciativa decorreu, pela segunda vez consecutiva, nos pavilhões da Montagri, na própria cidade. Antes o «convívio alentejano» fazia-se no pinhal junto ao apeadeiro de Sarilhos e normalmente durante um só dia, o primeiro domingo de Junho. O erguer de bandeiras coloridas, alguns dias antes, na orla do pinhal, era o toque para milhares de pessoas que diariamente passam na estrada nacional que liga o Montijo ao Pinhal Novo.

Em 1992 a comissão concelhia do Montijo decidiu deslocar a iniciativa para os grandes pavilhões da Montagri e transformá-la numa festa de dois dias. Foi tal o êxito que este ano o «convívio alentejano» ganhou também a noite de sexta-feira.

No jantar de sábado à noite interveio, além do secretário-geral do Partido, a camarada Jacinta Ricardo, actual presidente da Câmara que encabeça de novo a lista da CDU para o executivo municipal. Na «Carta de Desenvolvimento e do Futuro do Montijo», que a coligação já começou a divulgar à população, destacam-se as medidas para «preparar o Montijo para o ano 2000».

Têxteis da Serra da Estrela Comunistas reclamam plano de emergência

Promovido pela DORG e pela Comissão Concelhia de Seia realizou-se no passado dia 28 de Maio, um Encontro/Debate sobre o Sector Têxtil que contou com a presença de cerca de 40 pessoas, trabalhadores, sindicalistas, eleitos autárquicos, destacando-se pelo significado, os Presidentes das Câmaras Municipais de Seia e de Gouveia e o Presidente da Junta de Freguesia de Seia. Participaram também os deputados José Manuel Maia e Arménio Carlos que se encontravam de visita ao distrito.

Presidiu ao Encontro o camarada Humberto Veiga que deu conta das entidades convidadas e dos objectivos do Encontro. O camarada Luis Garra do CC fez a

intervenção de abertura com uma perspectiva global da crise do sector e suas causas e também as propostas do Partido para este sector. A camarada Maria do Céu, da DORG, abordou várias situações de empresas têxteis e de confecções, salientando que as empresas que não receberam subsídios de reestruturação pagam pontualmente, enquanto as outras (e são as maiores) pagam sistematicamente com atraso os salários aos trabalhadores.

Várias intervenções reivindicaram um Plano de Emergência para o sector têxtil da Corda da Serra da Estrela, chegando o Presidente da Câmara de Seia a afirmar que «ou há respostas rápidas, ou é o caos para

a região», manifestando desejo de que esta reunião sirva para alguma coisa.

Armando Morais responsável pela DORG falou sobre os efeitos negativos da crise sobre os trabalhadores e suas famílias, onde têm aparecido novos casos de tuberculose em Seia e Gouveia, situação a que não será alheia a falta de pagamentos de salários. José Manuel Maia, que tinha acabado de visitar a Montebelo, empresa de confecções, em Almeida, com 2 anos de existência e 135 trabalhadores. Esta empresa, que foi criada com fundos da Comunidade e os terrenos infra-estruturados oferecidos pela Câmara Municipal de Almeida. Os trabalhadores só tiveram conhecimento do encerra-

mento da empresa quando lá chegaram para trabalhar e tinha sido cortada a energia eléctrica. E concluiu «com tais procedimentos não é possível a reestruturação do sector».

Encerrou o Encontro o deputado Arménio Carlos, que abordou a necessidade urgente de medidas de apoio do Governo para se evitar o desastre no sector, para se travar a desertificação. Responsabilizou os industriais por muitas situações de má gestão e ausência de esforço de modernização das suas empresas e sobretudo pela sua actuação para com os trabalhadores, fazendo o falso diagnóstico de que a crise se deve aos encargos com salários e à legislação laboral.

Deputados visitam distrito da Guarda

A visita dos deputados J. M. Maia e Arménio Carlos ao distrito da Guarda realizou-se nos dias 28 e 29 de Maio, tendo sido visitados sectores de saúde, Vilar Formoso, empresas têxteis e de confecções, Pólo de Seia do Inst. Politécnico da Guarda, Núcleo de Seia do NERGA, Cooperativa Jornalística de Manteigas, Amigos da Serra da Estrela, Junta de Freguesia de Alvoco da Serra, Associação dos Agricultores do Distrito da Guarda, Sindicato Têxtil, Sindicato dos Metalúrgicos, empresa Reicab.

A visita terminou com uma Conferência de Imprensa com a Comunicação Social regional, onde o camarada José Manuel Maia fez o balanço da visita, salientando que ela se insere no normal funcionamento do Grupo Parlamentar Comunista no contacto com a realidade económica e social do País, contactos que não deixam de fora os distritos onde não elegemos deputados.

Conforme salientou, a crise abarca todos os sectores e é reflexo da crise em que o País se encontra. A indústria têxtil sofre uma crise estrutural e os contactos feitos mostram que se está à beira de novos encerramentos e falências com elevados custos sociais e económicos. Tem aumentado o número de trabalhadores com salários em atraso, sendo necessário

medidas de apoio ao sector e apoio social aos desempregados.

Na agricultura, a crise também é generalizada: os preços de venda não compensam os custos de produção, o escoamento dos produtos faz-se com dificuldade, ou não se faz, como o caso da batata. As medidas do Governo são insuficientes e tardias.

J. M. Maia falou sobre Vilar Formoso, salientando que as perspectivas são negras, havendo muita preocupação e mesmo desespero pela situação. A não haver medidas urgentes de apoio, o despovoamento pode começar logo que os filhos dos trabalhadores acabem as aulas.

José Manuel Maia defendeu o alargamento do Hospital Distrital da Guarda para acabar com a divisão do mesmo em dois blocos (urgência, operatório e acamados), que causa muitos problemas de funcionalidade.

A qualidade da água foi também abordada, manifestando-se preocupação quer pela distribuição domiciliária que por vezes é má, quer pelo elevado número de fontanários, mais de 700, que são apenas analisados uma ou duas vezes por ano, quer ainda pelo facto de nenhuma Câmara Municipal dispor de laboratório próprio.

antes do 25 de Abril. Foi membro do Secretariado de Célula das OGMA e orador no primeiro comício realizado pelo Partido na freguesia de Alverca, depois da Revolução de Abril.

JOAQUIM ZACARIAS

Faleceu recentemente Joaquim Zacarias, que contava 88 anos de idade. Era Subchefe da Polícia reformado e militava actualmente na freguesia de Marvila.

JOSÉ PALMA

Faleceu aos 37 anos de idade José António Martins Palma, natural de Caldas da Rainha. Trabalhava na EDP e foi activista da JOP, após o 25 de Abril, tendo integrado ainda o grupo de música popular portuguesa «Charanga».

JOSÉ PELENGANA

Faleceu, aos 38 anos de idade, José Serrano Pelengana. Foi delegado sindical da CP, era membro da Assembleia de Freguesia da Verderna e membro do secretariado de célula na CP.

MANUEL BARRADAS

Faleceu no passado dia 27 de Abril, vítima de doença súbita, Manuel Guerreiro Barradas, que contava 64 anos e era natural de Vale de Vargo. Militante do Partido há 45 anos, era membro da Comissão de Freguesia do Monte de Caparica.

MARÍLIA GASPAR

Faleceu, no passado dia 10 de Maio, Marília Teodora Lopes Gaspar, com 41 anos de idade. Natural do Porto, era bibliotecária em Samora Correia, onde residia e militava.

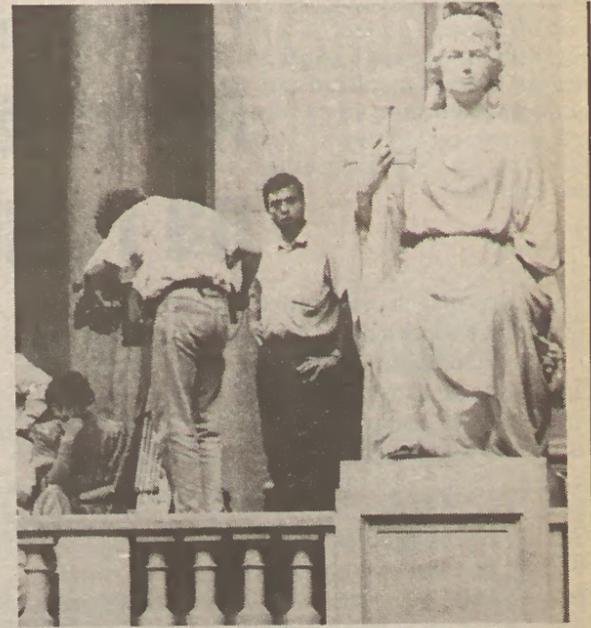
RITA LOPES

Faleceu no passado dia 24 de Maio, em Stª Iria de Azóia, Rita Maria Lopes, que contava 88 anos de idade.

VÍTOR PACHECO

Faleceu aos 54 anos de idade Vítor Pacheco. Foi delegado sindical da Siderurgia Nacional e era actualmente secretário da Junta de Freguesia de Stº André.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Uma intolerável discriminação

O leitor que procure comparar a informação sobre o PCP, que os semanários e a imprensa diária proporcionam, com a informação que o «Avante!» lhe transmite nestas páginas, facilmente chegará à conclusão de que não é exagero afirmar-se existir, da parte desses órgãos, uma deliberada intenção de silenciar a intensa actividade do PCP sobre os mais variados e importantes temas da realidade sociopolítica portuguesa. E, se essa é uma actuação que se considera reprovável em relação à generalidade da comunicação social, por maioria de razões ela assume aspectos de intolerável discriminação quando se analisam os noticiários dos vários canais de televisão — inelutavelmente o meio de informação, por excelência, que em maior grau toca a esmagadora maioria da população portuguesa.

Apreciemos brevemente, por exemplo, a forma como a SIC se tem comportado nos últimos tempos. O facto é que, durante o último mês de Maio, raríssimas foram as ocasiões em que aquela estação se referiu, designadamente no seu principal serviço noticioso — o *Jornal da Noite* —, à actividade do PCP. E, comparando essas constantes omissões com a selectiva e preferencial cobertura dada à actividade de outros partidos — com particular relevância para o PS — ainda mais flagrante se revela a completa ausência de critérios de **informação pluralista** a que, convém recordar, as disposições legais em vigor, sobre televisão, por igual obrigam quer a estação pública quer os operadores privados.

De uma lista de omissões que seria demasiado longo reproduzir, referimos aqui — por serem as mais escandalosas — os casos das recentes **Jornadas Parlamentares do PCP** (17/18.05), de que a SIC só transmitiu, no segundo dia, um curto excerto da conferência de imprensa tendo, no primeiro dia, apenas referido-se a elas *indirectamente* (sem qualquer imagem ou som recolhidos durante o acontecimento e utilizando, como alibi, «imagens de arquivo» da Assembleia da República) a propósito de semelhantes Jornadas do PSD — a que a mesma SIC dedicou, em dias seguidos, duas relevantes peças — e em contraste com um muito maior destaque dado às Jornadas Parlamentares do PS; a ausência de cobertura, entre outras, da **apresentação dos candidatos CDU** por Évora (13.05) ou por Beja (23.05), com a presença de Carlos Carvalhas ou da **apresentação de linhas de intervenção para a Área Metropolitana de Lisboa** (16.05) pelo secretário-geral do PCP ou da **Proposta para as Autárquicas/93 da CDU**, publicamente divulgadas por esta coligação (21.05.); o silenciamento do **Seminário do PCP sobre o Serviço Nacional de Saúde** (22.05) ou de importantes intervenções políticas de Álvaro Cunhal no norte do país, como, entre outras, a conferência sobre **O Comunismo Hoje e Amanhã**, em Ponte da Barca. Isto para não falarmos da continuada e sistemática ausência da SIC às conferências de imprensa regularmente realizadas na sede do Partido, na sequência das reuniões da sua Comissão Política.

Mas se, por outro lado, quisermos encontrar nos noticiários da SIC referências à actividade dos deputados comunistas, dir-se-ia que os jornalistas por ela destacados para a cobertura dos trabalhos parlamentares apenas parece terem câmaras e microfones para as disputas verbais entre os representantes do PSD e do PS — e sempre na perspectiva de uma informação que sobretudo pretende dar a ver aos portugueses o «espectáculo da bipolarização».

Para uma estação de televisão que se autoproclamava, no início das suas emissões, como uma verdadeira «alternativa» à informação «governamentalizada» da RTP, é urgente começar a perceber-se que as intenções inicialmente anunciadas não têm, no quotidiano, qualquer correspondência prática, revelando-se os editores responsáveis da SIC como sendo, afinal, «mais papistas que o Papa».

O que é inaceitável.

CAMARADAS FALECIDOS

ANTERO DINIS

Faleceu no passado dia 25 de Maio, Antero Batista Dinis, que contava 57 anos de idade e era natural de S. Julião do Tojal. Era filho de um antigo tarrafalista, António Dinis Cabaço.

ANTÓNIO GODINHO

Faleceu recentemente o camarada António Fernandes Godinho, que militava na freguesia da Ajuda.

ARMANDO CARVALHO

Faleceu no passado dia 1 de Junho, vítima de doença grave, o resistente antifascista e militante comunista, Armando Martins de Carvalho, que passou parte da sua juventude no Campo da Morte Lenta, no Tarrafal.

EDUARDO FERREIRA

Faleceu em 23 de Abril Eduardo Severino Ferreira. Actualmente membro dos corpos gerentes da Sociedade Filarmónica da Misericórdia de Alverca, fez parte da direc-

ção de quase todas as colectividades da freguesia.

HEITOR DA COSTA

Faleceu no passado dia 11 de Maio o camarada Heitor Martins da Costa, membro da Organização Concelhia de Grândola. Aderiu em 1952 ao PCP, sendo preso pela PIDE por duas vezes, nos anos de 1952 e 1964. Após o 25 de Abril foi membro da Comissão Concelhia e do Executivo do Partido em Grândola. Foi membro da Célula da Unicer-vi e foi membro das autarquias locais de 1976 a 1985, desempenhando no primeiro mandato as funções de 1º secretário da Assembleia Municipal.

JOÃO VALENTE

Faleceu recentemente o camarada João Silva Valente, que estava organizado na freguesia da Ajuda.

JOAQUIM RICARDO

Faleceu em 21 de Abril passado Joaquim Nogueira Ricardo, militante do PCP

PCP

Carlos Brito visita comunidade portuguesa

A Festa e o debate na região de Paris

Uma certa mágoa pelas notícias que, à nossa chegada a Paris, já se confirmavam por não ser Álvaro Cunhal a visitar a emigração portuguesa e a participar nas iniciativas preparadas — o dirigente comunista, como a rádio avisava, não pudera seguir viagem por se encontrar doente — não impediu, porém, nem a continuação do empenhamento dos camaradas da organização do PCP em França, nem os activistas da Associação Portugal de Abril, em prosseguir-las. Carlos Brito, da Comissão Política do CC, substituiu o Presidente do Conselho Nacional do PCP na visita, e os três momentos altos desta foram um êxito. Chegado a Paris na sexta-feira, Carlos Brito, antes de iniciar o programa organizado pela Emigração, teve um encontro com o camarada Wurtz, membro do Bureau Político do PCF, na sede central do Partido Comunista Francês, e no dia seguinte, de manhã, foi entrevistado para a Rádio Alfa, cujo programa em Português é não apenas o único a ser transmitido em permanência na nossa língua, como largamente ouvido na Região de Paris.

Foi no sábado, às 17 horas, que Carlos Brito se deslocou à sede da Associação Portugal de Abril, muito conhecida em Paris e na região, cujas instalações, remodeladas, foram inauguradas numa cerimónia simples, em que o visitante participou, saudado com amizade pelos presentes. Em nome da Direcção da APA, o seu Presidente, José Miguel, apresentou o Director do "Avante!" e, em breves palavras, recordou a fundação da Associação em 1981, tendo entre os seus objectivos a divulgação da cultura portuguesa junto dos franceses e da comunidade portuguesa residente naquele país e, também, "defender e divulgar os valores e os ideais de Abril, os interesses gerais dos trabalhadores portugueses em França, sempre ao lado daqueles que em Portugal se batem por um Portugal democrático".

Um debate vivo

Um dos momentos mais significativos em que Carlos Brito participou nesta visita, foi certamente o jantar promovido pelos apoiantes CDU e pela APA, que reuniu cerca de trezentos portugueses em Saint-Denis num caloroso convívio, seguido da intervenção do dirigente comunista e de um vivo debate sobre a situação política portuguesa, os problemas da emigração e a situação internacional.

"Por uma nova política em Portugal, por uma Europa de Paz, progresso e justiça", lia-se no pano que encimava a mesa, na qual tomaram lugar, além de Carlos Brito, o independente João Santos e os camaradas Jaime Alves, da direcção da organização do PCP em França, e João Armando, do Comité Central. Um caloroso aplauso correspondeu à saudação que o Director do "Avante!" transmitiu aos presentes, em nome dos órgãos nacionais da CDU e do CC do PCP. E novo aplauso

sublinhou a explicação que foi dada sobre a ausência de Álvaro Cunhal que uma gripe retivera, contrariando o seu desejo de ali estar presente.

Anunciando "boas e más notícias" na sua intervenção de abertura, Carlos



Um aspecto do animado jantar-debate em Saint-Denis

Brito referiu-se em primeiro lugar à situação difícil que actualmente se vive em Portugal, apesar de o Governo e o Primeiro-Ministro negarem a evidência da recessão, não podendo já esconder a profundidade da mesma. A par desta realidade referiu ainda o agravamento da situação política portuguesa, com o aumento do autoritarismo — através das limitações introduzidas pelo Governo e pelo PSD aos direitos e liberdades dos trabalhadores, nomeadamente ao direito à greve.

Os efeitos nefastos da política governamental passam também pela emigração. "Onde está essa Europa dos cidadãos e dos trabalhadores", perguntou o dirigente comunista, suscitando o aplauso da sala. "Todas as circulações são permitidas, menos as dos trabalhadores. O capital tem não só o direito de circular, mas também de instalar-se, enquanto que esse direito pode ser restringido aos trabalhadores", disse ainda. "As leis que hoje se discutem em França e que são aprovadas na Alemanha não se dirigem imediatamente contra os emigran-

tes portugueses, dizem. Mas o mal é fazerem-se as leis, que depois se poderá recorrer a elas!"

Mas as notícias não eram apenas más. E Carlos Brito salientou as lutas que envolvem não apenas os trabalhadores mas as camadas médias da população, resistindo à política de direita, e referiu nomeadamente as manifestações e concentrações que nesse mesmo sábado se tinham desenrolado em muitas cidades portuguesas.

Abordando seguidamente as eleições autárquicas que se aproximam, o dirigente comunista sublinhou a importância de, com elas, se poder vir a reduzir as posições da direita nas autarquias, e de reforçar as já importantes posições da CDU. O anúncio da renovação da aliança entre o PCP e o PS em Lisboa foi vivamente aplaudido, tendo também encontrado

boa compreensão o apelo feito aos emigrantes que, em férias nas suas terras, podem contribuir para o esclarecimento, procurando demonstrar o valor da gestão democrática, nomeadamente dos comunistas e seus aliados.

Finalmente, Carlos Brito falou do PCP, das difíceis batalhas que o Partido tem travado, da fidelidade aos princípios, da renovação das suas estruturas, do papel insubstituível dos comunistas na luta contra a política de direita e o capitalismo.

O debate que se seguiu, e que ultrapassou em muito a hora prevista, com muitas intervenções e algumas delas vivamente expressas, nem todas de concordância, revelaram o grande interesse que a situação nacional provoca junto da emigração e o empenhamento em participar na discussão democrática dos temas que a todos os trabalhadores portugueses dizem respeito.

Festa da Amizade

No dia seguinte, domingo, Carlos Brito, que esta-



Carlos Brito no debate. Na mesa, o independente João Santos (à esquerda na foto), e os camaradas João Armando, do CC, e Jaime Alves



Carlos Brito troca impressões com o Maire de Champigny



Na Festa da Amizade, a intervenção de Jaime Alves, acompanhado por J. L. Vargerot e por Carlos Brito

va acompanhado pelo deputado comunista ao Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro — que participou também no convívio da véspera — foi recebido pelo Maire de Champigny sur Marne, com quem conversou demoradamente, antes de entrar no salão do Gymnase Pascal Tabaneli, onde dançavam e cantavam ranchos e grupos folclóricos portugueses compostos por emigrantes. Era a Festa da Amizade, promovida já tradicionalmente pela APA.

No átrio, a cheirar a bifanas, havia quem se entretesse à conversa em Português, e com o sabor da cerveja portuguesa. Numa banca vendia-se o "Avante!" e alguns outros materiais do Partido, e viam-se ainda cartazes a anunciar o comício em que deveria participar

Álvaro Cunhal. Já todos sabiam que o Presidente do Conselho Nacional do PCP não viria. E, ao longo do fim-de-semana, tivemos oportunidade não só de registar a compreensão pelo facto de Álvaro Cunhal não ter podido deslocar-se a Paris, mas também de ouvirmos não apenas o desejo, mas a "exigência" de que fique para breve essa visita há tanto aguardada.

Fez-se um intervalo na música, e João Ramos apresentou o comício, em que tomaram a palavra Jaime Alves, membro do PCP e da APA, o Maire de Champigny e, por fim, Carlos Brito.

A intervenção de Jaime Alves, a que esperamos em breve dedicar mais espaço, pois se referiu à difícil situação que os trabalhadores em França vivem actu-

almente, saudou a participação de todos e, "interpretando o sentimento geral", pediu ao Director do "Avante!" que trouxesse "o nosso abraço solidário, o nosso agradecimento e o desejo de um rápido restabelecimento" a Álvaro Cunhal.

Jean Louis Vargerot, que saudou a iniciativa, recordou os tempos em que os portugueses em Champigny eram cerca de 14 mil, vivendo nos bidonvilles — a Lisboa de França, como disse —, e que datam desses tempos difíceis os laços estreitos entre a "mairie" comunista e os emigrantes, hoje reforçados.

Carlos Brito, no final do comício, em que abordou a situação política nacional e os problemas dos emigrantes, referiu-se particularmente à onda de nacionalismo, xenofobismo e racismo que se vive actualmente na Europa e à legislação que os governos da França e da Alemanha estão a aprovar contra a imigração, mas que representam também uma grave limitação do direito de circulação e dos direitos dos trabalhadores. "Se a Comunidade for transformada numa fortaleza contra os não-comunitários", disse, "teremos dentro da Comunidade uma disciplina de caserna, com uma severa limitação das liberdades e dos direitos".

E a encerrar o comício, referindo-se ao PCP: "Houve quem esperasse que os temporais de Leste o fizessem sucumbir ou transformar-se num partido mais ou menos social-democrata. Enganaram-se redondamente. O PCP mantém-se forte e fiel à sua identidade e aos seus princípios ideológicos e de classe. Continua a acreditar que o Socialismo é a alternativa para os crimes e as taras do capitalismo".

Fotos de José Lopes

COMUNIDADE EUROPEIA

Portugueses em Estrasburgo defendem regionalização

A realidade portuguesa é bem menos risonha do que o Governo procura fazer crer nas instâncias comunitárias. Segundo os padrões europeus, setenta por cento dos portugueses vivem no limiar da pobreza

Pegue-se em três dezenas de autarcas CDU de todo o país. Organize-se uma viagem até ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Arranje-se no local uma sala, tradutores, eurodeputados e comissários, entendidos em questões de desenvolvimento e regiões. Junte-se a tudo o tempo necessário para permitir o diálogo. Sirva-se às autarquias.

Esta poderia ser uma das receitas para a orientação nacional no labirinto comunitário. Os eurodeputados do PCP têm vindo a pô-la em prática, com sucesso.

Aconteceu uma vez mais, na sessão de Maio. Na bagagem, para além de uma mostra de produtos regionais que fizeram as delícias de quem provou, os eleitos da CDU levaram muitas perguntas, outras tantas queixas, e a grande preocupação de fazer sentir nas instâncias comunitárias a necessidade urgente de tomar medidas para evitar a crescente desertificação e empobrecimento de vastas zonas do país.

Audiências com o comissário europeu responsável pela política regional, Bruce Millan, com Lanfranco Bianconi, conselheiro do comissário Peter Schmidhuber que gere o Fundo de Coesão e com o presidente da Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu, Gutierrez Diaz, para além de encontros com eurodeputados portugueses, franceses e

gregos do grupo Coligação de Esquerda, em que participou ainda Cunha Oliveira, do PS, preencheram o programa desta visita de dois dias a Estrasburgo.

Regionalização, fundos estruturais, quadro comunitário de apoio, foram os temas abordados. Uma oportunidade para dar a conhecer ao comissário Millan a exclusão dos responsáveis pelo Poder local, por parte do Governo, do processo de planificação do desenvolvimento, ao contrário do que o executivo de Cavaco Silva procura fazer crer junto dos parceiros europeus. Uma exclusão que poderá vir a acentuar-se com a criação do Comité das Regiões, já que ao contrário do inicialmente previsto no tratado de Maastricht não garante a inclusão de eleitos.

O comissário Millan, que repetidamente lembrou que o princípio da subsidiariedade dá aos Estados-membros plena autonomia nesta matéria, prometeu aos autarcas portugueses pressionar os governos dos

Doze, incluindo o português, no sentido de garantir a participação dos responsáveis autárquicos nas decisões que dizem respeito às respectivas regiões. Reconhecendo que há uma tendência generalizada para a centralização dos fundos comunitários, Bruce Millan recordou a especificidade do caso português, cuja totalidade do território é considerada pela Comunidade como região de "objectivo 1", ou seja, de alta prioridade na atribuição de fundos para o desenvolvimento regional.

O país real

Nas suas várias intervenções, os representantes de Câmaras e Freguesias lamentaram que sejam os países com menor grau de regionalização, como Portugal, que mais obstáculos levarem à consulta dos parceiros sociais e locais. E apresentaram números bem reveladores de como, após sete anos de aplicação dos fundos estruturais, teoricamente destinados à redução e eliminação dos desequilíbrios na CEE, não só não se reduziram as assimetrias regionais no território português, como tem vindo a diminuir a produção industrial e agrícola e a acentuar-



-se a desertificação humana. Os casos do Alentejo, que nos últimos dez anos perdeu 40 mil habitantes e está cada vez mais longe, em termos de desenvolvimento, das outras regiões do país; de Leiria, que sofre um processo de desindustrialização acelerado e regista um crescente desequilíbrio entre as zonas rurais e urbanas; e de Santarém, onde o desemprego afecta já 20 por cento da população activa e o fenómeno da emigração voltou a estar na ordem do dia, apresentados respectivamente por Teresa Ribeiro, Sérgio Silva e Ramiro Silva, são significativos.

Estes problemas estiveram de resto na ordem do

dia da sessão de Maio do PE, com a discussão do relatório Moretti sobre zonas de despovoamento, em que interveio o camarada Rogério Brito, como se refere em separado.

A visita de eleitos da CDU ao PE teve o mérito de fazer saber a alguns responsáveis europeus, se é que o desconheciam, que a realidade portuguesa é bem menos auspiciosa do que procuram fazer crer os nossos governantes. Por seu turno, os autarcas ficaram a perceber melhor os meandros dos foruns comunitários e mais sensibilizados para a importância da informação de e para as instituições comunitárias.

À margem dos contactos oficiais, mas não menos importante, decorreu o convívio em que foi possível degustar os belíssimos produtos regionais levados expressamente de Portugal para Estrasburgo. Uma iniciativa muito louvada, possível com a colaboração de adegas cooperativas e outras instituições, em que se fez jus aos queijos, enchidos, fumados e doces de todo o país, bem regados com vinhos do Sul a rivalizar com os do Norte, numa fraternidade de fazer crescer água na boca. A rematar, a prova provada de que tudo é possível: cantares alentejanos e fados de Coimbra, em amena confraternização.

Despovoamento O drama das regiões

Porque é que regiões onde já se realizaram importantes investimentos em infra-estruturas, regiões que estão dotadas de infra-estruturas básicas suficientes para propiciar condições de vida e de investimento razoáveis persistem no processo de progressiva desvitalização das suas economias e de despovoamento e envelhecimento da sua população?

A pergunta, que está longe de ser retórica, foi feita por Rogério Brito, deputado do PCP no Parlamento Europeu, aquando do debate do relatório Moretti sobre zonas de despovoamento.

A questão é particularmente pertinente no caso de Portugal onde, como sublinhou o eurodeputado, há regiões em que se corre o risco de se perder o investimento realizado pelas autarquias na educação, dado que os jovens, depois da sua formação escolar e mesmo profissional, acabam por partir para outras regiões, porque não encontram nas de origem as condições necessárias

de vida para se fixarem e poderem ter um futuro estável.

Porque é que continuamos a correr o risco — interroga o eurodeputado — de os primados de critérios de estrita rentabilidade economicistas se sobreporem aos direitos fundamentais dos cidadãos, como seja, por exemplo, o caso da saúde?

A realidade nacional,

como lembrou Rogério Brito, continua a ser dramática, havendo "zonas onde uma pessoa, para ter a assistência médica mais simples, carece de se deslocar cento e muitos quilómetros" e onde uma mãe, para dar à luz, corre o risco, como acontece no Alentejo, de ter a criança num táxi, "porque na sua região não existem maternidades, dado não haver população suficiente que as justifique".

Custos sociais

Para o eurodeputado comunista, estas questões têm que ser equacionadas, até porque existe uma "contradição evidente entre os objectivos e as políticas estruturais da Comunidade e as políticas macroeconómicas desta mesma Comunidade":

A contradição é evidente entre a estratégia espacial do desenvolvimento, adoptada pela maior

parte dos Estados-membros, e a necessidade de combater a desertificação e promover o desenvolvimento das regiões atrasadas. A contradição é evidente entre a política estrutural da Comunidade e a política agrícola comum. A contradição é evidente entre a necessidade de combater, no fim de contas, todos os elementos que estrangulam o desenvolvimento humano e o progresso social e económico numa sociedade moderna, e os elementos que estrangulam esse mesmo processo.

Os custos de tudo isto são cada vez mais insupportáveis. Por um lado, há o sofrimento daqueles que consomem as suas vidas em regiões onde o horizonte termina na frustração, na inutilidade da sua existência, porque nem sequer têm um fim de utilidade, porque até se lhes paga para não fazer nada, até se lhes paga para acabarem a vida na condição social de inúteis. Por outro lado, há o custo maior da exclusão social, os bairros de lata, os autênticos galinheiros

onde vivem centenas de milhares de mulheres, de homens e de crianças em todas as grandes concentrações urbanas industriais, porque são os desalojados de uma política que põe acima dos direitos da pessoa e do direito ao desenvolvimento regras estritamente economicistas de mercado que não respeitam os direitos ao progresso.

No fundamental, o relatório Moretti procura dar resposta a estas questões. E vale a pena salientar que, nas suas recomendações à Comissão, ao Conselho e aos governos e parlamentos dos Estados-membros, considera necessária "a efectiva participação das regiões e do Poder local, bem como das organizações socioprofissionais, na elaboração e acompanhamento dos programas e projectos" destinados às regiões em causa, bem como a adopção, em simultâneo com os programas estruturais, de políticas e medidas de incentivo, nomeadamente no âmbito económico-financeiro e fiscal, para atrair o investimento produtivo a essas regiões.



Até se lhes paga para acabarem a vida na condição social de inúteis

PODER LOCAL

Comentário da DORL do PCP à campanha do PS em Loures

O candidato do PS em Loures procura «colar-se» à sombra da Coligação por Lisboa, crítica a DORL do PCP, num comentário que transcrevemos na íntegra.

1. Os primeiros passos da campanha do Partido Socialista no concelho de Loures demonstram que o candidato António Costa e o PS estão disponíveis para recorrer a quaisquer meios para alcançarem os fins a que se propõem. O sentido das principais afirmações do candidato do PS, o lema escolhido para a campanha e os primeiros elementos de campanha conhecidos indicam a opção por uma lamentável estratégia de manipulação eleitoral.

É eticamente reprovável e eleitoralmente fraudulento procurar não só identificar a candidatura do PS em Loures — uma candidatura cujo objectivo é retirar ao PCP a

presidência do município e que se apresenta indiscutivelmente em confronto eleitoral com o PCP e a CDU — com a candidatura da coligação «Com Lisboa» na capital do país, como simultânea e subliminamente procura induzir a ideia de que a gestão em Lisboa é da responsabilidade do Partido Socialista.

A DORL do PCP sublinha que os resultados do trabalho da coligação «Por Lisboa» e os importantes ensinamentos políticos que dela decorrem exigem, numa perspectiva séria de convergência entre forças democráticas, que sejam afastadas de vez as tentações de manipulação e de uso no estrito interesse partidário que alguns teimam em assumir.

2. O esforço de António Costa para apresentar a sua candidatura como uma candidatura de esquerda e decorrente da coligação «Com Lisboa» não corresponde a uma atitude de sério empenhamento de convergência democrática. Faz antes parte de uma assumida e afirmada encenação para procurar iludir os eleitores e melhor combater o PCP e a CDU.

Regista-se sintomaticamente o sentido implicitamente anti-comunista das declarações de António Costa, coincidentes aliás com a linha de argumentação do PSD e de Cavaco Silva, no sentido de atribuir ao PCP e aos seus aliados a responsabilidade

pelos problemas económicos e sociais que resultam da desastrosa política de direita do Governo.

3. A insinuação de que a gestão da CDU se limitou a satisfazer as necessidades básicas é inteiramente falsa (mas é oportuno recordar que neste domínio, nos municípios em que o PS é predominantemente responsável pela gestão das autarquias, mais de 50% da população aguarda ainda o momento de dispor de redes domiciliárias de abastecimento de água e esgotos, como sucede na Área Metropolitana do Porto e em importantes concelhos do distrito de Coimbra).

Ao contrário do que o PS desejaria, a gestão da CDU no concelho de Loures tem dado um contributo significativo para a melhoria das condições de vida da população, para a dinamização da actividade produtiva e económica e para a afirmação do concelho como um centro com vida social e cultural própria.

4. A um eleito autárquico é exigido um mínimo de lisura no seu comportamento político. Ao procurar colar-se à sombra da coligação «Por Lisboa», quando o seu real objectivo é o combate ao PCP e à CDU, António Costa demonstrou bem cedo não se preocupar minimamente com tal exigência.

5. A DORL do PCP considera intolerável que num folheto de campanha do PS seja abusivamente utilizada a figura de um destacado dirigente do PCP, e reserva-se naturalmente o direito de acionar os mecanismos políticos e jurídicos adequados à gravidade da situação.

6. A DORL do PCP lamenta que pela mão de António Costa sejam reintroduzidas no arsenal eleitoral do PS em Loures práticas e comportamentos que o caracterizam no tempo em que recorreu a coligações com o PSD para procurar interromper o trabalho de gestão CDU.

A DORL do PCP confia que, tal como sucedeu em 1985, a população de Loures dê a merecida resposta a tais métodos e a quem os assume.



CDU
um bom trabalho
melhores
soluções

«Lagos Pode Ser Melhor!»

Maria Luísa Miranda M. C. Teixeira, licenciada em Direito e Conservadora do Registo Civil de Lagos, desde Março de 1981, é candidata à presidência da Câmara Municipal de Lagos, com o estatuto de independente, apoiada pelo Movimento de Cidadãos por Lagos «Lagos Pode Ser Melhor», cujo Manifesto subscreve, integrada nas listas da Coligação Democrática Unitária-CDU.

Diz o Manifesto: «Não está em boas mãos o concelho de Lagos! Sem imaginação, sem competên-

cia e sem criatividade, a actual direcção camarária limita-se a gerir alguns projectos que herdou. Sem uma ideia nova, uma iniciativa interessante, uma conduta transparente.

«Afobada numa ridícula ostentação do poder, distraída e satisfeita a saborear a maioria que detém, não chega a ver os problemas sérios.

«Tem a prepotência própria de quem é democraticamente imaturo e em cada discordância pressente uma ameaça.

«Ignora sugestões, rejeita propostas, não informa com rigor.

«Isto não serve ao município, não serve à cidade e às freguesias, não serve aos lagobrigenses. «Agride a inteligência».

Por isso, um grande número de cidadãos de todos os quadrantes sociais de Lagos decidiu lançar um Movimento com vista à participação nas Autárquicas/93, em associação e com o suporte da Coligação Democrática Unitária CDU, organização política expe-

riente e com provas dadas em todo o País.

Lagos Pode Ser Melhor vai tornar-se o lema e a bandeira colectiva pela mudança que é necessária no município.

Não queremos uma cidade triste, suja, sem horizontes.

Queremos uma cidade fresca e alegre, um município aberto virado ao futuro.

Com a participação dos cidadãos, ouvindo a cidade, vamos fazer um município melhor.

Com inteligência, com competência, com honestidade e com vontade criadora.

Matosinhos «Duas candidaturas de prestígio»

A CDU divulgou os cabeças de lista candidatos à Câmara e Assembleia Municipais de Matosinhos. Para a Câmara Municipal apresenta o dr. Valdemar Madureira e para a Assembleia Municipal o dr. António Graça, que, segundo a Coligação, constituem «duas candidaturas de prestígio, de autarcas com experiência, competência e provas dadas na defesa intransigente dos interesses da população e de um efectivo desenvolvimento do concelho de Matosinhos. Dois autarcas que, independentemente das opções e opiniões políticas de cada um, são reconhecidamente considerados como autarcas de grande capacidade técnica e política, rigor e honestidade». E a CDU prossegue, na apresentação dos seus candidatos:

«É conhecido o trabalho realizado pelo dr. Valdemar Madureira enquanto vereador da CMM. Matosinhos beneficia, ainda hoje, da sua acção e propostas nomeadamente nos pelouros sob a sua directa responsabilidade. É conhecida, também, a intervenção objectiva e sempre necessária do dr. António Graça enquanto membro da Assembleia Municipal e que muito tem contribuído para a dignificação deste órgão, colocando sempre nas suas intervenções o essencial para Matosinhos em detrimento do «espectáculo individual».

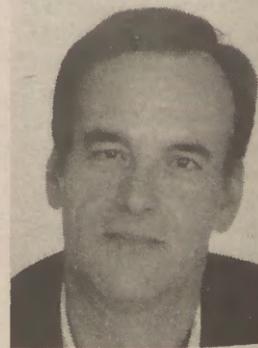
São os seguintes, os dados pessoais dos candidatos da CDU aos principais cargos autárquicos de Matosinhos:

O candidato à presidência da Câmara Municipal, **Albino Valdemar Ferreira Madureira** tem 48 anos, é economista e chefe da Delegação Aduaneira de Leixões.

Eleito vereador nas Eleições Autárquicas de 1979, 1982 e 1986, foi responsável pelos pelouros de Mercados e Abastecimento Público, Cemitérios, Trânsito e Transportes Públicos, Ensino e Transportes Escolares.



Dr. Valdemar Madureira, candidato à presidência da CM de Matosinhos



Dr. Santos Graça, candidato à presidência da AM de Matosinhos

Foi membro dos Conselhos de Administração dos SMEAS e dos SMAS de Matosinhos.

O candidato à presidência da Assembleia Municipal, **António dos Santos Graça**, tem 49 anos, é médico, cirurgião cardio-torácico.

Eleito para a Assembleia Municipal nas Eleições Autárquicas de 1976, 1979, 1982, 1985, 1989. É pres. da Direcção Regional do Norte da Associação Portuguesa dos Médicos Hospitalares.

A CDU marca a diferença

Na nota à Imprensa sobre as candidaturas de Matosinhos, diz a CDU:

«Pode-se dizer que se as próximas eleições propiciassem a perda da maioria absoluta do PS, isso significaria que a Câmara de Matosinhos ficaria em melhores condições de dar resposta aos graves problemas do concelho. Aprofundar-se-ia o diálogo, procurar-se-iam as melhores soluções, não se enquistariam as opiniões, não se individualizaria a capacidade de pensar e decidir, privilegiar-se-ia o trabalho colectivo e a contribuição de todos e de cada um para uma causa comum: viver melhor em Matosinhos.

«O PSD não é alternativa em Matosinhos, nem eleitoral nem política. Não é alternativa eleitoral, bastam os números para o comprovar. Não é alternativa política, porque o seu comportamento ao longo dos mandatos, e não só deste, demonstra, inequivocamente, como confundem os interesses da população de Matosinhos com os interesses pessoais. Considerar-se o PSD uma alternativa, eleitoral ou política é uma farsa e uma falsidade».

E conclui: «Com verdade e objectividade dizemos que, em Matosinhos, a CDU marca a diferença.

«Marca a diferença pelo conhecimento que tem dos problemas, pela sua capacidade de luta contra o que é nocivo para a população, pelas soluções que defende.

«Foi pela nossa luta que, por exemplo, não foi construído um terminal cimenteiro junto à praia de Matosinhos nem foi implantada a estação de incineração de lixos (Lipor II) em Leça do Balio. Se tal se tivesse concretizado, verificar-se-iam danos ambientais irreparáveis.

«Mas a nossa diferença revela-se também pelas soluções que apresentamos e pela firmeza com que as defendemos».

Mais candidatos

Silves e Montemor-o-Novo

A Coordenadora da CDU do concelho de Silves, «após amplo debate e consulta de múltiplos sectores representativos da comunidade local, deliberou apresentar como primeiros candidatos aos órgãos concelhios do Poder Local nas próximas eleições autárquicas», os seguintes nomes:

À Câmara Municipal, **José António Correia Viola**, 44 anos de idade, funcionário da Repartição de Finanças de Silves e actual vereador da Câmara Municipal de Silves. Membro da Comissão Concelhia do PCP e da Coordenadora da CDU do concelho de Silves, foi presidente da Câmara Municipal de Silves (1986-1989), presidente da Junta de Freguesia de Silves (1979-1985), membro da Assembleia Municipal de Silves (1979-1985), membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (1986-1989), membro da Comissão Regional de Turismo do Algarve (1986-1989) e membro da Assembleia Distrital de Faro (1982-1989).

À Assembleia Municipal, **dr. José Correia Fernandes Leal**, 53 anos de idade, licenciado em Ciências Matemáticas, professor do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária de Silves e actual membro da Assembleia Municipal de Sil-

ves. Membro da Coordenadora da CDU do concelho de Silves, foi presidente eleito do Conselho Directivo da Escola Secundária de Silves durante três mandatos. Presidente da Assembleia Municipal de Silves em 1982/84, 1986/89 e 1990, membro da Assembleia Municipal de Silves desde 1979 e membro da Assembleia Distrital de Faro de 1982 a 1989.

Montemor-o-Novo

No passado domingo, dia 30 de Maio, realizou-se em Montemor-o-Novo, promovido pela CDU, um almoço para apresentação do cabeça de lista à Câmara e Assembleia Municipal. Participou na iniciativa **Luís Sá**, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Foram apresentados como cabeças de lista: à Câmara Municipal, **dr. Carlos Pinto de Sá**, economista, assistente da Universidade de Évora, membro do Partido e da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo; à Assembleia Municipal, **João Manuel dos Santos Silva**, contabilista, membro da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP.

PODER LOCAL

Em Sesimbra, reunindo 400 pessoas de todo o País «O Município e o Desporto» discutidos em Congresso

O Congresso «O Município e o Desporto», que se realizou em Sesimbra de 27 a 29 de Maio, reuniu cerca de 400 participantes representando o Poder Local, o Movimento Associativo e o Sistema Educativo de todas as regiões do País. Nas seis Secções e no Plenário foram produzidas perto de 100 intervenções, sendo 18 de conferencistas e participantes estrangeiros e cerca de 80 de autores portugueses. O debate nas Secções e em Plenário foi extremamente variado, traduzindo as perplexidades, dúvidas e interrogações que hoje se colocam ao Poder Local na sua relação com o Desporto, partindo da experiência do importante trabalho desenvolvido pelas Autarquias Locais durante a última década.

O Congresso não pretendia nem podia, pela sua vocação própria, extrair conclusões que se apresentassem como linhas de actuação ou formas de solução para a enorme quantidade de questões que surgem nesta área da actuação das Autarquias Locais. De facto, este Congresso, constituindo a primeira iniciativa no género que se realizou em Portugal, pretendeu criar um espaço de encontro e reflexão comum entre os autarcas, os dirigentes associativos desportivos, os educadores e os técnicos desportivos, com a finalidade de tomarem conhecimento das diferentes perspectivas e da dinâmica que caracteriza actualmente, o fenómeno desportivo.

Uma parte integrante de intervenção autárquica

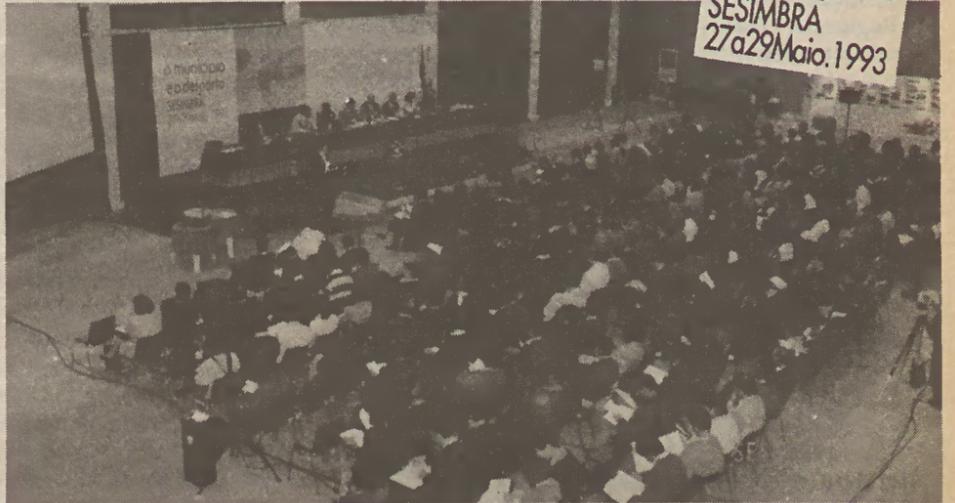
Conforme se assinala nas suas conclusões, «o Congresso atingiu uma dimensão nacional e internacional de grande expressão e os seus trabalhos assumiram um carácter científico, técnico e de análise social de enorme importância». E sublinha-se um aspecto determinante: «pelo valor e o peso das análises feitas pelos próprios autarcas e pelos técnicos presentes, ficou bem demonstrado que o desporto passou a fazer parte integrante das preocupações das Autarquias Locais, entendido como forma de resposta a necessi-

dades concretas das populações, como elemento aglutinador comunitário, como factor de identificação local e de desenvolvimento socio-económico e cultural.»

Entretanto concluiu-se igualmente que «a intervenção das Autarquias Locais na área do Desporto não pode ser considerada como independente da situação desportiva nacional nas suas diferentes vertentes e nos seus vários segmentos.

A sua acção tem sido mais intensa quanto à construção, manutenção e gestão dos equipamentos desportivos, mas elas também têm surgido como as viabilizadoras de muitas das iniciativas que competem de facto à Administração Central.»

Tomando em consideração esta realidade, «que traduz uma situação contraditória e intolerável em que o Poder Central tem colaborado», inevitável se torna reconhecer que «as Autarquias Locais devem passar a assumir um papel insubstituível na definição da Política Desportiva Nacional, consentâneo com a importância crescente e já predominante do seu empenhamento. O Poder Central deve reconhecer institucionalmente esta posição, permitindo a presença dos legítimos representantes



das Autarquias Locais nos diferentes organismos e instituições em que aquela política está a ser definida», sublinhou o Congresso.

Governo deve reconhecer o papel das autarquias

Neste quadro, o Congresso considerou que o papel das autarquias no plano desportivo «deverá ser urgentemente reconhecido em toda a legislação que está a ser elaborada e pela própria Lei de Bases do Desporto», recordando um conjunto de situações onde as autarquias têm sido obrigadas a substi-

tuir o Poder Central em funções «que a este legalmente cabem», nomeadamente nas escolas, nos «clubes desportivos de cariz popular que não recebem qualquer apoio significativo do Governo» e nas federações desportivas e associações distritais.

O Congresso lançou ainda um apelo «à Associação Nacional de Municípios Portugueses para que passe a integrar esta questão no quadro das suas preocupações, prestando-lhe uma nova atenção», fazendo idêntico apelo à ANAFRE, «na medida em que, apesar das enormes dificuldades com que desenvolvem a sua actividade, muitas Juntas de Freguesia desempenham já um papel insubstituível no apoio

e viabilização da actividade desportiva na área da sua jurisdição». O mesmo apelo foi feito às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

«De qualquer forma — concluiu o Congresso — parece resultar claro que, ao definir-se um novo papel para as Autarquias Locais, se perfilou também como indispensável para o desenvolvimento do desporto nacional e, inclusive, para a sua afirmação no concerto das Nações, a estruturação de uma íntima colaboração entre o Poder Local e o Central, no interior do quadro da autonomia de ambos e no pleno respeito pela sua independência política e institucional.»

Em Serpa confiança certa

A CDU anunciou que, nas próximas autárquicas, o cabeça de lista à Câmara Municipal de Serpa é **João Manuel Rocha da Silva**, professor, de 42 anos, membro do PCP, actual presidente, sucessivamente eleito à frente do município nos últimos três mandatos, desde 1980. Para encabeçar a lista à Assembleia Municipal de Serpa, a coligação apresenta **José Sesinando**, economista, de 46 anos, independente, seu actual presidente.

O anúncio foi feito no passado sábado, na Casa do Povo de Serpa, no final de um Encontro Concelhio da CDU, que reuniu mais de uma centena de eleitos, candidatos e outros activistas da Coligação. Esteve presente à reunião **José Sociro**, da Comissão Política do PCP.

Na altura, foram ainda anunciados os cabeças de lista para as freguesias da vila de Serpa, dois independentes. Em Santa Maria, o candidato é **António Gonçalves**, operador de computadores, de 42 anos, natural de Serpa, e em Salvador encabeça a lista **Maria Fernanda Morais Gil**, professora, de 35 anos, igualmente natural da vila. Até ao final deste mês, a CDU terminará a elaboração das suas listas, a nível concelhio.

No documento com as conclusões do Encontro, é feito o elogio do trabalho dos autarcas da CDU no concelho de Serpa, ao mesmo tempo que o PSD e o seu Governo são responsabilizados pelos gravíssimos problemas económicos e sociais — nomeadamente a desertificação, o desempre-

go, a precariedade do trabalho, a deficiente assistência social, a degradação das condições da saúde e do ensino — que atingem toda a região e, de um modo geral, o interior do País.

Como objectivos eleitorais, o Encontro apontou para o reforço das posições da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal e nas freguesias de Pias, Vila Nova de S. Bento e Vale de Vargo, onde a Coligação já detém a maioria absoluta, e para a vitória nas freguesias de Vila Verde de Ficalho, Brinches, Santa Maria e Salvador. O encontro Concelhio da CDU analisou também a anunciada candidatura do CDS-PP à Câmara Municipal, considerando-a ligada «aos sectores mais reaccionários da sociedade», e concluindo que «os planos da direita conservadora» serão derrotados, já que «o povo do concelho de Serpa não se deixará enganar pela demagogia, pelo bairrismo e populismo dessa candidatura».

Durante os trabalhos do Encontro, que decorreram em ambiente de grande confiança e optimismo nos resultados das eleições de Dezembro, foi feito o balanço do trabalho da CDU no concelho de Serpa, avaliado como altamente positivo. «A obra feita está aí e fala por si», disse, a propósito, José Sociro, na intervenção de encerramento, em que criticou a política económica e social do Governo PSD e defendeu que uma grande votação na CDU a nível nacional, em Dezembro, pode facilitar uma alternativa democrática e uma política diferente para o País.



João Manuel Rocha da Silva, presidente da CM de Serpa há três mandatos e, de novo, candidato pela CDU

Candidatos por Vila Viçosa

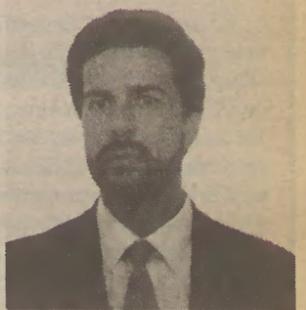
Em ambiente de confiança e entusiasmo, realizou-se no passado domingo, num restaurante de Vila Viçosa, a apresentação dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos do concelho, nomeadamente à Câmara e Assembleia Municipais e Assembleias de Freguesia. **Manuel João Fontainhas Condenado**, militante do PCP, professor do ensino básico e vereador da CDU entre 1982 e 1985, é o cabeça de lista para a Câmara Municipal, enquanto **Nemeu de Jesus Fernandes**, militante do PCP e industrial de hotelaria, é o 1.º candidato para a Assembleia Municipal.

O local escolhido para a sessão revelou-se insuficiente para os numerosos participantes de última hora que fizeram questão de apresentar o seu apoio à CDU, o que foi definido pela organização como «a primeira batalha vitoriosa para a vitória maior da CDU em Dezembro próximo».

José Sociro, membro da Comissão Política do CC do PCP, participou no almoço-convívio e proferiu

uma intervenção onde realçou a importância das próximas eleições autárquicas «para arrancar o concelho de Vila Viçosa do marasmo que caracterizou a gestão socialista dos últimos quatro anos», permitindo «eleger homens, mulheres e jovens que não tenham como preocupação trabalhar apenas em vésperas de eleições, como sucede no presente» e infligir também «uma derrota ao PSD e à sua política ruinosas».

Salientando «a notável obra realizada pelos comunistas e outros democratas nos municípios e freguesias de maioria CDU e a sua contribuição inegável para a resolução dos problemas nas situações onde interveém em minoria», o diri-



Manuel João Fontainhas Condenado, candidato da CDU à presidência da CM de Vila Viçosa

gente do PCP sublinhou ser esse património de trabalho, honestidade e competência a razão «da grande confiança que se vive em todo o Alentejo e que, certamente, se irá traduzir numa grande vitória da CDU».

Rectificação

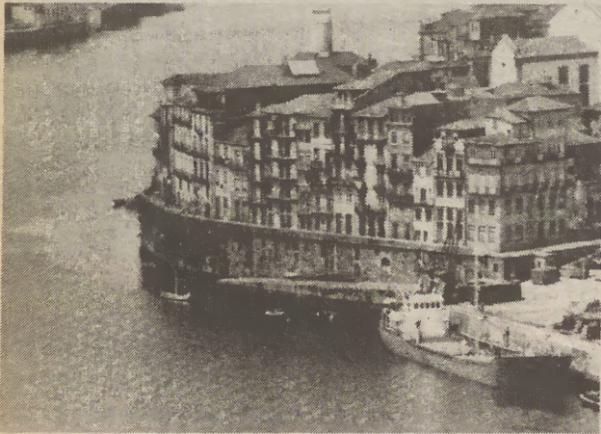
Por lapso a que somos alheios, não foi referido, na notícia feita a semana passada, que **Ludgero Escoval**, candidato da CDU à CM de Moura, foi eleito pela 4.ª vez para a presidência da Junta de Freguesia da Branda mas suspendeu o mandato, e quanto à sua actividade, inclui áreas como as cooperativas de consumo, e não de habitação.

Aqui fica a rectificação que nos foi pedida.

NACIONAL

Desvio do Douro Candidato do PSD absurdo presidente da Câmara demagógico

As questões de ambiente na área do Grande Porto foram tema para um debate promovido pela Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP em Leça do Balio, na passada sexta-feira, de cujas conclusões se destaca a explicitação da posição dos comunistas quanto à polémica sobre a redução do caudal do rio Douro. Um protesto «contra a falta de informação do Governo sobre toda a problemática que envolve o Douro Internacional e a Espanha» é manifestado em comunicado datado de sábado passado, onde se faz refe-



A poluição e o anunciado desvio do Douro preocupam os portuenses

rência ao projectado desvio do caudal do rio pela aplicação do plano hidrológico espanhol, a possível reactivação do projecto da central nuclear de Sayago e de construção de uma lixeira nuclear perto das suas margens.

Os comunistas consideram, por um lado, «absurdas do candidato do PSD à Câmara do Porto quando considera que o poder autárquico não tem que se preocupar com estas questões». Por outro lado qualificaram de «demagógicas e eleitoralistas» as atitudes do actual presidente da Câmara «que faz uma fuga para a frente, ausentando-se do país com o pretexto de conhecer este problema, num momento em que estava em causa a sua actuação em torno da aplicação do Plano Director Municipal (PDM) na Assembleia Municipal do Porto», refere o comunicado.

A DORP exige «que haja, com a maior urgência, da parte do Governo, uma informação técnica e politicamente correcta sobre toda esta problemática do Douro» e reafirma «a necessidade do poder local dar maior atenção aos graves problemas ambientais da região», com especial referência para o saneamento básico, o tratamento de efluentes domésticos e industriais.

Praias poluídas

Entre as águas atingidas pela poluição, os comunistas destacaram o Douro e seus afluentes, o Leça, o Ave e outros rios da região, bem como o litoral, com destaque para as praias da Área Metropolitana do Porto, «as quais se tornam cada vez mais perigosas para as centenas de milhar de pessoas que anualmente procuram usufruir dos banhos de sol e de mar».

aumento» dos combustíveis e reclama que o desconto no gasóleo agrícola passe, de imediato, de 30 para 35 escudos por litro.

O preço português do gasóleo agrícola é o mais caro da Europa comunitária, «enquanto o imposto cobrado pelo Governo sobre os combustíveis já é superior aos custos desses mesmos combustíveis».

A CNA exige a alteração da política agrícola do Governo, assente, segundo a confederação, em «três princípios daninhos»: o encarecimento constante dos preços dos factores de produção, o fomento das importações em detrimento do apoio à produção nacional, e o «quanto menos investimento melhor».

Belas-Artes/Porto Alunos recusam propinas

Os alunos da Escola Superior de Belas-Artes do Porto fecharam segunda-feira aquele estabelecimento de ensino «em protesto contra a Lei das Propinas», segundo afirmou à agência Lusa um elemento da Associação de Estudantes, Susana Nogueira.

Os estudantes de Belas-Artes da Universidade do Porto fizeram uma barreira junto à porta da escola, impedindo funcionários e professores de entrar no edifício. Já na sexta-feira anterior os alunos arrancaram da parede os prazos de pagamento das propinas e as listas com os nomes dos beneficiados com isenções e reduções de pagamento.

A terminar, o comunicado, divulgado na véspera do Dia Mundial do Ambiente numa conferência de imprensa onde estiveram Emídio Ribeiro, Ilda Figueiredo, Jorge Pinto e Marques Lopes, lembra que as questões ambientais «estão directamente ligadas à qualidade de vida, às condições de habitabilidade e de integração social e espacial dos moradores, situação que é especialmente grave na generalidade da Área Metropolitana, com destaque para o Porto». Por isso, os comunistas da região desejam «que as declarações em torno do ambiente não se fiquem pelo dia mundial, nem sejam meras declarações de circunstância».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Combate à corrupção

«O que hoje está em causa a pretexto do combate à corrupção é mais um entorse no Processo Penal, um aleijão que visa menos aquele combate do que a criação dos meios adequados ao reforço dos poderes do Governo à custa do empobrecimento do poder judicial», afirmou Odete Santos a propósito do diploma governamental que estabelece medidas de combate à corrupção.

Ao pronunciar-se nestes termos, faz hoje uma semana, no debate parlamentar sobre o diploma governamental que estabelece medidas de combate à corrupção, a deputada comunista mostrou de forma inequívoca não acompanhar as palavras do Ministro da Saúde, Laborinho Lúcio, quando este afirmou que o Governo «quer combater a corrupção e a criminalidade económica e não discursar sobre o combate necessário, fugindo às soluções que o tornam eficaz».

Para a deputada comunista, o que está ainda em causa é o «sistema proposto pelo Governo para aquilo que verdadeiramente pode chamar-se instrução ou pelo menos investigação criminal», assinalando a propósito que a «actuação policial cresceu entre nós à custa da actividade jurisdicional», com os custos daí decorrentes para «os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos».

Depois de recordar que os críticos do sistema proposto pelo Governo o que pretendem «é a transparência da lei», Odete Santos verberou a estratégia do Executivo no sentido de «reduzir o papel dos protagonistas do Poder Judicial», assinalando que a mesma «não é nova», e que já «se ensajou noutros países para tentar diminuir o papel daqueles que exercendo o Poder Judicial combatem o cancro que mina o sistema democrático — a corrupção».

Falta uma política de água

O Partido Ecologista «Os Verdes» acusou o Governo de «andar de calças na mão» nas negociações que mantém com a Espanha em matéria de gestão dos recursos hídricos. Foi na passada semana, num debate no Parlamento sobre um projecto de lei da sua autoria que voltou a colocar na ordem do dia a questão do eventual desvio em Espanha de águas do Douro.

O deputado André Martins levantou designadamente o problema do Governo do PSD se ter recusado a elaborar um plano nacional hidrológico, equivalente ao que o país vizinho está a preparar, e de, em consequência, não poder negociar «em pé de igualdade e defender com convicção e segurança os interesses portugueses».

Pondo o acento tónico na necessidade de o Governo elaborar «um plano nacional de aproveitamento dos recursos hídricos» e de promover a «gestão integrada das nossas bacias hidrográficas», o deputado comunista Luís Peixoto, reclamou por sua vez a definição de «uma política de água para o nosso País» e uma «negociação permanente com a Espanha onde a defesa dos interesses nacionais esteja na primeira linha de questões».

Caso de Courel Nova caça às bruxas?

O PCP propôs um debate para esclarecer «os acontecimentos obscurantistas» no caso da Escola Primária de Courel, Barcelos, na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Durante mais de um mês, recorde-se, os pais recusaram-se a mandar os seus filhos à escola para exigir que a professora Edna Fernandes fosse expulsa, acusando a docente de ensinar educação sexual, fumar nas aulas, dar recreios muito grandes e até por ir frequentemente ao café.

O Grupo Parlamentar dos comunistas pediu à Comissão Parlamentar para convidar os professores da escola a «debater e esclarecer» a situação.

Para o PCP, o Governo e o Ministério da Educação «não podem dar cobertura a reacções inquisitórias e manipuladoras» no «caso de Courel», que faz lembrar uma «nova caça às bruxas».

«Uma ofensa grave aos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados» e uma «violação grosseira da liberdade de ensinar e da liberdade de aprender» é como os comunistas classificam todo este processo que culminou com o pedido de destacamento da professora para uma escola de Braga.

CNA exige aumento do subsídio ao gasóleo

A CNA — Confederação Nacional da Agricultura — insurgiu-se, em comunicado distribuído a semana passada, contra «o inesperado aumento de cinco escudos no litro do gasóleo» que

«vem tornar ainda mais difícil a vida dos agricultores portugueses». No comunicado a CNA diz não aceitar «as cínicas e esfarrapadas desculpas com que o Governo tenta “justificar” mais este

PCP condena: Despedimentos na Rádio Comercial

O anúncio de despedimento dos trabalhadores da delegação no Norte da Rádio Comercial motivou, sexta-feira, uma nota do Gabinete de Imprensa da DORP do PCP que transcrevemos:

A nova administração da Rádio Comercial — empresa privatizada há escassos meses — anunciou hoje no Porto o encerramento da Rádio Comercial Norte, apontando a porta da rua a dezenas de trabalhadores.

A DORP do PCP condena veementemente este acto prepotente e arbitrário, e manifesta a sua inteira solidariedade aos profissionais desta estação emissora cujos direitos foram tão afrontosamente desrespeitados.

As privatizações, designadamente na área da comunicação social, foram apresentadas como factor de democratização e potenciadoras do pluralismo Informativo e acompanhadas de garantias de defesa dos interesses dos trabalhadores. A verdade está à vista de todos: um grupo reduzido de empresas controla os principais órgãos de comunicação social, o pluralismo informativo e a informação democrática diminuíram.

O encerramento da Rádio Comercial Norte representa um sinal claro da forma escandalosa como tem decorrido o processo das privatizações, bolsa de negociatas e de tráfico de influências, em que os profissionais da comunicação social são encarados sem dignidade nem respeito, mercadoria de usar e deitar fora.

A DORP do PCP não pode deixar de condenar também o desaparecimento de mais um espaço de informação com tradições no Norte do País, pelo que significa de empobrecimento de um património que importa defender, e o agravar da tendência centralizadora dos meios de informação com prejuízos para esta importante região do País.

A responsabilidade da actual situação cabe em primeiro lugar ao Governo Cavaco Silva, pela sua política desresponsabilizadora do Estado, de submissão aos interesses dos grandes grupos económicos privados e subvertora do regime democrático.

Estratégia de Defesa

Primado do interesse nacional ausente nas opções do Governo

O Ministro da Defesa classificou o novo conceito estratégico de defesa nacional como um "documento inovador e credível" em que a "finalidade principal é introduzir o debate em sede parlamentar". Fernando Nogueira falava na Assembleia da República e as suas considerações sobre as grandes opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) estiveram longe de ser consensuais e muito menos de concitar qualquer espécie de apoio por parte dos partidos da oposição.

João Amaral, em nome da bancada comunista, num discurso fortemente crítico em relação à política de defesa do Governo, considerou que este defende uma lógica que não a "do primado do interesse nacional nas relações externas", dando como exemplo a este propósito o facto de diluir "os interesses nacionais nos interes-

ses das alianças OTAN e UEO e no aprofundamento da vertente de defesa da União Europeia.

Atribuindo a esta questão uma importância central no debate — a relevância dos interesses nacionais no quadro das relações internacionais de defesa, e a necessidade ou não de uma relativa autonomia de capacidade de defesa como uma das formas de garantir a prossecução dos objectivos permanentes de defesa nacional —, o parlamentar comunista evidenciou as divergências que neste capítulo separam o seu partido do PSD, assinalando a este respeito que para o PCP o "Conceito Estratégico de Defesa Nacional deve afirmar com clareza o primado do interesse nacional nas relações externas", uma vez que "Portugal tem interesses próprios que deve prosseguir com autonomia e independência".

Realçando na proposta apresentada pelo Governo o que considerou serem as suas "insuficiências notórias", em tom também muito crítico, Jaime Gama (PS) fez igualmente questão de chamar a atenção para a "omissão do primado nacional na definição dos objectivos de defesa, designadamente no que respeita à participação em organizações multilaterais".

Mas não se resumiram a esta questão nodal as diferenças de fundo que separam os partidos da oposição, e concretamente o PCP, das concepções governamentais em matéria de política de Defesa. Recensando-as, João Amaral começou por referir a própria metodologia seguida pelo Executivo, acusando-o designadamente de pôr "em execução uma alteração qualitativa da política militar do Estado sem ter mandato para isso, em violação da Constituição, sem res-

peito pelos interesses próprios da Estratégia Global do Estado, sem capacidade para discutir nos órgãos próprios a revisão dos conceitos que há muito se impunha".

Referia-se concretamente o deputado comunista ao facto de o Governo — e esta foi uma das razões por si apontadas para classificar o debate de "tardio e viciado" — ter aprovado um "novo sistema de forças, um novo conceito de Serviço Militar, um novo dispositivo, novas missões para as Forças Armadas, uma nova organização superior das Forças Armadas" e mesmo em "boa medida uma nova programação militar mesmo antes de poder aprovar na Assembleia a respectiva lei", tudo isto sem que o CEDN tenha sido objecto de revisão, de todo em todo necessária, dado que se trata de um documento reportado a 1985, altura em que a divisão da Europa e do

mundo obedecia à lógica dos blocos.

Aludindo, noutro plano, à questão da "existência ou não de uma "capacidade de defesa autónoma", João Amaral foi veemente quanto à necessidade de Portugal — diferentemente do caminho que tem vindo a ser seguido pelo Governo — garantir essa capacidade, adiantando que as "Forças Armadas portuguesas devem possuir uma capacidade militar autónoma, credível, dissuasora, e que garanta uma capacidade de reforço e intervenção rápida em qualquer área do território nacional".

Nessa medida, defendeu, as Forças Armadas devem "ser apoiadas, tendo em vista a sua organização, estruturação e reequipamento, permitindo em primeira linha a missão nacional de que são incumbidas, com meios próprios e em estreita articulação com o todo nacional".

Reflectindo por último sobre as mudanças que se operaram no mundo nos últimos anos — alterações que não trouxeram "os climas de paz e quietude" que muitos previram imaginando "o fim da história" — e depois de enumerar os confrontos e injustiças que continuamente assolam as sociedades actuais, João Amaral debruçou-se sobre o conceito de "Estratégia Global do Estado".

As propostas apresentadas pelo PCP neste domínio foram por si recordadas, sublinhando designadamente que essa Estratégia deve assentar numa "matriz nacional", em princípios de "coesão e solidariedade", no "progresso", na "amizade, paz e cooperação", na "participação de todo o povo", ou seja, "uma estratégia democrática, que empenhe todos os portugueses na defesa de Portugal".

Política economicista sacrifica saúde dos portugueses

Uma política de "fachada" inteiramente subordinada a "estratégias eleitorais" e à "salvaguarda da sua clientela partidária", onde os interesses dos cidadãos e o seu direito à saúde são sacrificados a uma "perspectiva economicista", tais são, em substância, os traços distintivos das orientações que presidem à política de saúde do Governo. A acusação, feita numa das sessões plenárias da passada semana, é do deputado comunista Luís Peixoto e o quadro por si traçado não pode deixar de suscitar as mais fundas inquietações num domínio sensível que diz respeito à vida de todos os portugueses.

É que, a avaliar pelo conteúdo da sua declaração política, onde passou em revista

de forma exaustiva o estado da Saúde em Portugal, tudo aponta para que se "caminha progressivamente para um bloqueio no funcionamento das estruturas públicas de saúde".

Os dados a este respeito, de acordo com a análise efectuada por Luís Peixoto, não deixam grandes margens para dúvidas e aí estão, a comprová-lo, o pouco honroso último lugar que o nosso País ocupa, por exemplo, no que se refere às despesas públicas de saúde em relação ao PIB, a par de ser igualmente o país da OCDE, à excepção da Turquia, que menos gasta com a saúde (apenas 43 mil escudos, enquanto países como o Luxemburgo, a Noruega ou a Suécia gastam *per capita*,

146 mil escudos, 175 mil escudos e 183 mil escudos, respectivamente).

Os casos mais recentemente vindos a públicos — mortes nos Hospitais de Santa Maria, Santa Marta e Évora, fosse por falta de equipamento, por infecções do bloco operatório ou por deficiências do sistema de hemodiálise, para não falar dos hemofílicos que contraíram o vírus da SIDA após tratamento com produtos derivados de sangue ou dos 55 portugueses que contraíram a mesma doença após transfusões de sangue — constituem todos eles um eloquente testemunho do nível de "ineficiência, como lhe chamou o parlamentar comunista, a que chegou a política de saúde praticada em Portugal.

Uma política marcadamente "economicista" que, a prosseguir — alertou Luís Peixoto — tenderá a agravar os problemas actuais, como aliás deixa antever o novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde, um diploma que em sua opinião "não serve os interesses do País, não garante a manutenção dos direitos à saúde constitucionalmente consagrado, em pé de igualdade para todos".

Pronunciando-se sobre as conclusões do inquérito da Inspeção Geral de Saúde ao caso do Hospital Distrital de Évora, o deputado do PCP, ele próprio médico, classificou-o de "monstruosidade — jurídico-política com a qual se procura absolver os verdadeiros responsáveis: a política de saúde do Governo, o Ministério da Saúde e a acção irresponsável do conselho de administração" daquela unidade hospitalar.

Prestações sociais em atraso

O Grupo Parlamentar do PCP requereu, com carácter de urgência, a presença do Ministro do Emprego e Segurança Social no Parlamento para prestar esclarecimentos sobre os atrasos que têm vindo a ocorrer em várias regiões do País no pagamento de prestações sociais. Tais atrasos, referentes sobretudo ao subsídio de desemprego, abono de família e subsídio de doença, recordam os deputados Apolónia Teixeira e Arménio Carlos em carta dirigida ao presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Família, têm vindo a repetir-se e a alastrar, afectando milhares de trabalhadores desempregados que assim se vêem privados do único meio de subsistência a que têm direito.

Impõe-se, pois, defende o grupo comunista, que a Assembleia da República tome conhecimento das causas que motivam estes atrasos e sobretudo das medidas que o Governo está a adoptar para os ultrapassar.

Arquivos: um normativo armadilhado

Recentemente chamado à ratificação, o decreto-lei que estabelece o "regime geral dos arquivos e património arquivístico" foi considerado pelo deputado comunista José Calçada como um diploma que neste domínio "não corresponde às necessidades" nem tão pouco às "legítimas expectativas dos arquivistas e investigadores". Entendendo que o seu articulado "apresenta lacunas, ambiguidades e erros" e que "mais do que regulamentador de um direito — o direito de acesso aos arquivos — é um normativo armadilhado", José Calçada fez notar que esta iniciativa legislativa "corresponde às ideias centralizadoras e manipuladoras que o Governo possui sobre estas realidades".

"E felizes nos podemos considerar pelo facto de Fernão Lopes e o Sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva não terem vivido na mesma época! Porque, como normativos legais como o que acabámos de apreciar, ou não teríamos as "Crónicas" do Fernão Lopes — ou teríamos sido contemplados com uma "Crónica Única da Democracia de Sucesso", com, naturalmente, o "nihil obstat" do Sr. Primeiro-Ministro", conclui o deputado comunista.

"Vacac loucas"

O deputado comunista António Murteira reputou de "gravíssima" a "ocultação ao País e à Comunidade" que envolveu vários responsáveis no âmbito do Ministério da Agricultura quanto à existência de casos que indiciam a presença em território nacional da chamada doença das "vacac loucas".

Expressando o apoio da sua bancada à realização de um inquérito parlamentar ao caso, António Murteira condenou o comportamento dos que, escamoteando a verdade, lançaram o "descrédito, inquietação e perplexidade na opinião pública", exigiu o apuramento de responsabilidades e considerou por fim que "quem irresponsavelmente oculta factos gravíssimos para o País não reúne condições para governar".

Tráfico de influências

Um outro inquérito parlamentar esteve em debate faz hoje oito dias, tendo igualmente como alvo a actuação de responsáveis do Ministério da Agricultura, concretamente do seu secretário de Estado, acusado de ilegalidades na atribuição de indemnizações e montantes compensatórios".

Da iniciativa do PSD, esta proposta de inquérito foi interpretada por Lino de Carvalho como uma "operação de antecipação" da maioria a uma das muitas denúncias que têm vindo a público, um gesto todavia insuficiente para apagar a gravidade da situação que envolveu Álvaro Amaro.

Gravidade que decorre não do despacho do Secretário de Estado que aumenta os valores das indemnizações pelos abates sanitários, mas sim, como frisou Lino de Carvalho, do quase segredo que envolveu esse despacho interno, de que resultou que só alguns agricultores, por sinal bem relacionados com o Governo, tenham beneficiado desse reforço do montante da indemnização.

"É esta promiscuidade, este tráfico de influências (que explica também, muitas vezes, o silêncio oportunista de grandes organizações da agricultura face à política do Governo) que importa esclarecer no inquérito", concluiu Lino de Carvalho.

Liberdade de informação

Inserido na preparação da interpelação que vai fazer ao Governo sobre a "degradação da democracia", agendada para o próximo dia 16, o Grupo Parlamentar promoveu terça-feira no Parlamento uma mesa-redonda sobre a liberdade de informação em Portugal.

No decorrer do debate, que contou com a presença de representantes de várias associações interessadas por esta temática, estiveram particularmente em foco os recentes ataques à liberdade de informação, designadamente as restrições impostas à actividade dos jornalistas, bem como o processo em curso de aprovação de uma lei do Segredo de Estado e as ameaças de revisão da Lei de Imprensa.

Este encontro, recorde-se, surge na sequência de um outro realizado na passada semana que reuniu representantes de comissões de trabalhadores e associações sindicais que recentemente tiveram processos de greve, caso da TAP, CP, Metro, Carris e Rodoviária.

Fazendo um balanço dessa reunião, o deputado João Amaral considerou que as empresas e o Governo estão a abusar dos "serviços mínimos" e a esvaziar o direito fundamental dos trabalhadores à greve.

INTERNACIONAL

França

O Governo francês aprovou um projecto de lei extraordinário que visa o «crescimento zero» nos fluxos migratórios para França, como definiu o seu autor, o ministro do Interior francês, Charles Pasqua.

O projecto de lei, que será submetido ao Parlamento ainda este mês, tem por objectivo criar dificuldades à entrada de estrangeiros em França e ao seu acesso à cidadania francesa.

Vai criar obstáculos nomeadamente aos pedidos de asilo, reagrupamento familiar e casamentos mistos, principais vias até agora para obter autorização de residência e naturalização.

Segundo o projecto de lei aprovado, uma petição para o reagrupamento familiar terá em atenção que a família tem de residir há pelo menos dois anos em França, auferir um salário médio e ter uma residência adequada.

Tunísia

Amnistia Internacional (AI) denunciou as torturas, perseguições e abusos sexuais de que são alvo as mulheres da Tunísia, detidas ilegalmente pelas forças de segurança tunisinas.

Num relatório divulgado em Londres, a AI denuncia os casos de centenas de mulheres que foram detidas, acoçadas e intimidadas em Tunes nos últimos dois anos.

«Muitas delas — diz o relatório — foram torturadas, maltratadas, submetidas a abusos sexuais e ameaças de violação em vários edifícios do Ministério do Interior tunisino e esquadras da polícia».

A maioria das mulheres que receberam este «tratamento», segundo a AI, são as cônjuges e familiares de activistas e suspeitos activistas do Movimento Islâmico «Al Nahda» (Renascimento) e do Partido Comunista dos Trabalhadores Tunisinos (PCTT).

Segundo aquela organização de defesa dos direitos humanos, são também «torturadas» as mulheres acusadas de actividades políticas em prol destes dois movimentos, ambos ilegalizados.

Coreia

As autoridades da Coreia do Norte ordenaram a partida de todos os estrangeiros do país até 15 de Junho, incluindo turistas coreanos residentes no Japão, noticiou a agência japonesa «Kyodo».

De acordo com a agência nipónica, os diplomatas estrangeiros acreditados em Pyongyang não foram abrangidos por esta directiva.

Além disso, a Coreia do Norte decidiu suspender a emissão de vistos de entrada até ao fim do mês de Julho.

Na sequência da decisão do governo norte-coreano, todas as visitas de carácter turístico ou missões de amizade foram canceladas.

Além disso, as ligações marítimas entre a Coreia do Norte e o Japão poderão ser suspensas este mês.

Camboja

O Conselho de Segurança da ONU exigiu «a todas as partes» que «respeitem plenamente» os resultados das eleições cambojanas, contestadas pelo partido do governo de Phnom Penh.

As eleições no Camboja, realizadas entre 23 e 28 de Maio, foram consideradas «livres e justas» pelas Nações Unidas.

Na resolução 835, aprovada por unanimidade, o Conselho «recorda a todas as partes a obrigação de respeitarem plenamente os resultados das eleições, e a tudo fazerem para assegurar a tomada de posse pacífica de um governo democrático e livremente eleito».

De acordo com os últimos dados publicados, após o escrutínio de 3,35 milhões de votos, o Partido Funcinpec obteve 45,7 por cento contra 38,1 por cento do Partido do Povo Cambojano (PPC), no poder.

Somália

Os anciãos da região de Kismayo (sudoeste da Somália), representando as duas principais facções que se confrontam na zona, adoptaram uma declaração de «Paz e de reconciliação entre a população», no termo de cinco dias de reunião em Mogadiscio.

A declaração foi lida por um responsável das Nações Unidas na presença do representante do secretário-geral da ONU, Jonathan Howe, e de uma centena de anciãos representantes das facções rivais do Movimento Patriótico Somaliano (SPM) do coronel Omar Jeas (Grupo Ogadene) e do grupo Marchan, cujo líder militar é o general Said Mohamed Hersi «Morgan», genro do antigo presidente Siad Barre.

Um dos objectivos do acordo é, nomeadamente, instaurar a «cessação completa das hostilidades» num futuro próximo, mas nada garante que os chefes da guerra sigam as recomendações dos seus anciãos. Tradicionalmente, na Somália, os conselhos dos anciãos decidem a política do seu clã, mas esse princípio não tem sido respeitado ultimamente pelos senhores da guerra.

Visita de estudo à China

A convite do Partido Comunista da China, uma delegação do Partido Comunista Português composta pelo camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e pelos camaradas Carlos Aboim Inglês, Raimundo Cabral, Branca de Carvalho e Jorge Pires, membros do CC, realizou uma visita de estudo à China entre 18 e 30 de Maio, com o objectivo de aprofundar o conhecimento da realidade actual da República Popular da China.

A delegação foi recebida, em Pequim, pelo camarada Ding Guagen, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PC da China, pela camarada Li Shuzeng, chefe do Departamento das Relações Internacionais, com quem tiveram frutuosas conversações sobre a situação económica, social e política dos respectivos países e actividades e orientações dos dois Partidos.

A delegação do PCP deslocou-se, além de Pequim, às cidades de Xian, Changai, Cantão e à zona económica especial de Zhuhai, realizando visitas a diversas fábricas e gran-



des obras públicas em curso, a zonas rurais, a armazéns e mercados, palácio de pioneiros, museus e monumentos do património histórico e cultural da China, tendo aí tido conversações com os respectivos dirigentes provinciais e locais do Partido.

A visita de estudo, em que a delegação do PCP pôde verificar o surto generalizado de desenvolvimento da China, permitiu um conhecimento mais directo dos processos em curso e contribuiu para o reforço das relações de amizade e cooperação existentes entre o PC da China e o PCP.

Delegação do PCP no Vietname

Uma delegação do PCP integrada pelo camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e pelo camarada Carlos Aboim Inglês, membro do CC e da Comissão Central de Controlo, visitou o Vietname de 31 de Maio a 2 de Junho, tendo sido recebida em Hanói pelo Secretário-Geral do PC do Vietname, camarada Du Muoi, e realizado conversações com uma delegação do PCV integrada pelo camarada Nguyen Duc Binh, membro do Bureau Político do CC, pelo camarada Hoang Thuy Giang, vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores, e outros funcionários responsáveis da mesma comis-



são. As duas delegações informaram-se mutuamente sobre a situação económica, social e política dos respectivos países e actividades dos dois Partidos, e trocaram opiniões sobre a situação internacional, tendo as conversações contribuído para aprofundar as tradicionais relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o PC do Vietname.

A delegação do PCP deslocou-se ao sul à cidade de

Ho Chi Minh (antiga Saigão), onde teve conversações com o camarada Nguyen Ngoc An, membro permanente do Comité Executivo do Partido na cidade, tendo visitado uma empresa e a Exposição dos Crimes de Guerra Americanos e a cidade.

Declaração sobre a guerra na Bósnia-Herzegovina

«Acrescentar guerra à guerra nunca conduziu à paz. Só a persistência na negociação pode levar à solução do conflito na Bósnia-Herzegovina» — é a conclusão de uma Declaração aprovada em reunião conjunta do Comité pela Paz nos Balcãs e o Conselho Português para a Paz e Cooperação.

A Declaração refere «o crescente envolvimento de forças militares aéreas e navais da NATO, da UEO e dos EUA, com o aval do Conselho de Segurança da ONU», como um «elemento inquietante por prenunciar uma intervenção militar terrestre».

Considera ainda que «alguns órgãos de comunicação social, não se distanciando da escalada de ameaças de intervenção militar e deixando-se envolver na lógica dos que privilegiam as soluções militares às soluções políticas, têm uma pesada responsabilidade no desenvolvimento de uma psico-

logia que, por unilateral e parcial, poderá prejudicar o caminho da Paz».

Esta mesma unilateralidade é atribuída à recente Resolução 820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, inapropriada à resolução do conflito, nomeadamente porque «insiste numa atitude discriminatória, culpabilizando predominantemente uma das partes».

A Declaração defende que «é necessário prosseguir o esforço diplomático negocial, sem tentar impor soluções que firam os interesses e a dignidade dos povos envolvidos, renunciando claramente à imposição da paz por meio da guerra; simultaneamente deve aplicar-se um embargo efectivo ao fornecimento de armas e munições, a todas as partes, e garantir o apoio humanitário às populações sem discriminação étnica, política ou religiosa, no respeito pelos direitos das minorias».

Desemprego na OCDE

O desemprego vai continuar a aumentar no mundo industrializado, pelo menos até ao próximo ano, afirmam, em declaração conjunta, os responsáveis dos 24 países industrializados da OCDE, reunidos em Paris nos primeiros dias de Junho.

No Relatório aprovado, sublinha-se que o desemprego atingiu um grau de «excepcional gravidade». Depois de ter ultrapassado um número recorde de pessoas sem emprego em 1983, deve-se atingir cerca de 36 milhões até final do ano.

Actualmente, perto de metade dos desempregados da OCDE estão sem trabalho há 12 meses ou mais, enquanto o

desemprego dos jovens se mantém «irreduzivelmente elevado» em vários países, apesar da concretização de diversos programas dirigidos a este grupo.

Os ministros comprometeram-se, em nome dos governos que representam, «a reforçar e alargar a sua estratégia concertada com vista ao melhoramento das perspectivas de emprego».

A questão que se coloca é que estratégia irá ser seguida. Nesta mesma reunião na capital francesa os ministros consideraram, por exemplo, que o princípio dos salários mínimos garantidos constitui um travão ao emprego.

Espanha PSOE perde votos mas mantém maioria

Concluídas as cruciais eleições deste fim-de-semana em Espanha, o PSOE surge como o partido mais votado, registando embora perdas em percentagem de votos e em número de deputados; o Partido Popular, de direita, obtém um sensível e preocupante avanço; a Esquerda Unida cresce em número de votos e deputados, ainda que não tanto quanto as previsões tinham indicado.

A afluência às urnas foi de 75 por cento, segundo os dados oficiais fornecidos após o encerramento da assembleia de voto, o que corresponde a um recorde de participação de actos eleitorais em Espanha.

Nas eleições realizadas em 1980 votaram 70 por cento dos eleitores inscritos. Só nas eleições de 1977 e 1982 se registou uma afluência às urnas semelhante à de hoje.

As eleições agora realizadas em Espanha foram desencadeadas e decorreram num contexto de crise, descrédito dos socialistas, pela política objectivamente de direita que tem vindo a ser implementada, e preocupações com o ascenso de uma direita alimentada pelo descontentamento popular e

que recorrer quer à demagogia quer à ocultação das suas reais origens, trajectória e programa político.

A campanha eleitoral foi aberta em Abril com a dissolução do Parlamento decidi-

Partidos	%	n.º dep.	n.º dep. 89
PSOE	38,7	159	175
PP	34,8	141	107
IU	9,6	18	17
Conv. U. Catalã	ap. 5	17	18
P. Nac. Basco	1,2	5	5

Resultados: quando são conhecidos 99% dos votos

da pelo governo de Gonzalez, atingido por um duplo descrédito — os sucessivos escândalos político-financeiros e o enorme descontentamento popular resultante da sua política sistematicamente anti-social.

Uma situação que à partida abria claras possibilidades de uma vitória da direita, e contribuiu para a extrema bipolarização de toda a campanha. O que aliás mais valoriza os resultados obtidos pela Esquerda Unida.

A perda da maioria absoluta do PSOE pode contribuir para um funcionamento mais democrático do Par-

lamento, não sendo de substituir entretanto o peso de que a direita passou a dispor.

Para já, o dirigente do PSOE, Felipe Gonzalez, avança com promessas de

«mudança da mudança», com um futuro governo que reúna a «experiência e a renovação», e aposta num «pacto social para sair da crise, para recuperar uma senda de crescimento».

Entretanto a realidade socioeconómica de Espanha — também fruto da política implementada pelos socialistas — é particularmente difícil, em particular no que respeita ao poder de compra dos salários e serviços sociais. O desemprego já atingiu o elevadíssimo índice de 20%.

Possibilidades de mudança naturalmente existem. O

que é necessário é vontade política para as concretizar.

Nas palavras de Júlio Anguita, dirigente da Esquerda Unida e dos comunistas espanhóis, em entrevista realizada durante a campanha eleitoral, o que é preciso é «reindustrializar a Espanha, reactivar a agricultura, impulsionar novas formas para construir a Europa unida preservando os interesses do país de acordo com os outros povos do continente.

É preciso pôr fim à corrupção, dar vida a novos valores de honestidade e solidariedade.

É preciso ampliar a democracia e as liberdades construindo um Estado federal».

Felicitações do PCP

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao PC de Espanha e à Esquerda Unida, as mensagens que aqui reproduzimos.

**Ao Comité Federal
do Partido Comunista de Espanha**
Queridos Camaradas

Calorosas felicitações pelos resultados eleitorais da Esquerda Unida, cuja componente fundamental é o PCE.

Alcançados nas condições de uma campanha bipolarizada particularmente difícil, tais resultados revestem-se de um importante significado político confirmando que os comunistas e os seus aliados da Esquerda Unida, portadores do único projecto alternativo de progresso social, constituem uma força necessária e indispensável para a solução dos graves problemas económicos, sociais e políticos do seu país.

Com a expressão da solidariedade de sempre dos comunistas portugueses e os votos de um rápido restabelecimento do camarada Júlio Anguita, enviamo-vos as nossas saudações fraternais.

**Ao Conselho Político Federal
da Esquerda Unida**
Prezados Camaradas

Calorosas felicitações comunistas portuguesas resultados eleitorais Esquerda Unida alcançados condições particularmente difíceis confirmação seu papel fundamental solução graves problemas trabalhadores e povos de Espanha.

Assembleia do Conselho Mundial da Paz

Decorreu em Basileia, na Suíça, de 3 a 6 de Junho, a Assembleia do Conselho Mundial da Paz, em cujos trabalhos participaram mais de 250 delegados de 60 países. A Assembleia elegeu para presidente do CMP a sul-africana Albertina Sizulu.

Portugal esteve presente com uma delegação, em representação do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e do Movimento ZLAN - Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação, constituída por António Pedro, Blasco Fernandes, Eugénio Cavalheiro e Moradas Ferreira, pelo CPPC, por Eufrazio Filipe

e Orlando Almeida, pelo ZLAN, e por Pezarat Correia, convidado.

O CPPC foi eleito para o Comité Executivo do CMP, organismo de que fazem parte 40 organizações de todas as regiões, 10 das quais são da zona da Segurança e Cooperação Europeias (que integra também os EUA e o Canadá).

Na Assembleia participou também, como observadora, uma delegação da Associação do Povo Chinês para a Paz e o Desarmamento.

Nos encontros regionais (África, Países Árabes, Ásia e Pacífico, América Latina e Caraíbas, e CSCE)

foi desenvolvida a análise da situação política internacional, enquanto em comissões específicas foram discutidas questões como acções para o desarmamento, acções de solidariedade e pela resolução pacífica dos conflitos regionais, prioridades para o desenvolvimento, protecção do ambiente e direitos humanos.

Realizaram-se encontros especiais para discussão e preparação das iniciativas para 1995 e evocativas do 50º aniversário do lançamento das primeiras bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki e da fundação das Nações Unidas.

África do Sul Mandela apela à criação de movimento pela Paz

Nelson Mandela, dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC), apelou aos signatários do Acordo Nacional de Paz no sentido de se reunirem com a máxima urgência, com o objectivo de fortalecer a base do acordo e desencadear um «Movimento de massas para a Paz».

O presidente do ANC exortou ainda todos os sul-africanos a apoiarem a fixação da data de 27 de Abril de 1994 para a realização de eleições, processo esse que contribuiria para sarar as feridas de um país

devastado pela violência.

Nelson Mandela, que falava numa cerimónia de inauguração de uma estátua do líder espiritual indiano, Mahatma Gandhi, fez notar que, apesar da inoperacionalidade do acordo nacional de Paz, o documento tem contribuído para minorar a violência.

As soluções para o actual surto de violência só poderão ser encontradas através de esforços colectivos a desenvolver por todos, acrescentou.

«Precisamos de desencadear um movimento de

massas para a Paz», sublinhou, congratulando-se simultaneamente com os relatórios que dão conta da integração gradual dos vários grupos armados sul-africanos nas forças de segurança, uma questão que pode ser um importan-

te tópico numa próxima reunião dos signatários dos acordos de Paz.

O ANC está aberto a todas as iniciativas de Paz, frisou Mandela, elogiando o recente plano de Paz apresentado na região meridional da província do Natal por elementos locais do ANC, plano esse que tem o apoio de um grupo de zulus empenhados na Paz.

Quanto à data das eleições, Mandela reconheceu que têm sido formuladas algumas reservas neste capítulo.

«Exortamos todas as partes a olhar para o futuro e a reconsiderar esta posição, de tal sorte que este acontecimento (a realização de eleições) ponha em marcha o processo de unificação do nosso tão dilacerado país», disse.

Referindo-se ao recente debate em torno da data das eleições Mandela afirmou: «o nosso país e o nosso povo precisam de conhecer o que irá moldar o futuro para superar as incertezas e os receios, e saberem a quem dar conta das suas preocupações».

Angola Apelo à ajuda internacional

As Nações Unidas lançaram em Genebra um apelo para donativos de 226 milhões de dólares para socorrer cerca de dois milhões de angolanos — refugiados, deslocados de guerra ou retornados dos países vizinhos.

Os angolanos, refugiados de guerra ou vítimas de «bolsas de seca» no país, precisam urgentemente de mais de 276 mil toneladas de alimentos, considerando-se que quase 74 mil toneladas estão disponíveis, refere o documento do apelo interagências da ONU.

O apelo baseia-se «no conhecimento actual da situação», admitindo a ONU que a realidade é bem pior e sejam precisos novos apelos a donativos para socorro dos angolanos. No total, Angola precisa de mais de 131 milhões de dólares só para alimentos, de um total de 226 milhões que cobrirão outras áreas de ajuda de urgência.

O apelo prevê mais de 22 milhões de dólares para estruturas agrícolas e rurais, 131,5 milhões em alimentos de

emergência, mais de 15 milhões para nutrição especificamente infantil, água e saneamento, 7,9 milhões para saúde, quase 27 milhões de dólares para abrigos e material básico de sobrevivência e 5,4 milhões para a área da educação.

Entretanto o governo angolano vai iniciar nestes dias um programa de emergência de ajuda alimentar às populações mais carenciadas.

As populações que vão receber os primeiros fornecimentos de urgência serão as de Bié e de Menongue, capital do Cuando-Cubango, onde, segundo o vice-ministro da Assistência e Reinserção Social, Albino Malongo, «há já vários meses que apenas comem raízes».

A ajuda será enviada por meios aéreos e por estrada e contará com o apoio de organizações humanitárias internacionais não-governamentais.

Segundo Albino Malongo «estão a morrer mil pessoas por dia» em Angola, vítimas da guerra.



Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino

Uma Escola Pública para o desenvolvimento



O Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino realizado em Lisboa, a 5 e 6 de Junho de 1993, debateu o actual estado crítico da escola portuguesa, e aprofundou as propostas necessárias e urgentes para que a escola pública se torne num dos factores de desenvolvimento individual dos cidadãos e de desenvolvimento global do nosso país.

O tom fortemente condenatório da política de educação do Governo foi logo dado pela intervenção de abertura da sessão inicial, feita por Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP. O dirigente comunista acusou o Governo de «realizar uma política de desresponsabilização do Estado em relação ao sistema educativo», de levar a cabo «uma política de redução do ensino público» e de apostar «na transformação do ensino numa mercadoria, na criação de um mercado de ensino» e na sua «crescente entrega a formas de exploração privada». Edgar Correia considerou que «a política educativa do Governo é em absoluto contrária às aspirações de progresso e da sociedade portuguesa».

A sessão plenária inicial foi ainda marcada por intervenções de Paulo Suceña, Eduardo Chitas, Lurdes Silva, Jorge Rebeca e Ricardo Oliveira.

Os trabalhos do Encontro — que contaram com a presença de militantes e convidados dos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja, Faro e Açores — continuaram depois em três secções temáticas sobre «Avaliação da reforma educativa»; «Desenvolvimento do Ensino Superior» e «Associativismo de pais», cujas conclusões foram apresentadas na sessão

de encerramento, realizada no domingo, e em que interveio Carlos Carvalhas (extractos da intervenção). Os participantes aprovaram por unanimidade quatro moções, umas das quais protestava contra o fundamentalismo religioso e o belicismo» e manifestava solidariedade aos povos de Timor, Angola e da ex-Jugoslávia, considerados «exemplos gritantes» da negação dos direitos e liberdades dos cidadãos e dos povos. Uma outra moção, aprovada no sábado, saudou os trabalhadores que naquele dia integraram a manifestação promovida pela ACP-IN.

A luta contra as propinas e o aumento de um ensino público de qualidade dos presentes no Encontro do PCP.

De referir ainda que, os presentes aprovaram uma moção em que se manifestava apoio humano e cívico à professora Edna Fernandes, e a escola de Courel, em Barcelos, vítima de uma campanha de difamação que atentou contra a sua dignidade e bom nome e que pôs em causa a competência científica e pedagógica e a liberdade de ensino. Recorde-se que a citada campanha foi conduzida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Courel e de alguns pais encarregados de educação que decidiram impedir a escola, visando a transferência de Edna Fernandes, para o que recorram inclusive a ameaças de agressão física.

PCP propõe plano de emergência

Deste Encontro saiu um importante manifesto que foca aspectos como a ligação entre a Educação e o desenvolvimento, a reforma educativa e os seus resultados, terminando com a apresentação de um plano educativo de emergência que a seguir transcrevemos:

«Face à situação catastrófica a que a educação e o ensino foram conduzidos, o Encontro Nacional do PCP proclama a necessidade urgente de um plano de emergência orientado pelas seguintes finalidades e sustentado pelas seguintes medidas:

1. Valorizar a escola pública, estimulando e apoiando a acção e a participação de todos os directamente interessados no seu sucesso (alunos, professores, pais e encarregados de educação, autarquias);
2. Democratizar o ensino público, desenvolvendo uma rede de educação pré-escolar, estabelecendo medidas discriminatórias positivas que permitam o acesso à escolaridade básica de 9 anos, de todas as crianças e jovens, bem como o seu sucesso escolar efectivo;
3. Estimular a participação na vida das escolas de todos os intervenientes no processo educativo, aprofundando e desenvolvendo a gestão democrática e revogando o Decreto



Ora, a desindustrialização é um facto, e as pseudo-reestruturações têm sido feitas à custa do emprego e dos trabalhadores.

Praticamente em todos os sectores da indústria tem-se verificado a redução de postos de trabalho, nomeadamente na indústria naval, na metalomecânica pesada, siderurgia, transportes, energia e nos estabelecimentos fabris das Forças Armadas. Permitam-me que cite alguns exemplos relevantes de um decénio de governos do PSD: na indústria naval havia, no princípio da década de 80, cerca de 30 mil trabalhadores efectivos. Actualmente, são pouco mais de 10 mil.

Na metalomecânica pesada, eram cerca de 13 mil. Hoje são menos de 3 mil.

No sector mineiro, as reduções foram de cerca de 6 mil postos de trabalho; na CP, cerca de 5 mil. A Covina, antes da privatização, tinha 1400 trabalhadores. Depois da sua privatização, do seu domínio pelo capital estrangeiro e redistribuição das suas actividades a nível peninsular, conta agora com pouco mais de 300...

Na Indel, foram reduzidos mais de 1500 postos de trabalho. Nas celuloses, tabacos, cimenteiras e petrolíferas, foram extintos mais de 5 mil postos de trabalho nos últimos 5 anos. Também na Quimigal, desde o seu desmembramento e desmantelamento, já foram extintos mais de 5 mil postos de trabalho. Ontem foi o anúncio dos despedimentos da Rádio Comercial. E também sabido que, na EDP, até à concretização do desmembramento da empresa, o Governo perspectiva o desaparecimento de 6 mil postos de trabalho.

Na TAP, nas comunicações, na CP, na EPAL, na RTP, na EPAC e na Lisnave, Governo e Administrações querem concretizar a liquidação de quase 20 mil postos de trabalho, a curto e médio prazos, e certamente a começar já no período de férias, para «aproveitar» uma menor concentração de trabalhadores nas empresas.

Na função pública, a «lei dos excedentes» visa reduzir dezenas de milhares de trabalhadores no sector.

Esta é a política de progresso e de justiça social do PSD. Depois, através de rescisões forçadas, de regimes de pré-qualificados e válidos para a produção, são afastados das empresas e substituídos por trabalhadores com vínculo precário, proliferando as empreitadas e subempreitadas e o trabalho pouco qualificado.

Todo este processo se insere na estratégia das privatizações. Partem, desmembram as empresas, eliminam postos de trabalho efectivos e os direitos dos trabalhadores, para as entregarem apateáveis ao grande capital nacional e estrangeiro.

O Estado fica com os encargos sociais, e o grande capital e as multinacionais com o valioso património público empresarial. As consequências desta política de destruição de postos de trabalho provocam, também ao nível da segurança social, uma situação que, a não ser travada, põe em

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

É urgente valorizar e democratizar o Ensino Público

Em primeiro lugar quero saudar-vos a todos e agradecer o terem-me convidado a estar convosco neste Encontro de debate e reflexão.

De debate e reflexão desde logo sobre os temas que nos foram apresentados nas palavras de abertura de Rui Namorado Rosa e de Edgar Correia: a política educativa, o acesso ao ensino e a sua mercantilização, o balanço da reforma educativa.

Debate e reflexão sobre a interpelação que nos foi feita pela Lurdes Silva sobre as motivações e os mecanismos da participação. O tomar parte nas coisas que nos dizem respeito como um direito de todos nós, questão directamente relacionada com a participação democrática na escola, isto: «com uma escola gerida democraticamente!».

Debate e reflexão sobre a luta dos professores pela democracia, que é contrária ao constrangimento, como nos foi aqui recordado pelo Paulo Suceña que nos trouxe também as palavras do Raúl Brandão e do Carlos de Oliveira.

Debate e reflexão nos belos exemplos de Jorge Rebeca que nos relatou algumas experiências sobre o Poder Local democrático gerido pela CDU e a sua relação com os agentes educativos. Uma intervenção criativa, com competência, procurando assegurar padrões de qualidade que marcam a diferença em relação a outras forças políticas.

Debate e reflexão também sobre aquilo a que Eduardo Chitas chamou modestamente algumas abreviaturas: as razões da confiança nas forças humanas, «o livre desenvolvimento de cada um como condição do livre desenvolvimento de todos», a actualidade do «Compromisso dos professores com o povo português» que está na ordem do dia.

Debate e reflexão ainda sobre o lema do nosso Encontro, sobre as questões da juventude estudantil, e sobre a resposta à questão que nos deixou o Ricardo Oliveira, isto é: Para onde vai o ensino superior em Portugal, País com a mais baixa frequência dos países comunitários, País que neste ano de 1993 continua a ter mais de um milhão de analfabetos literais!

Foram agora lidos os relatos das diversas Secções. Estes, bem assim como os documentos que temos produzido e as medidas e propostas apresentadas, atestam bem a forma séria e responsável como abordamos estas questões da maior importância para o dever do nosso povo e do nosso País.

A política de ensino do PSD

No Manifesto do nosso Encontro - Uma escola pública para o desenvolvimento - afirma-se, e com razão, que a elevação do nível médio de escolarização dos portugueses, a formação de quadros médios e superiores em maior quantidade e com mais qualidade, são hoje, a nível social, condições de desenvolvimento económico do País e um dos factores de superação de atrasos e debilidades da estrutura produtiva. E sublinha-se que, a nível nacional, é pela educação que também passa a defesa da soberania e da identidade de Portugal.

E também sabido que a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986 pela Assembleia da República, apontava uma multiplicidade de caminhos a percorrer para o País, mas não o caminho do retrocesso, o caminho do recurso a fórmulas autoritárias e a consagração, por vias novas, dos velhos

mecanismos de selecção social realizada por uma entidade só aparentemente neutra: a escola. Infelizmente, tem sido este o caminho que o PSD tem proposto e procurado levar à prática.

A escola é uma realidade contraditória, mas o que ela não deve ser é um lugar de insucesso escolar, um lugar de segregação social e de uma certa aprendizagem da submissão.

Nós queremos uma escola que forme cidadãos e cidadãos qualificados, um sistema de ensino portador de espírito crítico. Como já alguém disse, o ensino dogmático é frio, estático e leva à impressão abstracta e falsa de que a ciência é algo de definitivo...

Quando a «instituição esquece o carácter contestatário da descoberta científica, esta não pede mais ao estudante para pensar». Pede-se-lhe para gravar e reproduzir. Então o ensino é um ensino da sua submissão.

Isto leva-nos a questionar os conteúdos do ensino e as suas práticas, os manuais escolares e as medidas que, debaixo da capa da reforma, levam a limitações e a retrocessos num sistema de ensino que deveria ser pluralista e crítico.

Que escola pretende o PSD? Que sistema educativo? Uma escola elitista que produza quadros que não ponham em causa a engrenagem estabelecida e que permitam a acumulação dos grandes detentores dos meios de produção e distribuição. Uma escola apta, nomeadamente a produzir «cidadãos» disponíveis para a submissão, que aceitem a precariedade do trabalho, que deleguem em tudo os seus poderes, que se resignem aos *diktats* europeus... Eis o quadro técnico e o cidadão desejável para o PSD. Uma espécie de cidadão parafuso, que não fizesse ondas, a quem lhe seria oferecido alguns «McDonald's do espírito»... pelo inefável Couto dos Santos ou pelo magnânimo Secretário de Estado da Cultura.

Nós dizemos não a uma escola de passividade e de discriminação, em que os alunos oriundos de famílias mais desfavorecidas são as primeiras vítimas dos mecanismos de selecção ou, mais exactamente, da selecção pelo insucesso.

Para nós, a educação e o ensino são poderosas alavancas de transformação da sociedade.

Consideramos que as sociedades e os cidadãos são, necessariamente, entidades também culturais. Mas, ao mesmo tempo, consideramos que existem, em processo de crescimento de diferenciação, direitos especificamente culturais, que são direitos individuais e sociais fundamentais, e cujo exercício tem de ser protegido e promovido, porque não decorre de uma força cega das coisas.

No domínio da cultura, que integra a cultura científica e tecnológica, artística e literária, filosófica e ecológica, valores de comportamento, modos de ver e de viver, formas de projectar a própria vida social, as diferenças são não só inevitáveis como desejáveis, e é natural a conflitualidade.

E porque prezamos no mais alto grau as facultades e a acção humana de invenção, descoberta e criação, concebemos a cultura, não apenas como a conservação de um património de adquiridos, mas como um movimento e um factor de transformação da vida. Reivindicamos, por isso, por um lado, o acesso ao conhecimento e aos bens criados e, por outro lado, a criação das condições de criação do novo.

Por isso, face à grave situação em que se encontram a educação e o ensino, e tendo em conta os desafios com que estamos confrontados, a aceleração exponencial dos saberes, e as

necessidades que o nosso País tem de forças produtivas modernas, é urgente que se valorize e democratize o ensino público; que se realize uma reforma curricular consistente e coerente, e que se promova o sucesso escolar efectivo dos alunos e a qualidade das aprendizagens realizadas na escola; que se desenvolvam e melhorem as formações humanísticas, científicas, técnicas e artísticas proporcionadas aos jovens, tanto a nível do ensino secundário como do ensino superior.

Uma escola para o nosso tempo, uma escola de qualidade, de igualdade e de democracia, e um sistema de formação inicial e permanente que dê a todos os cidadãos os meios de assimilarem e se apropriarem do prodigioso desenvolvimento das capacidades materiais e intelectuais da nossa época, dos meios de criação e fruição...

Por tudo isto, não podemos deixar de expressar a nossa condenação pelo silêncio cúmplice do Ministério da Educação, face aos acontecimentos que decorreram em Courel.

A escola e o meio que a rodeia

(...) É que a escola não é imune ao quadro social e económico que a cerca. A escola não é imune à promoção do caciquismo nem a promoções de valores conservadores, retrógrados e reaccionários, como o racismo, a xenofobia, e todas as derivas fundamentalistas. Uma sociedade dominada pelos critérios do máximo lucro e do salve-se quem puder não se pode surpreender também com o facto de a escola ser um lugar «mercado» privilegiado para os passadores de droga. Que muitas crianças cheguem à escola subalimentadas. Que muitos alunos abandonem o ensino e engrossem o exército dos trabalhadores infantis.

Este é o resultado de uma política hipócrita, que promove a concentração da riqueza num pólo e o crescimento no outro, das dificuldades de milhares e milhares de famílias que se vêem excluídas de um nível de vida digno.

A escola não é imune, por exemplo, à crise da habitação e à dramática situação em que se encontram muitas famílias.

A escola não é imune à grave situação da saúde e ao facto de Portugal, com excepção da Turquia, ser dos países da OCDE em que o Estado menos gasta com a saúde.

A escola não é imune à crise da agricultura, das pescas, do turismo e de importantes sectores industriais, alguns localizados em regiões de praticamente mono-indústria, em resultado de uma política errada e injusta.

A escola não é imune a uma política que tem acentuado as desigualdades e as exclusões e alastrado as manchas de pobreza. A escola não é imune ao aumento dos salários em atraso e ao aumento do desemprego, da precariedade do emprego e às pseudo-reestruturações comandadas pelos critérios da rentabilização financeira.

De facto, a escola não é imune ao meio que a rodeia e, só por si, está também longe de poder superar toda uma política de desindustrialização que tem levado a economia e o seu aparelho produtivo a uma posição cada vez mais apendicular e subcontratado. Uma escola pública para o desenvolvimento tem de estar também integrada numa estratégia de desenvolvimento, de modernização, valorização e melhoria da especialização produtiva da economia do País.

causa o próprio sistema. A solução do Governo é reduzir as reformas e os subsídios e alterar mesmo a sua idade limite para as mulheres.

É urgente sustar a destruição e o desmembramento do aparelho produtivo.

E naturalmente que a Escola e os professores também não são alheios a esta luta, como aliás o têm mostrado, nas suas intervenções, nas suas acções de protesto e na sua solidariedade para com os trabalhadores dos diversos sectores.

A escola e os professores não são indiferentes à acentuação das desigualdades nem às dramáticas situações políticas e sociais com que o mundo está confrontado. Possibilidades de grandes passos em frente ou regressões graves em todos os domínios.

Como se diz no último relatório do PNUD-1993, «a segurança deve ser garantida não pelas armas, mas graças ao desenvolvimento humano, à segurança alimentar, ao emprego e ao ambiente», e acrescenta que não se pode aceitar «um crescimento sem criação de emprego», o que também passa pela redução dos horários de trabalho e aumento dos tempos livres, e quanto ao «mercado» e a sua divinização, o relatório sublinha que este deve servir as populações e não o contrário.

Debates pluralistas

(...) Camaradas,

Face à grave crise que o País atravessa, e à deteriorada situação do sistema de ensino, era importante que os monólogos auto-elogiosos do Governo e do Primeiro-Ministro fossem rapidamente substituídos por debates pluripartidários serenos e exigentes, em que fossem apresentadas as alternativas e soluções.

Mas é também necessário recordar que aqueles que ainda há pouco falavam (hipocritamente) na necessidade de aproximar os deputados aos eleitores, no fundo para alterarem a proporcionalidade da Lei Eleitoral, são os mesmos que agora defendem um debate a dois, ao serviço da bipolarização PS/PSD. Debates com grandes tiradas verbais, para esconder, na prática, uma grande identidade de propostas. Uma diferença de embalagens políticas, como a diferença existente entre certos detergentes, que só existe no nome das marcas e na imaginação dos publicitários.

E era importante ver-se o posicionamento concreto, por exemplo, face às propinas, à reforma do ensino, face aos critérios da União Económica e Monetária, aos Acordos de

«em experiência» do novo modelo de administração e gestão escolar;

4. Realizar uma reforma curricular consistente e coerente, sustentada na acção devidamente estimulada e apoiada, das escolas e dos professores, na melhoria das condições pedagógicas e de organização escolar, nomeadamente a nível da ocupação dos tempos e dos espaços escolares, e do contributo dos trabalhadores não docentes das escolas;

5. Promover o sucesso escolar efectivo dos alunos, a qualidade das aprendizagens realizadas na escola, empreendendo estudos sobre a multiplicidade de causas do insucesso escolar e revogando imediatamente as disposições legais que admitem a saída de alunos do 9º ano de escolaridade com apenas um certificado de frequência, o que é feito para ocultar as causas do insucesso escolar e em nada contribui para as combater;

6. Concretizar o direito à educação e à real igualdade de oportunidades das crianças e jovens com necessidades educativas especiais e das crianças e jovens de outras etnias ou culturas;

7. Desenvolver e melhorar as formações humanísticas, científicas, tecnológicas, artísticas e a educação ambiental proporcionadas aos jovens, nomeadamente a nível do ensino secundário (cuja generalização deve ser perspectivada) e do ensino superior;

8. Defender e incentivar a função social do Ensino Superior Público e a efectiva autonomia da Universidade em todos os seus aspectos: científico, pedagógico, financeiro, de gestão e de serviço à comunidade, na perspectiva da unidade orgânica entre ensino de qualidade e investigação científica, entre formação contínua e saídas profissionais, entre progresso social e democracia cultural participada;

9. Confiar nos professores, no seu empenhamento e profissionalismo, negociando com as suas organizações sindicais estatutos de carreira dignificantes destes profissionais e do trabalho que produzem, dando garantias de que não haverá desemprego no sector, elevando a qualidade da formação inicial e contínua, melhorando os níveis remuneratórios e resolvendo os múltiplos problemas sectoriais que persistem.

10. Proporcionar aos pais e encarregados de educação e às suas organizações representativas condições viabilizadoras de uma efectiva participação e intervenção nas escolas e no sistema educativo.

Shengen, à Política Agrícola Comum e à política da «engorda do peru para o Natal».

E que há por aí um partido que tem, por exemplo, justamente reclamado a baixa das taxas de juro. Só que esse é o mesmo partido que tem fechado os olhos às privatizações, nomeadamente da banca, sabendo muito bem que para a vender, o Governo promoveu e pactuou com a elevação das taxas de juro, de modo a «engordá-la», de modo a permitir limpá-la do crédito malparado e a fazer as provisões necessárias para a tornar apetitosa aos interesses privados.

É a política de condenação das consequências depois de se ter absolvido, ou de se ter sido cúmplice, com as causas de tal situação.

(...) E agora, o que vemos é que com as privatizações, alavancas fundamentais da economia passam para as mãos dos estrangeiros, que milhões e milhões de contos, em vez de serem aplicados no investimento produtivo, criador de emprego, são aplicados em transferências, na conquista de mais propriedade de empresas rentáveis a baixo custo, ao mesmo tempo que se banaliza a corrupção, com exemplos vindos de cima.

Não faltam, por isso, razões aos portugueses e às portuguesas para o vasto movimento de descontentamento e de luta que cresce no País contra a política do PSD, numa grande afirmação de dignidade cívica, de firme consciência dos seus direitos, e de activa defesa de justas reivindicações e aspirações.

Orgulhamo-nos de dar um importante contributo para o impulso da luta popular.

Somos oposição firme para uma política diferente. E quando alguns, perante a aspeza da luta ou das dificuldades da conjuntura política, internacional ou nacional, mudam de ideais e trocam de campo, para ter acesso às luzes da ribalta ou a um efémero naco do poder, vale a pena reafirmar que em defesa do nosso povo e de nossa Pátria, do que temos precisamos é deixar desvalorizar o que tem valor: a nossa coerência, os nossos ideais, a nossa identidade, a nossa luta, o nosso património, o nosso projecto de liberdade, justiça social, democracia e socialismo!

Nós orgulhamo-nos de continuarmos a ser um partido comunista, Partido da classe operária e de todos os trabalhadores que ao longo da sua história soube forjar uma vasta aliança das forças do trabalho e da cultura! Um partido que, com a sua luta, fez emergir os trabalhadores, como uma força essencial na vida política e social do País; um partido que, respondendo à vida e às mudanças da realidade, e reafirmando a sua identidade, continua a empenhar as suas energias na transformação da sociedade; um partido atento, que, com seriedade e com responsabilidade, debate e apresenta as propostas construtivas para os problemas do povo e do País, neste grave momento da vida nacional. Um partido fraterno, que rejeita o sectarismo, o dogmatismo e a intolerância, aberto ao diálogo e à unidade, um partido de homens, mulheres e jovens que lutam pelas causas mais generosas.

O Partido e a intervenção política dos intelectuais

O Encontro de Quadros Intelectuais do PCP que se realizou em Lisboa há menos de duas semanas, na sequência de anteriores reuniões e na linha das orientações aprovadas no XIV Congresso, insere-se num processo de trabalho que visa reforçar a intervenção e a influência do Partido nas áreas intelectuais.

Isto envolve tanto o propósito de abarcar a actividade dos intelectuais que são comunistas, como objecto próprio de reflexão e de (sempre renovada) busca de sentido. Como significa, ao mesmo tempo, a consideração da intervenção e da influência do Partido em relação ao conjunto dos intelectuais portugueses e em particular daqueles que se situam em terrenos de convergência, mais ou menos alargada, de preocupações, de actividades ou até de objectivos.

O trabalho de reflexão colectiva já realizado — cujo carácter embrionário e insuficiências sem qualquer dificuldade se reconhecem — tem pelo menos a seu favor a retomada de contacto com uma problemática que desde o XII Congresso está posta na ordem do dia. Possibilitou, além disso, a colocação de alguns pontos de apoio na reflexão sobre a função de que a intelectualidade se reveste e dos seus enquadramentos novos no mundo contemporâneo. E permitiu, também, dar alguns passos na anotação da evolução recente dos principais grupos profissionais e do carácter complexo das estratificações que se manifestam no seu seio e do conhecimento mais actualizado da intervenção social, cultural e política dos intelectuais portugueses hoje.

Intervenção Política

A questão da intervenção política dos intelectuais comunistas e daqueles que se situam em áreas que de uma forma ou de outra influenciámos, é a perspectiva que se pretende desenvolver nas (breves) considerações que a seguir se adiantam.

Uma primeira questão cujo exame importa aprofundar é se a retomada de iniciativa do Partido entre os intelectuais (ou pelo menos a preparação de condições para que isso tenha lugar), não envolve a capacidade de iniciativa global em relação a um conjunto de grandes questões com que a sociedade portuguesa está (actualmente) confrontada?

E se os passos dados no passado e os passos que estamos a dar no presente no plano da intervenção social, cultural e ideológica, bem como no domínio das políticas sectoriais, não requerem que, em simultâneo, aprofundemos e actualizemos o enquadramento mais geral do sentido da intervenção dos comunistas em Portugal, na Comunidade Europeia e no Mundo de hoje?

Esta perspectiva afigura-se-nos indispensável.

Os desenvolvimentos feitos pelo Partido nos últimos anos no plano programático constituem uma base fundamental. Mas a própria vida coloca a necessidade de continuar a aprofundar linhas de análise e de resposta a circunstâncias que objectiva e subjectivamente se alteraram e continuam a alterar muito e de forma particularmente rápida.

A questão europeia

Em primeiro lugar é toda a questão europeia.

São conhecidas as circunstâncias internas e internacionais, com que determinantes objectivas mas também com que objectivos estritamente políticos, de poder (da grande burguesia e de sectores da média burguesia cujo domínio e interesses se haviam imposto durante a ditadura num quadro de atraso socioeconómico) o país foi amarrado à "lógica" da integração capitalista europeia.

É útil ter presentes, também, as posições que o PCP assumiu e tem vindo a assumir nos vários momentos marcantes deste processo — período que precedeu a adesão à CEE, Acto Único e agora o Tratado de Maastricht.

Não se trata, fora do tempo e das circunstâncias, de regressar agora ao debate da adesão (ou da não adesão) de Portugal à CEE.

Decorridos sete anos desde a integração de Portugal na CEE e inevitavelmente chegada a hora de um primeiro balanço do deve e do haver. Perdidas as primeiras ilusões, ao nível dos menos avisados, quanto à possibilidade desta integração europeia — para mais subordinada aos critérios e objectivos de convergência nominal de

Maastricht — possibilitar uma efectiva aproximação aos níveis de desenvolvimento dos países comunitários mais desenvolvidos. Sofridos com perplexidade por vastos sectores os primeiros embates de uma concorrência sem quartel que está a provocar a desindustrialização e a quebra a pique da produção agrícola e pesqueira nacionais e a justificar a política de instabilidade laboral de que o próprio Governo procura dar o exemplo. — A questão europeia está transformada, objectivamente mas também cada vez mais ao nível subjectivo, na grande questão nacional do período que atravessamos.

Compreender e enfrentar a questão europeia no âmbito do debate e da luta político-partidária é, naturalmente, indispensável.

Mas mais que isso e para além disso, é preciso compreendê-la como centro de um debate e da procura de uma resposta nacional (política, económica, social e cultural) para a nova configuração com que se apresenta um velho problema, o do desenvolvimento do país, agora nas condições de membro desta Comunidade Europeia, num quadro internacional desfavorável e marcado por sensíveis factores de instabilidade.

Resposta que necessita de ser de resistência à indução supranacional de transformações que violam os nossos interesses. Que impõe a (indispensável) proclamação dos valores da soberania e independência nacionais. Mas que assume, também, e em todas as áreas, a construção e a luta por opções que sejam as nossas e nos afirmem num quadro de interdependências cada vez mais extensas e exigentes. E que desenvolva as linhas de encontro e de solidariedade com os trabalhadores, os povos e as culturas da Europa, com os quais compartilhamos desta luta e desta causa comum.

É insubstituível o contributo dos intelectuais portugueses para responder a tal desafio. E sem pôr de lado outros combates, aos intelectuais comunistas cabe compreender que uma nova fronteira passa hoje por aqui.

O combate pela democracia

Outra linha através da qual os comunistas podem assumir uma mais dinâmica iniciativa entre os intelectuais portugueses, prende-se com a actualíssima questão da degenerescência dos processos de democracia representativa nos países capitalistas, que apresenta também em Portugal, inquietantes expressões.

A prevalência do eleitoralismo e da política espectáculo apoiados no domínio dos grandes media; o desrespeito pela legalidade democrática ao nível das próprias instituições, a começar pelo Governo, e a desprotecção crescente dos cidadãos; a governamentalização do regime; o alastramento da corrupção e do tráfico de influências; a ocorrência, cada vez mais expressiva, de situações em que os representantes políticos eleitos (com excepção do PCP) não actuam de acordo com a vontade e o mandato real dos eleitores; — são factores que estão, entre outros, a debilitar progressivamente e a pôr em causa o funcionamento do próprio sistema democrático.

Impõe-se assim que assumamos hoje, em condições distintas, com um renovado carácter, objectivos e exigências, o combate pela democracia — pela democracia como a concebemos e consagramos no nosso Programa, simultaneamente política, económica, social e cultural.

Do que se trata, a todos os níveis, é de assumir uma postura mais activa contra a progressiva adulteração da vida democrática e o deslizamento antidemocrático do próprio regime. E isso impõe-nos tanto a reclamação do respeito por direitos e liberdades, como o seu reforçado exercício e a intervenção democrática junto e nos próprios órgãos de soberania.

Mas do que se trata, também, é de aprofundarmos a reflexão sobre a actualíssima questão da organização e do exercício dos poderes nas complexas sociedades contemporâneas e de assumirmos um papel dinâmico no desenvolvimento de processos de democracia participativa, para os quais visivelmente têm vindo a emergir condições objectivas favoráveis no seio da sociedade portuguesa.

A situação apresenta-se, obviamente, contraditória. Por um lado é a alteração da relação de forças e a crise e a instabilidade internacionais, que estão a ser utilizadas pelas forças dominantes para atrasar o relógio das transformações sociais e políticas democráticas. Mas por outro lado, são os sinais de sentido oposto que vêm sendo manifestados por sectores muito vastos da sociedade portuguesa. De uma sociedade portuguesa que se tem transfor-



EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política

Impõe-se que assumamos hoje, em condições distintas (...) o combate pela democracia — pela democracia como a concebemos e consagramos no nosso Programa, simultaneamente política, económica, social e cultural

mado profundamente — ao nível social, político, informativo, cultural — ao longo de quase duas décadas de vivência democrática e com a natural emergência das novas gerações.

Aos comunistas colocam-se neste terreno importantes desafios. Quer pelos complexos processos que atravessam a nossa sociedade e cuja visibilidade e perspectiva política importa rasgar. Quer pelas condições de uma cidadania democrática muito mais informada e participativa, que impõem ao próprio trabalho partidário a renovação de métodos e práticas de ligação às massas e dos próprios processos de definição dos conteúdos mobilizadores.

E para este combate, que tem profundas raízes nas melhores tradições do PCP, é necessário (e possível) mobilizar sectores muito vastos da intelectualidade portuguesa.

As políticas sectoriais

O debate, o aprofundamento, a definição de políticas sectoriais constitui uma importante e valiosa expressão da actividade política directa do Partido, cujos objectivos e alcance importa também sublinhar.

Sabemos em que condições, depois do 25 de Abril, para enfrentar as tarefas construtivas da própria revolução, foram empreendidos o exame colectivo de importantes problemas da vida nacional e o apuramento das correspondentes linhas de orientação e de intervenção.

A par da intensa intervenção no plano social e de massas, da acção junto e nos órgãos de poder, é um facto a realçar que os comunistas tenham conseguido assegurar, de forma continuada, e em relação aos principais problemas e áreas da vida nacional — economia, agricultura, educação, saúde, habitação, questões sociais, ambiente, defesa nacional, etc., — não só a crítica fundamentada da política de sucessivos governos, como a construção qualificada de políticas democráticas de natureza alternativa, em consonância com os interesses e as aspirações dos trabalhadores e do povo português.

O mérito e o alcance deste trabalho não se limita, porém, às razões da indispensável afirmação do Partido em todas as principais áreas da vida do país.

A crítica das políticas sectoriais do Governo e da sua pretensa inevitabilidade e a afirmação, fundamentada, de políticas alternativas de natureza democrática, que configuram globalmente "outra política", constitui um processo da maior importância.

Em primeiro lugar, pela visibilidade política e ideológica que ela abre em relação às movimentações sociais de resistência à política do Governo.

Em segundo lugar, pelo papel fundamental que assumem para a consciencialização de sectores muito largos e para a sua participação política na luta contra os objectivos e planos do Governo.

Também pelo contributo que presta à ligação e à intervenção política das próprias organizações do Partido em áreas fundamentais da vida nacional.

E por último, mas não menos importante, pelos referenciais que ela vai estabelecendo em relação à construção concreta que todos vamos realizando na vida do nosso tempo — o livro que escrevemos, a autarquia em cuja administração participamos, a associação em que intervimos, a matéria que investigamos, a ideologia que produzimos.

O contributo de grande número de intelectuais tem sido muito importante quer para a intensa intervenção política directa do Partido, quer para o desenvolvimento do espaço social, cultural e político de resposta democrática e progressista aos principais problemas do nosso tempo.

Esta é uma outra linha de trabalho que importa prosseguir e potenciar no nosso trabalho político com os intelectuais. Ampliando e aprofundando as áreas em que já intervimos. Mas alargando também a nossa intervenção a outras áreas-problema com que os tempos nos desafiam.

Intelectuais, hoje.

Um escrito na ocasião (I)

■ José Barata-Moura

1. Trabalho de uma evidência

Na reflexão que me é proposta sobre a intelectualidade hoje, gostaria de partir de uma observação — a meu ver, estimulante e clarificadora — que ocorre num dos apontamentos de Antonio Gramsci para uma sua projectada série de ensaios sobre a história dos intelectuais e a organização da cultura:

«Todos os homens são intelectuais (...); mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais» (1).

À primeira vista, trata-se de um truismo, de uma banalidade, de um lugar comum que não merece nem carece de maior atenção.

E, no entanto, tal como acontece com um determinado tipo de evidências, ela torna-se *fecunda*, menos por aquilo que imediatamente mostrava ou deixa transparecer, do que por aquilo que *no que dá a ver* traz consigo de inexpresso ou de sugestão para um pensar. As verdadeiras evidências nunca são uma terminação oclusiva, mas um ponto de partida.

Permitir-me-ia, então, salientar três aspectos que nesta observação assomam, e cujo aprofundamento porventura contribui para um aclarar da posição do problema que nos vai ocupar nesta meditação:

a) a *universalidade* da intelectualidade;
b) a *especificação social* da função dos intelectuais;
c) o carácter de *função* de que a intelectualidade se reveste.

a) Que todos os homens são intelectuais significa, pelo menos, três coisas principais e articuladas:

— que os agentes humanos, no exercício prático do seu viver e no conjunto de relações que com o mundo e entre si estabelecem (e pelas quais definem materialmente a sua realidade), não se comportam de um modo «cego» ou desprovido de *formas de consciência* (representações, intenções, desejos, teorias, etc.) que acompanham, organizam e perspectivam o seu agir mundano;

— que a universalidade desta pertença ao mundo da cultura torna os humanos, em geral, *público* consumidor, crítico e mediador — parte interessada e inter-agente — dos produtos culturais, no seu sentido mais amplo, e segundo modalidades muito diferenciadas de manifestação objectiva e subjectiva;

— que esta partilha constitutiva de uma condição intelectual não interdita, por princípio — nem restringe, fatalmente —, o acesso (potencial) de *todos à esfera da criação* ou da produção de ideias e de produtos culturais, em geral;

b) Que nem todos os homens desempenham numa sociedade dada a função (específica) de intelectuais obriga, por sua vez, a aprofundar, pelo menos, três tipos de questões:

— a da organização social de uma *divisão de tarefas* (institucionalizada de modo muito diverso, em termos sincrónicos e diacrónicos) no interior de uma colectividade determinada;

— a do contexto *histórico* concreto em que essa repartição de funções é levada a cabo, e a da determinação (o conteúdo) que ao vector da actividade intelectual é nesse âmbito imprimida;

— a do *modo* (diversificado e, no limite, contraditório) como essa função intelectual é assumida pelos seus prota-

gonistas primeiros (e representada pelo conjunto dos membros da comunidade), e a do *sentido* que marcadamente é impresso a essa função, em termos subjectivos e objectivos.

c) Que a intelectualidade reveste, para os humanos, um *carácter de função* implica, designadamente:

— que, no plano antropológico, ela coexiste e interage dialecticamente com outras funções, eventualmente ditas «não-intelectuais» — não porque rechacem ou proscurem o entendimento, mas apenas porque a ele primária ou determinantemente se não reduzem;

— que, no plano axiológico, só por abuso ela pode ver-se erigida em *dimensão exclusiva ou privilegiada* da condição humana; a racionalidade que se demanda, e que constitui os seres humanos como tal, de modo algum se circunscreve à lida com símbolos e ideias abstractos, à sua corrente caricatura tanto intelectualista como irracionalista;

— que, no plano ontológico, os homens são sempre mais do que puros «intelectos» e que, por conseguinte, em termos concretos, um homem nunca é apenas um «intelectual», embora o possa ser por ocupação dominante, interesse estruturador ou definição profissional; acresce que, por ser constitutivamente homem, o «intelectual» também se encontra longe de consistir num *mero «intelecto»* especificamente deambulante.

2. Sob o signo da contradição

Em 1794, Johann Gottlieb Fichte, ainda que de um modo idealista e idealizado, considerava o intelectual — o sábio ou o homem douto (*der Gelehrte*) — como «o educador da humanidade» (*der Erzieher der Menschheit*) (2). Quatro anos antes, Edmund Burke, na sua diatribe contra a Revolução Francesa, não conseguia descortinar na intelectualidade das Luzes mais do que uma cambada de literatos apostada iconoclasticamente em minar os alicerces do Estado, da religião e da sociedade (3).

Julien Benda, na hora do balanço dos acontecimentos da primeira Guerra Mundial, denuncia a traição dos intelectuais que, tendo abandonado a sua nobre missão de guardiães da universalidade e dos valores, sucumbem à tentação dos particularismos nacionalistas e do envolvimento com as questões «deste mundo» (4). Paul Nizan, cinco anos volvidos, investe contra a intelectualidade oficial e oficiosa que, qual matilha de «cães de guarda», se entretém com a magnificação grandiloquente do Homem e do Espírito, do mesmo passo que pura e simplesmente se demite do confronto e do pensar das realidades terrenas que os homens habitam (5).

Karl Mannheim, na sequência aliás de Alfred Weber e de todo um debate que já vinha do século XIX, tende a entender os intelectuais, do ponto de vista sociológico, como «um estrato relativamente desprovido de classe (*classless*) que não está demasiado firmemente situado na ordem social» (6). No decénio anterior, o jovem Lukács desmontava já, a partir de contribuições que remontam a Marx e a Lênine, as ilusões pequeno-burguesas de uma ideologia pairando acima das classes em luta na sociedade (*die "über den Klassen stehenden" Ideologie der kleinbürgerlichen Intellektuellen*) (7).

Em 1932, Antonio Gramsci destaca o papel orgânico e homogeneizador da intelectualidade: «*Os intelectuais são os "caixeiros" (commissi) do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político*» (8). Por 1951, num contexto bem marcado de «guerra fria», Talcott Parsons, não só trata cuidadosamente de dissociar os desclassificados *intellectuals* do núcleo respeitável dos diferentes corpos profissionais reconhecidos da ciência e da filosofia, como precavidamente avisa que «*eles podem constituir as principais fontes de legitimação ideológica dos movimentos desviantes (deviant movements)*» (9) que ameaçam a coesão funcional das comunidades.

Se Raymond Aron vitupera a preconceituosa alienação dos intelectuais cometidos à mistificadora tarefa de demandar um sucedâneo secular das religiões (10) Jean-Paul Sartre entende repetidamente vir a terreiro para pleitear em favor da sua causa e do seu *engagement* (11).

Poderíamos multiplicar, quase indefinidamente, todo um elenco de pronunciamentos contrastivos, em torno dos intelectuais e do seu desempenho social.

No entanto, esta amostragem, quase aleatória e não suficientemente preocupada com uma delimitação rigorosa dos diferentes contextos, basta para pôr em destaque um ponto decisivo:

A função intelectual inscreve-se e exerce-se num campo de realidade entretido de *contradições*.

Contradição — no modo como os intelectuais *são*, de ordinário, *representados*.

— *referenciais tutelares* que inspiram assumidos comportamentos vitais, onde transparecem tonalidades de crítica (ou mesmo de oposição) e uma diáfana tinteira de meritorias preocupações pelos destinos da Humanidade;

— *venerandas figuras* que corporizam adquiridos de um património de gerações, e sedimentam os pilares do regime estabelecido ou esquiçam os perfis de uma ordem estabelecenda;

— *mero ornamento beletrístico* de muita retórica de circunstância, particularmente bem-vinda sempre que se revela oportuno cultivar uma cultura que não se cultiva;

— *motivo obrigado de chacota* por parte de todos os populismos que se apascentam de boçalidade semi-instruída.

Contradição — no modo como os intelectuais *se apresentam* (e não me refiro à indumentária e aos tiques, aos sinais exteriores de identificação ao estrato, que também poderiam merecer uma elucidativa análise);

— *vanguarda de educadores benevolentes* da massa ignara e mal agradecida;

— *élite requintada preceptora de elites*, aguerridas aspirando à dominação (efectiva ou imaginária);

— *marginalidade criticista* que faz da equidistância (bem gerida) emblema de independência autoproclamada;

— *co-laboradores empenhados em tarefas de transformação* que concitam e envolvem energias práticas que os transcendem, mas de que se constituem parte interessada e actuante.

Contradição — no *relacionamento* (directo e indirecto) com os *poderes* económicos e políticos instituídos e dominantes;

— *os intelectuais gozam de visibilidade sazonal*: são sorratamente despedidos quando incómodos, e convocados com pompa sempre que a *fome de justificação aberta* ou a solenidade dos actos o aconselha; nalguns casos imagina-se que, por não serem mostrados, deixarão simplesmente de existir;

— *os intelectuais experimentam a alternância dos regimes cinegéticos*: são disputados mal abre a época da caça à inteligência, e expeditamente arrumados na prateleira dos gabinetes (de estudo) no período do defeso;

— *os intelectuais conhecem as danças matrimoniais*: namoram o poder e são namorados; por vezes casam, ou juntam os trapinhos; há quem fale de convênios antenupciais e de mais prosaicos consórcios de conveniência;

— *os intelectuais servem, servem-se, e são explorados*: há inertrício e há serventários; também não está excluído que outras formas de cooperação não possam ser implementadas.

Contradição, por fim — no próprio *exercício* da actividade intelectual enquanto função social diferenciada, no seu *teor* e *sentido efectivo* de intervenção;

— a função intelectual está tradicionalmente ligada ao *otium*, mas não deixa de envolver também (pela energia despendida e pelos resulta-



dos a que conduz) um tipo determinado de *trabalho*; todos sabemos que ela pode igualmente desembocar, com maior felicidade ou menor sucesso, em *negotium*;

— a função intelectual encontra-se seguramente envolvida na confabulação das mais variadas ilusões que uma classe alimenta a respeito de si própria (e das outras); mas ela *pode igualmente revestir-se de um insubstituível papel emancipador*: pelo conhecimento adequado da contraditoriedade do real que proporcione, pela sondagem a que proceda do leque de possíveis que o existente adiante de si projecta, pela perspectivização e orientamento de práticas de transformação a que dê escopo;

— a função intelectual está sempre atravessada pela contradição na medida em que, *in concreto, não constitui um domínio sobrepairante higienicamente uniformizado*; é radicalmente plural e diferenciada nas suas manifestações determinadas: cada grupo social tende a rodear-se (engendrando-a a partir de si, recriando-a no exterior, ou absorvendo-a) de uma camada especializada de operadores pluridisciplinares — (formal ou informalmente), encarregues de lhe compatibilizar o contorno, de promover a sua coesão, de zelar pela sua organização, de lhe proporcionar uma autoconsciência que o identifique como grupo e o acompanhe no desenvolver e no reconfigurar das suas tarefas: a função intelectual, em conformidade, está materialmente repartida — com conteúdos e propósitos diversos — pelas diferentes comunidades de interesses (dominantes ou não, e segundo uma multiplicidade de matizes) que integram e estruturam o corpo social na sua totalidade devenida;

— mesmo no interior de um mesmo grupo (partilhando uma tradição, uma situação e um designio comuns), *a função intelectual é, a um tempo, órgão de estabilização, de memória, de oleamento funcional, e — particularmente se prosseguida com consequência — vector e indicador de desequilíbrios, de transcendências*, porque não pode deixar de colocar-se como problema a configuração do porvir.

Estas, e muitas outras, formas de manifestações da actividade intelectual que nos aparecem atravessadas pelo marco da contradição não radicam apenas na peculiaridade que internamente caracteriza este domínio do agir humano.

Elas são, sim, um reflexo transformado de uma contraditoriedade mais funda, que estrutura e comanda o desenvolvimento da produção e da reprodução do viver nas nossas sociedades.

Elas são também *uma ocasião e um espaço* para a tomada de consciência e para o lidar (teórico e prático) com todo esse tecido conflitual da história.

É por isso que, *se a história real nunca é a história ideologicamente contada*, não é também menos certo que *o trabalho da ideologia não é indiferente ao encaminhamento prático do devir da realidade*.

NOTAS

(1) «Tutti gli uomini sono intellettuali [...]; ma non tutti gli uomini hanno nella società la funzione di intellettuali». António GRAMSCI. *Quaderni del carcere* (doravante: Q), 12; ed. Valentino Gerratana, Torino, Giulio Einaudi, 1975, vol. III, p. 1516.

(2) Johann Gottlieb FICHTE. *Einige Vorlesung über die Bestimmung des Gelehrten*, IV; *Werke*, ed. Immanuel Hermann Fichte, reed. Berlin, Walter de Gruyter, 1971, vol. VI, p. 332.

(3) «Um espírito de cabala, intriga e proselitismo impregnava todos os seus pensamentos, palavras e acções.» — «A spirit of cabal, intrigue, and proselytism pervaded all their thoughts, words and actions.» Edmund BURKE, *Reflections on the Revolution in France and on the Proceedings in certain Societies in London relative to that Event*, ed. Conor Cruise O'Brien, Harmondsworth, Penguin, 1988 (12), p. 213.

(4) Julien BENDA, *La trahison des clercs*, Paris, Grasset, 1927.

(5) Paul NIZAN, *Les chiens de garde*, Paris, Rieder, 1932.

(6) «A relatively classless stratum which is not too firmly situated in the social order», Karl MANNHEIM, *Ideology and Utopia. An Introduction to the Sociology of Knowledge*; ed. Louis Wirth e Edward A. Shils, London, Routledge & Kegan Paul, 1972 (11), p. 137.

(7) György LUKÁCS. *Das Problem geistiger Führung und die «geistigen Arbeiter»*; *Werke*. Darmstadt - Neuwied, Hermann Luchterhand, 1977 (1), vol. 2, p. 55.

(8) «Gli intellettuali sono i «commessi» del grupo dominante per l'esercizio delle funzioni subalterne dell'egemonia sociale e del governo politico», A. GRAMSCI, Q. 12: vol. III, p. 1519.

(9) «They can constitute the principal sources of ideological legitimation of deviant movements». Talcott PARSONS, *The Social System*, VIII, New York, The Free Press, 1964 (1), p. 367.

(10) Raymond ARON, *L'opium des intellectuels*, Paris, Gallimard, 1968 (1).

(11) Jean-Paul SARTRE, por exemplo, *Plaidoyer pour les intellectuels*, Paris, Gallimard, 1972.

(Continua no próximo número)

Iniciativas do PCP Toxicodependência e narcotráfico

A apresentação na Assembleia da República, ainda este mês, de um projecto-lei do PCP que visa a criação duma rede nacional pública de centros de atendimento, tratamento e reinserção social de toxicodependentes foi anunciada, em conferência de imprensa na passada quinta-feira, por Francisco Lopes, membro da Comissão Política; António Filipe, deputado comunista, e Carlos Gonçalves, do Grupo de Estudos do PCP para as Questões da Toxicodependência e do Narcotráfico.

Na altura foi apresentado aos jornalistas um documento sobre o agravamento dos problemas da toxicodependência e do narcotráfico, a ineficácia da acção governamental e a apresentação de iniciativas do PCP, para fazer face a este flagelo, entre as quais a realização de um Seminário para discussão da matéria, no próximo dia 16. O documento apresentado na conferência de imprensa era o seguinte:

1 - A situação nacional referente aos flagelos da toxicodependência e narcotráfico continua a verificar agravamentos exponenciais cujos custos sociais e humanos são tendencialmente incontroláveis.

São indicadores desta situação os crescimentos de 91 para 92 do tráfico de drogas, mais 23% de processos a traficantes, a droga apreendida, mais 72% de cocaína e mais 1200% de haxixe e de mortes comprovadas por overdose.

São expressão dramática e quotidiana desta realidade as escolas preparatórias e secundárias cercadas pelo tráfico, os estabelecimentos prisionais tomados de assalto pela droga e pela SIDA, as famílias destruídas pela droga e espoliadas pelos custos incontroláveis da assistência privada a toxicodependentes, ou desesperadas pela falta de apoio do Estado.

São elementos para a compreensão desta realidade os tremendos efeitos da política prosseguida pelo Governo de Cavaco Silva, a destruição do tecido económico e social e a marginalização de largos estratos da população.

2 - O Governo do PSD revela face à dimensão do flagelo uma persistente, comprovada e absoluta incapacidade de o equacionar e enfrentar com um mínimo de seriedade e empenhamento.

Em primeiro lugar, o Governo escamoteia os dados da situação. Não estuda, não sistematiza, não organiza os dados e elementos disponíveis.

É inaceitável a inexistência de números oficiais sobre a evolução da toxicodependência e sua distribuição geográfica, social e etária, sobre os índices de recuperação, eficá-

cia de resposta do sistema de prevenção, tratamento e reinserção social, etc.

O Governo não tomou até hoje a simples medida de juntar os dados e amostragens dispersos por serviços e Ministérios, de forma a poder diagnosticar a situação. O "observatório permanente de droga" não existe e a sua formação continua dependente de meios e instrumentos ainda não disponibilizados.

O Governo como que foge à dimensão do problema para não tomar medidas, esconde números, como as mortes por causa directa de droga, de que só se conhecem os dados sobre overdoses, ou foge aos indicadores

não oficiais que apontam 120 000 toxicodependentes no nosso país — seriam neste caso tantos como em França.

Em segundo lugar, o Governo não demonstra a vontade política indispensável para enfrentar a situação.

O Governo não faz investimentos sérios na prevenção da toxicodependência ou do tráfico de drogas, não aceita as propostas para discutir a situação ou melhorar as dotações orçamentais, não procura a eficácia dos serviços e meios disponíveis para o atendimento, tratamento e reinserção social de toxicodependentes, ou para coordenar e tornar eficaz a acção das autoridades judiciais e das forças de segurança e entidades envolvidas no combate ao tráfico.

Por um lado, na sua costumeira rotina governamentalizadora centraliza e burocratiza estruturas que deveriam ser operativas, institucionaliza uma Comissão inter-ministerial para o combate à droga, na dependência do Primeiro-Ministro, envolvendo seis Ministérios e um Alto Comissário.

Por outro, como o PCP preveniu, independentemente da dedicação e vontade dos técnicos envolvidos, o Governo é incapaz de pôr o sistema a funcionar e em 6 meses nunca reuniu a referida Comissão, não assumiu as responsabilidades nem a direcção de coisa nenhuma.

E o mesmo se passa, por exclusiva responsabilidade do Governo, com o Projecto Vida cuja situação de confessada descoordenação e profunda crise é pública, com o seu Conselho Nacional, que não existe de facto, com a "Linha Aberta" encerrada e à espera há meses das verbas necessárias, com os serviços de apoio ao Alto Comissário que não funcionam, com o Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga praticamente extinto, ou, pelos



EM FOCO



Francisco Lopes, ao centro, tendo à sua direita António Filipe e, à esquerda, Carlos Gonçalves

vistos, com o acompanhamento da situação da criminalidade derivada da droga pelo gabinete do Coordenador de Segurança e o correspondente enquadramento pelo Conselho Superior de Segurança Interna, também dependente do Primeiro-Ministro, estes vícios podem vir a expandir-se para os outros serviços de Estado.

Por tudo isto, o PCP tem repetidamente advertido para a dimensão da situação da toxicoddependência e narcotráfico em Portugal, agravada por uma governamentalização que mais não visa que esconder a ineficácia, e instituir superestruturas que sem os meios necessários e a vontade política do Governo nada resolvem.

3 - As recentes alterações na legislação de combate à droga têm sido publicitadas como visando "dotar" o ordenamento jurídico do combate à droga de uma eficácia apta a responder à gravidade que os fenómenos do consumo e tráfico de drogas assumem na sociedade portuguesa. A apreciação cuidadosa da chamada "nova lei da droga" revela que essa ideia não corresponde à realidade.

A "nova lei da droga" não corresponde à perspectiva de uma acção legislativa global, coerente e integrada de combate à droga. Toda a matéria relativa à prevenção primária de consumo de drogas, aos meios de tratamento e à reinserção social de toxicoddependentes, relativamente à qual existe um imenso vazio legislativo, não merece mais na nova lei do que uma vaga referência à prevenção em meio escolar, inscrita nas disposições finais e transitórias, o que representa um retrocesso em relação à lei de 1983.

É de igual modo sintomático que a coordenação das várias forças policiais no combate à droga, que se encontrava prevista na legislação anterior, tenha sido revogada e substituída por um "apelo" à sua maior articulação.

As opções de política criminal constantes da nova lei da droga não apontam para uma real contenção do consumo e tráfico de drogas tendo como objectivo proteger os jovens destes flagelos sociais. O estabelecimento de uma relação de presunção entre a quantidade de droga detida e o tipo de

infracção cometida (para menos de 3 dias - consumidor; para mais de 3 dias - consumidor, com pena agravada; até 5 dias - traficante consumidor), para além de ser puramente artificial, dificulta a obtenção da verdade material e desvaloriza a perigosidade social de pequeno tráfico.

O facto de ter sido retirada ao Ministério Público a faculdade de não exercer a acção penal nos casos de simples consumo de drogas, quando se tratasse do primeiro processo por actos dessa natureza, sendo o arguido menor de 21 anos e havendo da parte deste o compromisso de não repetir actos semelhantes representa um lamentável retrocesso.

Sendo a prevenção do consumo o objectivo fundamental da sua penalização são inquestionáveis as vantagens de intervir judicariamente no sentido de evitar o consumo de drogas e de, no caso dos toxicoddependentes, privilegiar as soluções de tratamento voluntário em vez de adoptar soluções de carácter repressivo.

Relativamente ao branqueamento de capitais provenientes do tráfico de drogas, são ainda nebulosas as intenções concretas do Governo. Sendo inquestionável a necessidade de adoptar medidas, contra este tipo de operações, os termos da autorização legislativa que a maioria PSD concedeu ao Governo justificam sérias preocupações.

Importa deixar claro que as medidas a adoptar ao nível do combate ao branqueamento de capitais devem ser realmente eficazes e não podem servir de pretexto para a imposição de limitações ilegítimas e inconstitucionais aos direitos dos cidadãos, não podem conduzir a confusões nada inocentes entre as actividades de prevenção e de investigação criminal, nem podem conduzir à preterição das competências próprias das magistraturas, que nos termos da Constituição são exclusivamente responsáveis pela condução das acções de investigação criminal.

4 - As medidas legislativas são tardias e insuficientes. Não é admissível que a estratégia do Governo sobre este problema se traduza na constante alteração de nomes

de estruturas e pessoas, mantendo-se como linha essencial a falta de coerência e de meios, no fundo a falta de vontade política para fazer frente a este flagelo. A estratégia do Governo é de uma encenação de combate que pretende esconder a tolerância e a convivência com uma situação que afecta cada vez mais portugueses, particularmente jovens.

Todos os dias, há jovens a cair na dependência da droga, todos os dias morre um jovem por causas ligadas à droga, todos os dias milhares de pequenos traficantes fazem o seu sórdido negócio, engrossando as imensas fortunas dos barões da droga, tantas vezes ligados ao poder.

Até quando a insensibilidade perante esta situação?

Até quando a manutenção desta grave passividade?

5 - O PCP define orientações que considera essenciais para fazer face ao flagelo da toxicoddependência, mas numa situação tão complexa, não tem a ideia

que tenham sido encontradas todas as respostas e considera que a par duma acção determinada na aplicação das linhas de acção necessárias e inadiáveis, é preciso ter atenção e estudar todas as perspectivas e opiniões que visem fazer frente à toxicoddependência e ao narcotráfico. Queremos entretanto afirmar que a nossa preocupação principal, apesar dos problemas que resultam da droga ser um negócio ilegal, é que esta é um negócio que põe em causa a saúde e a própria vida de muitos milhares de pessoas na sua maioria jovens, que constituem a base sobre a qual procuram e procurariam sempre (mesmo que a venda de droga não fosse ilegal) o engrossamento de enormes fortunas e o reforço de estruturas de poder e influência que lhe estão associadas.

O PCP reclama a realização dum amplo debate nas instituições e em todo o país, que contribua para a consciencialização da gravidade dos problemas da toxicoddependência e para que se promovam as acções necessárias.

O PCP faz um apelo para que das mais diversas formas, a população, os trabalhadores, as famílias manifestem a sua preocupação sobre a situação existente e exijam ao Governo medidas efectivas para a atacar.

6 - O PCP reafirma a necessidade duma estratégia coerente e de uma real vontade política para assegurar a prevenção da toxicoddependência e o combate ao narcotráfico.

No quadro das orientações que tem defendido, da grave situação existente e prosseguindo uma acção com expressão no plano institucional e a todos os níveis o PCP anuncia duas importantes iniciativas nesta área:

1ª O Grupo de Estudos do PCP para as Questões da Toxicoddependência e do Narcotráfico tem em fase adelantada de elaboração um Projecto-Lei a apresentar através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República que visa a criação duma rede nacional pública de centros de atendimento, tratamento e reinserção social, que deverá ser financiada para além do Orçamento de Estado, com o produto de bens apreendidos no âmbito do combate ao tráfico de droga e da respectiva lavagem de dinheiros.

O número de toxicoddependentes atinge já muitas dezenas de milhar, os serviços públicos vocacionados para a sua recuperação têm uma dimensão insuficiente e têm crescido a um ritmo que não acompanha a evolução galopante da toxicoddependência.

A existência de apenas 50 camas de internamento em serviços públicos vocacionados para ocorrer à situação de dezenas de milhar de toxicoddependentes, acrescenta à toxicoddependência o drama da falta de auxílio ou o recurso a instituições particulares a praticar preços insuportáveis.

Com este Projecto-Lei o PCP toma a iniciativa chamando a atenção para este gravíssimo problema e propondo medidas concretas.

O Projecto-Lei visa a criação duma rede de serviços para a desintoxicação física e psicológica dos toxicoddependentes, bem como a sua reabilitação profissional e social e prevê entre outros aspectos a ampliação das consultas em unidades de atendimento de toxicoddependentes, a desintoxicação física com a criação de mais unidades para o efeito, a desintoxicação psicológica em comunidades terapêuticas criando para o efeito um sistema nacional, a desintoxicação psicológica em ambulatório e a reabilitação profissional e social.

2ª Promovida pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu e pelo Grupo de Estudos para as Questões da Toxicoddependência e o Narcotráfico o PCP vai realizar no próximo dia 16 de Junho pelas 17 horas no Centro Jean Monnet um seminário sobre o branqueamento de capitais provenientes do tráfico ilícito de estupefacientes, abordando particularmente a situação portuguesa e a aplicação da directiva comunitária.

Numa situação em que muitos milhões de contos são gerados pelo tráfico de drogas e entram nos circuitos financeiros agravando fenómenos de corrupção e fortalecendo estruturas paralelas de poder, quando por Portugal passam cada vez mais as rotas de tráfico e no momento em que com um atraso de anos está para aprovação a legislação sobre esta matéria, é do maior interesse que se promova um debate alargado sobre estes problemas para apuramento de opiniões e perspectivas de modo a encontrar medidas eficazes, salvaguardando os direitos dos cidadãos.

Com este Seminário para o qual convidou as mais diversas entidades o PCP procura dar um primeiro contributo nesse sentido.

O Grupo de Estudos do PCP para as Questões da Toxicoddependência e do Narcotráfico

Conferência Mundial pelo povo coreano

Uma «Conferência Mundial em favor da Causa do Povo Coreano — pela Paz, a segurança, a soberania e a reunificação do país», decorreu nos últimos dias de Maio em Lisboa, conforme já foi noticiado nas páginas do «Avante!».

Aqui inserimos extractos do Apelo aprovado, e que se dirige aos povos do mundo para que contribuam para inverter a perigosa situação de agravamento da tensão na península coreana.

Publicamos na íntegra a Saudação do Partido Comunista Português à Conferência.

Saudação do PCP

O Partido Comunista Português saúda a realização desta Conferência internacional em favor da causa do povo coreano pela paz, a segurança, a soberania e a reunificação do país, e formula os votos dos melhores sucessos aos seus trabalhos.

O tema desta conferência é de grande importância e actualidade.

Há quatro décadas que o povo coreano é vítima de uma divisão artificial imposta pelo imperialismo norte-americano que mantém estacionado no sul da Coreia um poderoso efectivo militar equipado com armas altamente sofisticadas de carácter ofensivo que constitui uma permanente ameaça à República Democrática e Popular da Coreia e à segurança e paz em toda a região.

Quarenta anos passaram já sobre a assinatura do acordo de Armistício que pôs fim à guerra de agressão imperialista dos Estados Unidos contra a RDPC inserida na sua estratégia de hegemonia e confronto global com os países socialistas. Mas, apesar de todos os esforços e reiteradas propostas da RDPC orientadas para paz e para a reunificação do país, a dramática divisão do povo coreano persiste. E persiste, fundamentalmente, porque o imperialismo norte-americano não abandonou a sua pretensão de vergar o povo coreano à sua vontade.

Este é, na opinião do PCP, o principal obstáculo à justa solução do complexo problema da Coreia em conformidade com a vontade do seu povo. Esta é a causa determinante da tensão que hoje se vive na Península e que acções de cariz agressivo, como as manobras Team Sprit, tornam particularmente perigosa.

A problemática da Península da Coreia não pode deixar de ser considerada no contexto mais vasto da situação desfavorável às forças da paz e do progresso social resultante do desaparecimento da URSS e das tentativas dos EUA e outras grandes potências capitalistas (como é o caso do Japão e da Alemanha que, pela primeira vez depois da 2.ª Guerra Mundial enviam forças militares para fora do seu território) de impor ao mundo uma «nova ordem» por si hegemonizada. É o que vemos com a intervenção imperialista nos assuntos internos de numerosos países, a instrumentalização da ONU e outras organizações internacionais e a cínica invocação do chamado «direito de ingerência humanitária» para impor soluções contrárias à vontade de povos e países soberanos.

Por isso consideramos da maior importância a solidariedade recíproca dos povos e de todas as forças da democracia, do progresso social e da paz. Por isso consideramos importante a solidariedade para com o povo coreano na sua luta pela paz, a segurança, a defesa da soberania e reunificação pacífica da sua pátria.

O Partido Comunista Português sempre esteve ao lado do povo coreano na sua luta pela reunificação do país contra a repressão fascista na Coreia do Sul, como foi o caso do massacre contra os estudantes e a população de Kwangju.

O PCP considera que a retirada das tropas norte-americanas da Coreia, a total desnuclearização da península, o fim das pressões de ingerências nos assuntos internos do povo coreano é de vital importância para criar as condições para a reunificação pacífica da pátria coreana, no respeito pela opção soberana do seu povo.

Apelo aos povos do mundo

Mobilizar os povos do mundo de modo a inverter a situação de agravamento de tensão na península coreana, é o objectivo central do Apelo aprovado na Conferência.

O Apelo destaca cinco pontos fundamentais.

1) Fazer cessar todas as manobras de guerra na península coreana e particularmente os exercícios agressivos americano-sul-coreanos «Team Spirit».

2) Agir no sentido da evacuação total da Coreia do Sul de todas as tropas dos Estados Unidos e das suas armas nucleares e da criação de uma zona desnuclearizada e de paz na península coreana.

3) Restabelecer a verdade a respeito da «questão nuclear» na península coreana e denunciar a resolução arbitrária da AIEA (Associação Internacional de Energia Atómica) sobre a «inspecção especial na República Popular Democrática da Coreia».

4) Impedir a utilização das Nações Unidas pelos Estados Unidos que agem com o objectivo de caucionar assim a sua política de agressão contra a RPD da Coreia.

5) Exprimir o apoio activo e a solidariedade internacional à heróica e patriótica luta do povo coreano para realizar a união de toda a nação coreana a favor da reunificação da pátria.

No ponto referente ao restabelecimento da verdade sobre a «questão nuclear», o documento, que ao longo dos debates sofreu algumas alterações, afirma que «a existência de uma «ameaça nuclear» na península coreana» tem origem na instalação «e contínua modernização pelos Estados Unidos de um imenso arsenal nuclear na Coreia do Sul».

E prossegue:

«A campanha orquestrada pelos Estados Unidos sobre a chamada «ameaça nuclear do Norte» não tem outra finalidade senão justificar a manutenção das suas armas nucleares na Coreia do Sul para apoiar a sua «política de força» contra a Coreia socialista.

«É no quadro desta estratégia que os Estados Unidos fizeram adoptar pela AIEA uma resolução arbitrária exigindo uma "inspecção especial" dos locais militarizados na RPD da Coreia, útil apenas para eles, o que constitui uma grave ingerência na vida interior de um país soberano».

no visando assim atingir a sua independência e segurança».

«A atitude parcial da AIEA, a sua política de "dois pesos e duas medidas", representam inquietantes precedentes pondo em causa a sua neutralidade, o respeito dos seus estatutos e o direito internacional».

«Nestas condições é preciso compreender que a retirada da RPD da Coreia do TNP foi uma medida de auto-defesa para salvaguardar os seus interesses vitais e que é conforme à aplicação do seu direito soberano».

«A opinião pública internacional deve trabalhar para desmistificar a operação» inspecção especial «montada pelos Estados Unidos e pelos seus aliados».

Na conclusão do Apelo, e após referência ao Programa em dez pontos apresentado pelo Presidente Kim Il Sung da RDP da Coreia «para a grande união de toda a nação a favor da reunificação da pátria», afirma-se que os participantes consideraram que tal programa «responde à presente situação na Coreia de modo a permitir que sejam ultrapassados os obstáculos que se opõem ainda à reunificação do país».

«Eles lançam pois um apelo à comunidade internacional para que faça pressão sobre as autoridades sul-coreanas de modo a que elas respondam positivamente a este programa renunciando à sua política de dependência das forças estrangeiras, exprimindo a sua vontade de que retirem as tropas americanas e que cessem os exercícios militares conjuntos libertando-se do «guarda-chuva nuclear» dos Estados Unidos.

«Os participantes na Conferência apelam solenemente aos povos progressistas do mundo para que reforcem o seu apoio activo, os seus encorajamentos e a sua solidariedade ao povo coreano na sua luta pela reunificação e a paz na Coreia e por uma paz durável na Ásia e no mundo».

«Desejam vivamente que a comunidade internacional acolha positivamente as medidas tomadas pela Conferência e contribua para o seu sucesso de maneira a favorecer a paz, a segurança, a soberania e a reunificação do país, aspirações ardentes do povo coreano e aspirações também dos povos do mundo que defendem a paz».



A Paz é condição essencial para o pleno desenvolvimento socioeconómico e a futura reunificação do povo coreano

Bob Dole na Câmara dos Representantes Americana: Salvem a economia e o país

■ **Manoel de Lencastre**

A situação internacional com que nos confrontamos não pode ser classificada como uma crise (ou várias), uma recessão, uma depressão económica. É mais que isso. É o estremecer de todo o sistema político e socio-económico a que costuma chamar-se do capitalismo ou do «ocidente» — é um mundo, de facto, que se dirige, já com alguma aceleração, para as novas fronteiras onde o Homem do fim deste século e dos princípios do próximo lutará por uma vida diferente. E os comunistas, que ontem, ainda, eram tidos por aniquilados, surgem como os reais portadores do estandarte dos novos tempos. Não, os capitalistas ou os seus amigos e aliados nos diversos partidos políticos e muito menos os transfugas que se lhes arrojam aos pés.

A crise das democracias

O decorrer da última semana fez-nos assistir a duas significativas situações que puseram a nu o clima de desespero em que vivem os governos capitalistas dos países ditos «democracias industrializadas». Assim, nos Estados Unidos, um dos principais conselheiros de Bill Clinton, que não quis oficializar as suas declarações e pediu que o seu nome não fosse revelado (mas tratava-se de Peter Tarnoff, subsecretário de Estado para os assuntos políticos e, na verdade, o número três da hierarquia do Departamento de Estado, conhecido como o cérebro da administração americana em questões internacionais) declarou que o governo americano já tinha abdicado do papel de dirigente mundial para concentrar-se nos problemas internos. «Porquê?», perguntaram-lhe os 50 jornalistas que presenciaram a sensacional declaração. «Não temos dinheiro para isso», foi a cândida resposta.

Em Londres, o funcionário Major, sob o fogo do seu próprio partido, decidiu fazer alguma coisa que lhe melhorasse a estatura e fosse visto como correspondente aos protestos gerais quanto à desorientação e à incompetência que tem caracterizado o seu governo. Demitiu o chanceler do Tesouro, Norman Lamont, responsável pelo assombroso declinar da economia britânica, pelo aumento do desemprego, pela desvalorização da quarta-feira negra (16.09.92) e culpado de todo um conjunto de pequenos escândalos que desgostaram o povo britânico. Mas Major, o primeiro-ministro, é tão culpado (ou mais) dos mencionados desastres económicos como o foi o chanceler. Devia ter-se demitido também. Em vez disso, chamou para o n.º 11 de Downing Street aquele que lhe abrirá as portas do jazigo político, Kenneth Clarke, o «chief-barker» (!) do governo e do partido «Tory» que, de certeza, começará rapidamente a abrir caminho para o afastamento do funcionário Major a quem acabará por substituir. O primeiro-ministro, para ver-se livre de um amigo incómodo foi abraçar-se a um outro amigo que o degolará. Lamont, o chanceler demitido, prometeu, entretanto, não dar com a língua nos dentes durante as próximas semanas. Mas disse que revelará à Câmara dos Comuns e ao país, a quem cabem, no fim de contas, as maiores responsabilidades no afundamento da Grã-Bretanha. A nação aguarda, agora, um espectáculo semelhante ao que presenciou quando Sir Geoffrey Howe denunciou as limitações, as fantasias e o culto da própria personalidade, da maníaca Margaret Thatcher, para quem o túmulo se abriu nessa tarde histórica.

Ainda e sempre a recuperação

1. A Câmara dos Representantes americana aprovou as propostas de Clinton quanto ao novo orçamento e à questão dos impostos — US dólares 337 biliões em cortes nos serviços públicos e em novas taxas, o que não contribuirá para a melhoria da situação económica em que o país vive. Esta continua a demonstrar o mito da recuperação — o crescimento a contrair-se, o consumo a baixar, a balança de pagamentos a sofrer constantes desequilíbrios. Disse o «leader» da minoria republicana, Bob Dole: «O que está em jogo é a salvação da nossa economia. É preciso salvar o nosso país».

2. A «Fujitsu», a maior fabricante japonesa de computadores, revelou prejuízos pela primeira vez desde 1949 (51,2 milhões de libras) e a «Nippon» (telecomunicações) revelou que os seus lucros diminuíram em 28% relativamente ao ano passado. A «NEC» (electrónica) sustentou perdas de dólares: 343 milhões, e as «Hitachi» e «Toshiba» disseram haver sofrido baixas nos seus resultados de, respectivamente, 40% e 22%. Por sua vez, a «Nissan» (automóveis) declarou prejuízos de 240 milhões de dólares (ano financeiro: Abril-92

a Março-93) após haver anulado dívidas incobráveis na Austrália superiores a US dólares 400 milhões.

Os principais bancos japoneses revelaram que subiu em 70% o valor das provisões feitas contra dívidas duvidosas ou incobráveis resultantes de empréstimos consentidos a clientes que não lhes pagam. Tais empréstimos atingem a espectacular soma de 78 biliões de dólares. O «Sumitomo», o «Hokkaido Takushokai», o «Sakura», o «DKB», o «Mitsubishi», o «Sanwa», o «Asahi», o «Daiwa», o «Bank of Tokyo» acham-se vulneráveis à maré avassaladora das dívidas incobráveis.

Como resultado desta bonita conjuntura, as companhias de aviação nipónicas entram, igualmente, no ciclo dos resultados negativos e a «JAL» (Japanese Airlines) sofreu prejuízos de US \$ 495 milhões.

3. Os principais bancos comerciais húngaros, o «Magyar Hitel Bank» e o «Keraskedelmi Bank», revelou-se que se encontram em situação de insolvência e requerem, segundo o «Banco Mundial», importantes injeções de novo capital.

O desemprego, em França, aumentou em mais 1,5% e espera-se que, dentro de 6 meses, atinja o número de 3 100 000. Até as casas produtoras de «champagne», um produto rico dirigido aos ricos, já começaram a despedir. O governo Balladour, entretanto, decidiu privatizar 21 das principais empresas nacionais (Air France, Renault, Aerospatiale, Elf-Aquitaine, Rhone-Poulenc, etc.) com vista a realizar fundos que lhe permitam financiar os custos do desemprego. Os pequenos investidores poderão adquirir acções a crédito (até 3 anos), nas 21 companhias em questão. Mas o simples conceito de investimento a crédito não é, em si mesmo, mais uma estúpida contradição do capitalismo?

Segundo Jacques Calvert, presidente da «Peugeot-Citroën», o mercado europeu de automóveis conhecerá, em 1993, uma quebra superior a 12%.

Em Inglaterra, enquanto um milhão de pessoas se encontra na lista de espera para atendimento hospitalar, a chamada recuperação começou a perder dinamismo e os despedimentos prosseguem. O conglomerado «Tomkins» dispensou 1500 trabalhadores; a «Babcock», 500. O mercado retalhista viu diminuir as vendas. A cervejeira «Bass» sofreu perdas de £20 milhões por dívidas incobráveis (cerveja a crédito). A «Speyhawk» (propriedades) conheceu o limite do seu destino e acabou nas mãos dos administradores de falências, com dívidas superiores a £300 milhões. Tinham construído o espectacular edifício «Cannon Bridge», na City, mas acha-se tudo vazio e os 46 bancos liderados pelo «Barclays» e pelo «Citybank» não quiseram esperar mais.

Personalidades e maneiras de viver

☆ A funcionária do capitalismo, Hanna Suchocka, advogada de Poznan, 47 anos e solteira, primeira-ministra polaca derrotada, não devia alimentar ilusões. Mas possui-as. As barreiras que se erguem diante daquilo a que chama a «recuperação da Polónia», nas condições internacionais conhecidas, são inultrapassáveis. A CEE fechou-lhe a porta. Os países ricos, importadores, não querem aumentar as compras à Polónia. Mas Suchocka persiste. Vencida ontem, espera regressar amanhã, após as eleições, com um novo governo, o mesmo programa e... as mesmas dívidas — 33 biliões de dólares.

☆ O metalúrgico David Frelford, trabalhador da mina de carvão «Westoe» em South Shields onde a taxa de desemprego atinge os 26,7%, tinha sido despedido quando a mina foi encerrada no princípio de Abril. Perdera a esperança de voltar a encontrar trabalho. Há duas semanas, depois de levar os filhos à escola, regressou a casa onde se trancou por dentro, escreveu uma carta à esposa, meteu-se na banheira que previamente enchera com petróleo e riscou um fósforo. Peter Heron, portavoz da empresa nacional dos carvões, «British Coal» explicou as coisas à sua maneira: «São acidentes que acontecem. Uns, vão atirar-se às rochas. Outros estendem a cabeça sobre a linha do comboio...»

☆ Às seis da manhã, bateram furiosamente à porta do reverendo David Bamber, da Igreja Anglicana. «Quem é?», perguntou, assustada, Elisabeth, a esposa do vigário. A resposta surgiu dura e rouca: «Funcionários do tribunal. Vimos realizar o vosso despejo». Isto passou-se em Redford, no Nottinghamshire. Mas a verdade é que o senhorio e proprietário da casa onde o prelado vivia é a própria Igreja e a acção de despejo fora instigada pelo Bispo de Southwell, o mui reverendo Patrick Harris. Homens de Deus...

☆ Louise Worthington é mulher de substância. Com 44 anos, recebeu novas responsabilidades no grupo

«Syltone» de que o pai é presidente do conselho de administração, e controla, por si, cerca de 10% das acções. Nomeada directora da grande empresa, revelou, prontamente, o seu programa de trabalho, dizendo: «Passarei a vir ao escritório duas ou três vezes por semana. Mas prosseguirei, claro, os meus interesses pessoais: a caça, o "ski", além de manter-me atenta aos preços das acções da "Syltone" na Bolsa de Londres». Mulheres do diabo...

☆ A ministra britânica das Pensões e Reformas, Anne Widdicombe (ordenado anual: £44 611 = 10 617 contos), é das fortes. No passado, apoiou sem reservas a instalação dos mísseis «Cruise», em Inglaterra. Agora, agarra-se a outras causas — defende a reintrodução da pena capital e propõe castigos corporais aos alunos das escolas primárias, para endireitá-los, segundo afirma. Mas arranjou um problema de consciência.

Assim, devido à crise em que se debate e morrerá a Igreja anglicana devido à recente ordenação de eclesiásticos femininos, o que deu origem a graves cisões naquele movimento religioso, Anne resolveu mudar de «partido» e começou o seu programa de adesão ao catolicismo (coisa nova...) com uma peregrinação a Roma, facto que a TV britânica e os jornais noticiaram com abundância de pormenores. Depois, no regresso, convocou os órgãos da Comunicação Social para assistirem à sua entrada oficial na Igreja Católica Romana, cerimónia que teve lugar na catedral do Westminster. E tudo ganhou foros de sério acontecimento. Horas depois, a figura de grandes princípios religiosos e humanistas que é a nossa ministra quis repetir o espectáculo na missa da capela da Câmara dos Comuns. Mas o capelão respectivo, o reverendo Donald Gray, recusou a admissão da TV, da rádio e dos jornalistas que Anne havia humildemente convidado.

Viver a vida a este nível é música. Mas é também fugir às realidades. Negá-las. Contudo, não foi assim que ela chegou a ministra? Outras, também de fortes convicções, não estão ainda ocupando gabinetes ministeriais num país diferente, mas já chegaram à Secretaria de Estado da Cultura. Mulheres do diabo...

Uma figura da guerra

Não é necessário insistir no facto de que a Segunda Guerra Mundial (para nós a terceira) se decidiu às portas de Moscovo, em Estalinegrado, em Leninegrado e em Kursk. Mas o papel da Grã-Bretanha foi igualmente importante e, em muitas circunstâncias, os filhos e as filhas deste país cobriram-se de glória. Não foi só no deserto. Nos céus de Inglaterra e, principalmente, sobre a cidade de Londres, assim como nos mares, os britânicos viveram horas decisivas que souberam transformar em momentos da maior grandeza histórica. Não escasseiam estátuas, portanto, aos heróis da Guerra. Mas faltava uma, e a razão dessa omissão, francamente, escapamos. Só agora, finalmente, se ergueu frente ao Ministério da Defesa o monumento que faltava — o do marechal de campo Alan Brooke.

Alan Francis Brooke (1883-1963), nasceu em França, em Fagnore de Bignore. Entrou para a arma de artilharia em 1902 e para o Estado-Maior Imperial durante a Primeira Guerra Mundial (para nós a segunda). Comandou o 2.º corpo de exércitos da Força Expedicionária Britânica (1939-40) cobrindo a retirada de Dunkerque. Em 1940-41, tornava-se comandante-chefe das tropas metropolitanas britânicas e, de 1941 a 1946, foi chefe do Estado-Maior General das forças imperiais trabalhando na estratégia que ajudou à derrota dos nazis. Como principal conselheiro estratégico de Winston Churchill acompanhou o primeiro-ministro nas conferências com Estaline e Roosevelt. Marechal de campo em 1944, barão em 1945, visconde em 1946. No livro «Triunfo a Ocidente» baseado nos seus diários de guerra, revelou opiniões controversas relativamente às figuras de Churchill e de Eisenhower e à acção de constante demora por estes chefes arquitetada relativamente à abertura da segunda frente no teatro de guerra europeu.

Junto à rainha de Inglaterra, na cerimónia da inauguração da estátua, vimos a prestigiosa figura de militar que é Lord Carver (?), um dos poucos membros das Forças Armadas britânicas que ergueu a sua voz pela paz, contra a guerra fria e contra a política anti-soviética, militarista e provocatória dos sucessivos governos ingleses e americanos.

(1) «barker», do verbo ladrar.

(2) antigo Chefe de Estado-Maior das Forças britânicas.

FESTA
1993
Avante!

EM FOCO

VIII Bienal de Artes Plásticas A arquitectura e o design

Obras representativas de nomes substanciais da Arquitectura e do *Design* Industrial vão estar presentes este ano na Atalaia, naquela que será a exposição temática da oitava Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!». Será a segunda vez que esta componente da Bienal não é dedicada especialmente a uma personalidade representativa das artes plásticas nacionais (os artistas homenageados nas anteriores edições incluíram, por exemplo, Cipriano Dourado, Gil Teixeira Lopes, Carlos Botelho, Abel Manta, Álvaro Perdigão, João Hogan ou Jorge Vieira). Depois da experiência em 1985 da que talvez tenha sido a mais significativa amostragem de Gravura feita no nosso país, a Bienal este ano dedicará largo espaço a duas formas de arte habitualmente colocadas em segundo plano em iniciativas deste tipo mas que, em contrapartida, têm nos últimos anos evoluído no nosso país de tal forma que são portugueses alguns dos nomes internacionalmente mais representativos nestas áreas tão directamente ligadas ao quotidiano das nossas sociedades.



Os membros da Comissão Promotora da Bienal da Festa do «Avante!» pensam assegurar este ano a participação dos nomes portugueses mais significativos da arquitectura e do *design* industrial

por razões várias, não terá um contacto próximo e habitual com as artes plásticas, e que na Bienal da Festa reage positivamente e espontaneamente a propostas polémicas ou arrojadas». Nucha recorda a este propósito a pergunta constantemente feita no terreno da Festa nos anos em que a Bienal não se realiza: «então, para o ano há Bienal?», no fundo uma questão retórica que se limita a exprimir o prazer que os milhares de visitantes tiram destas exposições já inseridas na tradição entretanto criada, desde que se realizou pela primeira vez em 1979, depois de uma primeira exposição de artes plásticas na FIL, dois anos antes, quando começou a Festa do «Avante!».

«É um esforço de compreensão, interesse e uma abertura para a componente da arte na vida que para nós, artistas, é interessante», diz Virgílio Domingos que nos coloca, para reflexão, um problema com que se tem de defrontar, em todas as edições da Bienal, a Comissão Consultiva que faz a selecção das obras expostas: «hoje vive-se um período muito difícil em relação à elaboração dos juízos de valor em artes plásticas. O conceito de "qualidade" a que há alguns anos se podia recorrer foi ultrapassado. Hoje a "qualidade" é de ordem conceptual. Por exemplo, hoje a "qualidade" pode estar numa obra que põe em causa a arte exposta nos museus. Isso cria problemas a quem julga e a nossa resposta tem sido a de optar por uma grande abertura a todo o tipo de propostas».

São critérios de selecção que dão horas de discussão entre os membros da Comissão Consultiva da Bienal. Critérios de selecção que, com o tempo, o maior número de obras propostas e a inultrapassável dimensão do espaço da exposição tenderão a ser cada vez mais restritos.

Estética e didáctica

Fotografias, reproduções de projectos e algumas maquetas na área da arquitectura, a que se acrescentarão protótipos e objectos do *design* industrial, preencherão o espaço físico dedicado a esta componente da Bienal do «Avante!», onde para além das preocupações estéticas se dará particular relevância à componente didáctica da exposição, tal como nos explicaram Virgílio Domingos e Nucha, dois dos membros da Comissão Promotora da Bienal.

Essa componente didáctica será preenchida com a edição de um catálogo que incluirá um texto explicativo, enquanto na exposição propriamente dita se procurará a facilidade de leitura das diversas peças expostas — evitando-se, por exemplo, a colocação de projectos tecnicamente muito pormenorizados em favor dos desenhos em perspectiva —, isto sem prejuízo dos critérios dos próprios autores convidados a expor, este ano, na Atalaia.

Do domínio público são os nomes de muitos dos mais importantes arquitectos portugueses, dada a repercussão pública de muitas das suas intervenções, um pouco por todo o país, dado também o facto de alguns deles serem muitas vezes referenciados internacionalmente de forma prestigiosa. Mas esse prestígio é também atribuído a alguns dos nossos *designers* industriais, embora o impacto na opinião pública seja muito menor. Virgílio Domingos diria ao «Avante!» que «sendo o *design* industrial uma área onde é menos evidente essa repercussão pública, seja natural o menor conhecimento, comparativamente com a arquitectura, dos resultados obtidos. A verdade é que nesta área, nos últimos anos, surgiu uma nova camada de *designers*, gente muito jovem, que apresenta trabalhos de alto nível que importa conhecer».

Uma das questões que esta exposição levantará será a ligação entre a arte e a técnica, que se aliam nestas áreas. O facto de a Bienal não se limitar este ano à pintura ou à escultura, acaba por colocar de novo em destaque a componente plástica da arquitectura e do *design* industrial, que muitas vezes não surgem como uma evidência aos olhos do espectador mais incauto.

O visitante

Importante na Festa é o papel do visitante da Bienal. «É talvez um pouco surpreendente a adesão de tanta gente que,

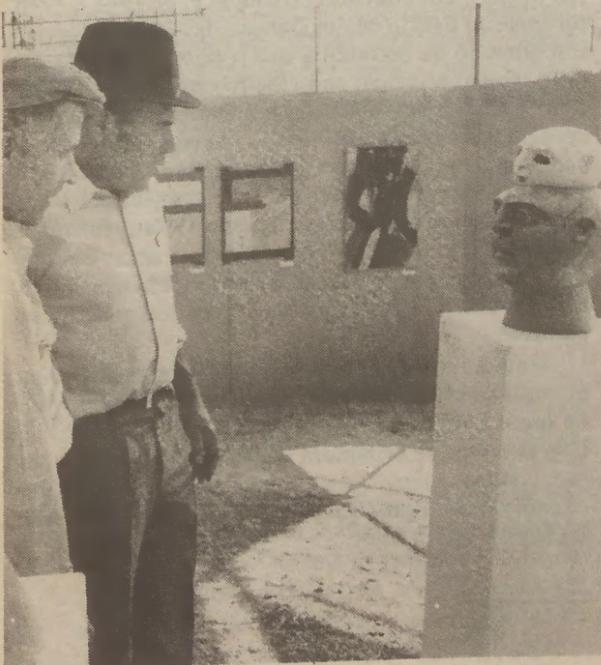
Artes portuguesas

No que diz respeito à exposição geral, a organização da oitava Bienal de Artes Plásticas está a decorrer e, para além dos artistas convidados pela Comissão Consultiva, contará com a já tradicional participação de todos aqueles que queiram apresentar os seus trabalhos, nos moldes expressos pelo Regulamento já anteriormente publicado no «Avante!».

A preparação desta significativa mostra das artes plásticas nacionais conta com a colaboração de entidades como a Sociedade Nacional de Belas-Artes, ARCO, Cooperativa Árvore, AGA (Associação de Gravura da Amadora), Escola Superior de Belas-Artes do Porto, ARTES (Associação Cultural do Seixal) e Galeria João Hogan, onde podem ser encontradas as fichas de inscrição para os artistas que desejem participar nesta mostra, de características únicas no nosso país.

A Comissão Consultiva da Bienal é constituída por Alberto Péssimo, António Abreu, Aurélio Santos, Bartolomeu dos Santos, Costa Martins, Edgardo Xavier, Fernando Cruz, Isabel Laginhas, Jaime Azinheira, Jorge Pinheiro, José Augusto, José Rodrigues, Leopoldo de Almeida, Luís Ralha, Maria Gabriel, Pedro Vieira de Almeida, Rogério Ribeiro, Sena da Silva e Virgílio Domingos.

Aqui se sublinha que as obras e as fichas de inscrição dos artistas que pretendem participar na Bienal devem ser entregues até dia 1 de Julho, pelo que se alerta para o já exigido espaço de tempo que nos distancia dessa data.



Filatelia

A Filatelia, mais uma vez, vai marcar presença na Festa do «Avante!» com um pavilhão onde se reunirão selos e colecções de características diversas. Aqui se deixa o recado a todos os interessados que os selos ou outros materiais filatélicos que se desejem oferecer para a exposição devem ser entregues nos centros de trabalho do PCP dirigidos ao sector da Função Pública da Organização Regional de Lisboa/Filatelia.



A Festa do
é uma

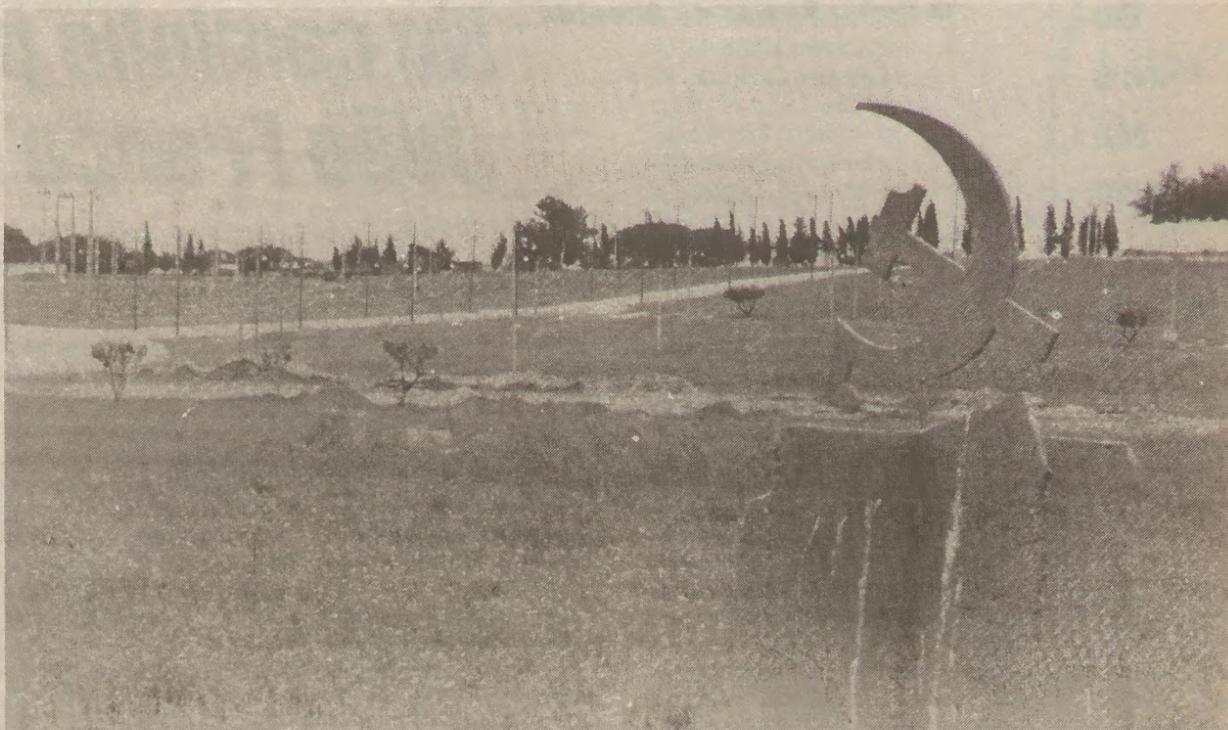
FESTA
1993
Avante!

Jornadas de Trabalho ESTA SEMANA SÃO TRÊS DIAS

Já começaram as Jornadas de Trabalho que todos os fins-de-semana ocorrerão para construir a Festa do «Avante!». São jornadas de trabalho voluntário e os seus organizadores dizem-nos que a primeira foi muito qualificada, obtendo-se bons resultados. Aproveitando-se o feriado de quinta-feira, a jornada de trabalho deste fim-de-semana «alargado» será de três dias, reservando-se o domingo para descanso dos participantes. Por isso todas as ajudas serão bem-vindas na Atalaia entre quinta e sábado.

Pedreiros, carpinteiros, electricistas, serralheiros, pintores ou gente sem formação específica — homens e mulheres — com vontade de ajudar a construir a Festa, na próxima ou em outras jornadas, devem contactar desde já as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia. Assim se facilita à organização o trabalho de evitar os eventuais e sempre aborrecidos tempos mortos que de outra forma mais facilmente ocorrerão.

Esta tradicional participação de centenas de pessoas, anualmente repetida e de forma generosa e voluntária, na construção da Festa do «Avante!», é um dos seus patrimónios mais valiosos, sendo uma das facetas que tornam a organização desta iniciativa única e sem paralelo no nosso país.



Já começaram as jornadas de trabalho na Atalaia



"Avante!" participação!



4-5 SETEMBRO ■ ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Jovens comunistas apelam à compra antecipada da EP

Está em distribuição um folheto editado pela Juventude Comunista Portuguesa de promoção da Festa do «Avante!» onde se apela à compra antecipada da EP — a entrada permanente na Festa —, apresentando-se três razões, para além dos parcos mil e 500 escudos que dão direito a assistir a dezenas de espectáculos. Em primeiro lugar diz-se que «a realização da Festa e a sua qualidade dependem muito da venda da EP, comprá-la já é garantir uma Festa ainda melhor». Comprar já a EP é, por outro lado, «um gesto de solidariedade para com os comunistas que erguem a "cidade dos três dias" ano após ano». Finalmente, a compra antecipada do ingresso da Festa «significa que ficas na altura com mais dinheiro para gastares nas coisas boas que a Festa tem a oferecer», diz o folheto da JCP.

Sorteios a realizar
em Jornadas
de Trabalho
na Atalaia

E os prémios...

- 1.º Sorteio *11 Julho*
- 1.º prémio
— Vale de férias/viagens no valor de 250 contos
- 2.º prémio
— Vale de material fotográfico no valor de 100 contos da  **fotorivo**
- 3.º prémio
— Vale de livros no valor de 60 contos da Editorial **CAMINHO**



29 Agosto

2.º Sorteio

- 1.º Prémio
— Vale de férias/viagens no valor de 125 contos;
- 2.º Prémio
— 1 máquina de lavar louça (de bancada);
- 3.º Prémio
— Vale de livros no valor de 40 contos da Editorial **CAMINHO**

EM FOCO

Um
livro
por
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

No caminho para Salazar: João Franco e D. Carlos

1. Nos últimos 150 anos, a nossa história conheceu vários ditadores e sofreu diversos regimes ditatoriais: ditaduras essas que intermitentemente se prolongam desde a instauração das primeiras formas liberais, até às vésperas dos nossos já conturbados dias de hoje.

Entre uns e outros, embora de importância e sentido histórico diferenciados, destacam-se sobretudo os nomes, as tentativas ou as estruturas de Costa Cabral (António Bernardo, 1803/1889), de João Franco (J. Ferreira F. Pinto Castelo Branco, 1855/1924) e Salazar (António de Oliveira, 1889/1970), três licenciados em Direito... É mais recente o relevo político da licenciatura em Económicas e Finanças dos chefes do poder executivo...

Dos três ditadores, o maior destaque — na duração e nas consequências negativas, nacionais e populares — pertence, indiscutivelmente, à ditadura fascista e colonialista de Salazar, que cobre quase quarenta anos.

Mas examinar as curtas é menos densas ditaduras direitistas

versidade de Coimbra, nos anos setenta. Será, sucessivamente: procurador régio em várias comarcas; chefe de serviço da Administração Geral das Alfândegas, até ascender a seu administrador geral interino (1886); tornando-se, depois, neste mesmo ano, auditor do tribunal do contencioso fiscal aduaneiro.

Inicia a sua carreira política no Partido Regenerador: vai pela primeira vez para a Câmara dos Deputados, em 1884, eleito por Guimarães. De 1886 a 1890, «a sua palavra agressiva e contundente abala os fundamentos governamentais do Partido Progressista». Em Maio de 1890, é ministro da Fazenda do governo de Serpa Pimentel. Caído este, torna público o conhecido relatório sobre as finanças públicas. Voltará a ser ministro, em 1891/92, desta vez no governo de João Crisóstomo — Obras Públicas, e ministro interino da Instrução Pública e Belas-Artes. De 1893 a 1897, gere a pasta do Reino, participando já numa ditadura, em colaboração com Hintze Ribeiro, então seu chefe partidário.

Decretada que foi uma nova lei eleitoral, em 8.VIII.1901, realizam-se eleições gerais, ficando de fora do Parlamento João Franco e quase todos os seus amigos políticos. Estava assim consumada a cisão regeneradora, surgindo agora um novo agrupamento político que tomará o nome de Partido Regenerador Liberal, ou franquista. Era o anúncio do fim temporário do «rotativismo» — que modernamente alguns designam «alternância» — entre os Partidos Regenerador e Progressista, e que o próprio João Franco caracterizava então assim: «Com o tempo, chegou-se a uma fórmula reduzida de rotação partidária, governando os dois partidos simultaneamente, perdidas até as etiquetas com que se diferenciavam, confundidos no desconceito público, sob o nome comum de «rotativos». (p. 23)

Segundo David Ferreira («Diccionario da História de Portugal» sob a direcção de Joel Serrão, III vol., p. 74), João Franco «coligado aos progressistas, chefou o Governo constituído em 19.V. 1906, «continuando a declarar-se rasgadamente liberal até que, entendido com o Rei D. Carlos e apoiado por este para uma política de engrandecimento do poder real, deu o golpe de Estado de 10.V.1907, inaugurando então a sua ditadura».

3. Este «patrocínio e colaboração» de D. Carlos I à ditadura de João Franco, apesar da linguagem velada, é claramente manifesto na correspondência real àquele destinada.

A 6 de Maio de 1906, escreve D. Carlos: «Há muito a fazer e temos, para bem do País, que seguir por caminho diferente daquele trilhado até hoje; para isso conto contigo (...).»

Três meses depois, a 6 de Agosto, o rei regozija-se com choques havidos com republicanos: «Deram um ótimo pretexto ao Governo para acabar de vez com histórias de ruas»...

A 21.VIII, volta a pregar a violência: «Claro está que por liberdade

eu não entendo licença; essa em nome da liberdade geral deve ser severamente reprimida». Claro...

A 21.IX, o rei procura animar e animar-se: «Sem luta não há prazer em vencer, e a vitória sem combate, e combate sério, nunca é vitória duradoura». Sem reprimir nada compensa...

A 6.XII: «(...) o país está farto. Não quer discussões políticas, das quais pouco ou nenhum bem lhe virá, o que quer é que se discuta a administração.»

Duas semanas depois, a 18 de Dezembro, a carta, de Vila Viçosa, é pelo menos intrigante: «Correu aqui que o Afonso Costa e o [Alexandre] Braga viriam a Elvas e a Barbacena e talvez por aqui; não seria mau eu sabê-lo a tempo se tal se der, para evitar qualquer sensaboria, porque há gente para tudo», etc. etc.

A 2.III.1907, a admissão e justificação da violência ganha ainda mais consistência: «Sou absolutamente contrário, como sabes, a violências e a abusos de forças, mas tão contrário sou desses processos, como sou partidário do emprego da força quando for necessário para manter as ideias que advogamos (...).»

A 8.VIII, a teimosia do caminho da ditadura impõe-se sempre mais e mais: «Cada vez mais me convenço que o caminho que nós traçamos é o bom, para não dizer o único, e portanto já sabes que me encontras ao teu lado e ao do governo, por pensamentos, palavras e obras!»

Tudo isto é tão claro que quase não espanta que João Franco possa escrever: «A Ditadura, em 1 de Fevereiro [data do assassinio de D. Carlos] tocara ao seu termo, e com êxito, sendo isso mesmo que levou ao regicídio».

4. O «êxito» da ditadura pode medir-se pelo que A. H. Oliveira Marques e Lopes de Oliveira escrevem sobre ela (História de Portugal, III vol., pp. 43 e 45/6).

Diz A. Oliveira Marques: «Violência e repressão caracterizaram o 2.º ano do governo de João Franco. Em IV.1907, os estudantes de Coimbra estavam em greve prolongada e revestida de aspectos tumultuários que a breve trecho se converteu em movimento geral contra o Governo. Em 28.I.1908, Republicanos e Dissidentes Progressistas organizaram e puseram na rua uma revolução que pôde ser sufocada à nascença. Foram presos muitos dirigentes dos dois partidos. João Franco levou à assinatura régia um decreto que punia com o degredo para as colónias — nesse tempo por muitos considerado quase equivalente à pena de morte — os incriminados por crimes políticos. Visavam-se, sobretudo, os chefes republicanos (...).»

E Lopes de Oliveira escreve: «Começaram em 22.V.1907 a funcionar os gabinetes negros instituídos pela lei contra a imprensa. (...) No dia 21.VI, o Governo publicou um decreto que proibia a circulação, exposição ou qualquer outra forma de publicidade dos escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem pública. E nenhum periódico podia publicar-se sem autorização prévia. Era extinguir a Imprensa! (...)

«Foi suspensa a Beira por dois meses (...) o nó vital da questão era a liquidação dos adiantamentos. No mesmo dia O Mundo e O País foram suspensos (...)

«(...) no dia 30.VIII liquidava João Franco os adiantamentos [dívida real] (...) mas aumentava a lista civil!

«(...) O Correio da Noite e o

Popular, órgãos dos partidos rotativos, são suspensos a 20.XI (...).

«(...) a 8. XII e a 12.XII são dissolvidas as câmaras municipais e as juntas gerais...»

E por aí fora...

5. Os ditadores entendem-se e entreajudam-se: as ditaduras que se movem no mesmo sentido dominante ou que asseguram interesses de classe semelhantes, embora de diverso grau de apuramento, amam-se e completam-se como raros casais o praticam, ou poucos avós e netos e conseguem...

Não é por acaso que, um mês exactamente antes de morrer, João Franco, o último ditador sob os Braganças, toma a iniciativa de escrever a Salazar, ao que virá a ser o seu continuador, agora ao serviço do poder monopolista, na ressurreição da monarquia sem rei que será o seu sistema político:

«Quem firma estas linhas não é já nada, nem ninguém, sem possibilidade de jamais voltar a sê-lo. É um velho de 74 anos, mais alquebrado ainda pela doença que pela idade e que a tudo assiste e vê, quieto e calado. Mas não se foi político por tantos anos e governante do país por não poucos também, sem se contraírem hábitos que formam como que uma segunda natureza. Um desses, e inverterado, é o de seguir com atenção e interesse os fenómenos da vida pública, podendo e devendo dizer respeito, no presente ou no futuro, a filhos e a netos que lhe fazem doce o viver.

Acabo de folhear o seu relatório financeiro e, chegado à conclusão, disse convicto e unanimemente: Sursum corda [corações ao alto]. V. Exa. tem-se mostrado um homem raro de sinceridade e vai sendo o ministro das Finanças que Portugal carecia. A cada um a sua mercê. Assim o pede a justiça e o quer Deus. Nada ganhará V. Exa. em lho escrever, e eu também nada perco, mas sinto que me faz bem manifestar-lho. Com toda a consideração e simpatia me subscrevo, de V. Exa. mto. atto. e ven.or» a) J. Franco.

Em 30.III.1929, ou seja, apenas cinco dias antes da morte de João Franco, Salazar acaba por responder-lhe:

Exo. Senhor Conselheiro João Franco,

Tenho adiado escrever a Va. Exa., fugindo a quaisquer banalidades, indignas de Va. Exa. e de mim, ao agradecer-lhe as palavras que teve a bondade de dirigir-me. Comoveu-me tão profundamente que mais nada desejo sobre elas dizer a Va. Exa. senão isso mesmo.

Há pouco mais de 20 anos houve um político que levantou em Portugal brado de reacção contra o descalabro da administração pública e que o País, na sua parte mais desinteressada e sã, seguiu com mais do que carinho, com fé. Alguém obscuro, muito na verdade dos anos, sentiu então o contágio dessa fé e pergunta agora por que desígnio providencial recebe a carta de aplauso que então desejava escrever, se tivesse uma parcela da autoridade que Va. Exa. tem.

Faço votos sinceríssimos pelas melhoras de Va. Exa., e desejo-lhe do coração umas Páscoas felizes. De Va. Exa. mto. att.o e grato a) António de Oliveira Salazar.

Dois dirigentes antidemocráticos, de comum inspiração monárquica, que se descobrem, respeitosa e, como se estivessem na transmissão de um testemunho opressivo, que a I República liberal mal separa... E estavam.

CARTAS D'EL-REI D. CARLOS I

A JOÃO FRANCO CASTELLO-BRANCO
SEU ÚLTIMO PRESIDENTE DO CONSELHO

«Le plus aspre et difficile métier du monde, c'est être digne ment le roi.»

MORLAINE — Essais — De l'incrimination de la grandeur.



LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND
1924

de Costa Cabral (1842/1846) e de João Franco (1907/1908) é, de certo modo, aproximarmo-nos da fase de preparação histórica e política de formas mais evoluídas, abrangentes e ameaçadoras de poder pessoal antidemocrático. Para nós, é esse factor que sobretudo torna importante a escolha do livro desta quinzena, da autoria de João Franco: *Cartas de El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello Branco, seu último Presidente do Conselho*. É um livro de 338 páginas que contém, além de 14 cartas de D. Carlos a João Franco (e fotografias dos respectivos originais), no quadro do estabelecimento de uma ditadura da iniciativa de ambos, os longos comentários, notas e acrescentos que João Franco faz a seu respeito. O exemplar utilizado é uma 11.ª edição desta obra, impressa pelas Livrarias Aillaud e Bertrand, em 1924.

2. A biografia de João Franco assinala o seu nascimento no Alcaide, concelho do Fundão, em 14.II. 1855. Forma-se em Direito, na Uni-

Gazetilha

Actualidade

Cavaco tem um buraco de grande azia no Orçamento. História velha. Em resumo: Cavaco em economia é um aselha.

Teve então uma ideia, coisa fina engenho de arremesso: aumenta o preço da gasolina!

Original maneira de governar: eu faço a asneira e obrigo os outros a pagar...

Golpe de vista! Grande estadista!

Vacas... moucas

Pois foi. O ministro dizia que não sabia, que não sabia.

Agora já se sabe que sabia e que ele sabia o que dizia

quando a todos dizia que a respeito das vacas não sabia.

Sabendo-se pois então que sabia por que não o dizia?

Voltando à vaca fria: reina o escândalo na vacaria...

Desautorizações

Um realiza outro desautoriza. De caras: uma camisa de onze varas.

Cousas banais? Nunca são tais questões pessoais de várias cores vários matiz: são, antes, as flores de um mal de raiz.

Um dia vem que obrigará saber-se bem com quem se está.

É isto mesmo do que se trata ou a luta de classes é uma batata...

Retrato

Veio gingão, gozão de ponta e mola. Era o maior na mágica da dança. Feio, feliz e fácil na Finança. Diziam os seus confrades: «Que cachola!»

A teoria do oásis já rebola. Caminho após caminho o espanto avança. Penteia da lavoura a loura trança com os belos empréstimos que engrola.

Estão-lhe mordendo agora os seus rapazes. A arcia sepultou os seus oásis perdidas já as ambições rurais.

Espantinho, a melena triste e solta sobre espantinho, agora à sua volta soam as gargalhadas dos pardais.

■ IGNOTUS SUM

A sorte

“Passando os olhos pela oposição”, afirmava há dias Miguel Sousa Tavares (MST) numa das suas incontáveis crónicas: “Consta que o PCP ainda existe e é certo que a nada mais aspira. Tem a solidariedade de todos nós, que não saberíamos como viver sem as almas gentis da Soeiro Pereira Gomes, assim como não saberíamos viver sem a ‘bica’ da manhã, o ‘Expresso’ aos sábados ou o futebol aos domingos”. E acrescenta no final, com inesperada clarividência, que PS e PSD são a mesma coisa, pelo que “nem nos entusiasmam nem nos indignam. Foi o que a sorte nos reservou”. Por acaso é o que nos acontece com os raciocínios gentis de MST: nem nos entusiasmam nem nos indignam - foi o que a sorte nos reservou, neste gigantesco universo de meia dúzia de “fazedores de opinião”, onde consta que MST, por força de suados exercícios de prosa aplicada, chegou à extraordinária conclusão de que, afinal, existe...

A anedota

Carlos Borrego, ministro do Ambiente, sempre mostrou alguma dificuldade em articular a inteligência com o exercício do alto cargo para que Cavaco Silva o escolheu, daí a incrível anedota que resolveu contar publicamente em Braga (dizendo que “os corpos dos cadáveres em Évora são reciclados para aproveitar o

alumínio”), haver sido, sobretudo e em traço muito grosseiro, mais uma confirmação da total incompetência do homem para a função governativa que lhe deram. Todavia a palhaçada não se ficou por aqui: o PSD, através de contundentes críticas produzidas de imediato pelo presidente do seu Grupo Parlamentar, Duarte Lima, secundado pelo “vice” José Pacheco Pereira, surgiu inesperadamente indignado com o deslize do seu ministro, inspirando o próprio Cavaco Silva a uma ameaçadora garantia de que iria “averiguar o que se passava”. O que levanta várias perplexidades, como, por exemplo, a de o PSD necessitar de uma anedota boçal para perceber que o seu ministro do Ambiente era incompetente, ou a de o PSD se indignar tão subitamente com uma imbecilidade ministerial e não tugar nem mugir perante graves corrupções, peculatos e incompetências que têm regularmente assinalado a governação cavaquista em diversos ministérios... nomeadamente o próprio escândalo que inspirou a “anedota” e que atola o Ministério da Saúde, respectivo ministro e todo o Governo de Cavaco Silva.

Suíços “à caça”

Com o apoio dos minoritários, mas conservadores votantes dos cantões e a oposição dos movimentos de esquerda e dos pacifistas, o governo

suíço obteve um “sim” tangencial num referendo no passado domingo, que lhe permitirá comprar 34 caças “F/A-18” pela módica quantia de 2,4 biliões de dólares. Argumento dos subitamente belicistas governantes suíços: “sem renovar a aviação, o exército arrisca-se a ser considerado folclore em uniforme”. Por este caminho, a célebre “neutralidade suíça” é que se arrisca a ser um folclore... fardado.

Rodoprivados

A administração da Rodoviária Nacional continua a esquartejar esta empresa pública em gordas postas que vai entregando aos “privados”. As subempresas (ainda) públicas que se seguem na “rifa” serão, sucessivamente, a Rodoviária da Beira Litoral e as Rodoviárias da Beira Interior, Alentejo e Tejo. Entretanto ainda alguém há-de explicar aos utentes da antiga Rodoviária Nacional onde é que está a tal “eficácia”, “conforto” e “competência” que a iniciativa privada viria trazer à Rodoviária Nacional. Nos segmentos a que já deitou a unha, o que se tem visto é encerramento de carreiras, degradação dos serviços, aumento dos preços e extinção de regalias sociais. Não acreditam? Então experimentem fazer um inquérito num terminal qualquer já privatizado... Ou melhor ainda: viagem na “Rodoprivada” e depois digam alguma coisa!

frases da Semana

“É sempre perigoso quando muitas pessoas ligam, no seu espírito, a ideia de prosperidade económica à ideia de democracia política. Isto é um erro, uma coisa perigosa que pode conduzir até ao fascismo.”

☛ (Ralph Darhendorf, «teórico do pensamento liberal» - «Público», 6.06.93)

“Tenho o meu tempo e o meu percurso. E digo também: do meu tempo sou eu o juiz e do meu destino sou eu o senhor - para além de Deus e, neste caso, também da vontade do primeiro-ministro.”

☛ (Pedro Santana Lopes - «Semanário», 5.06.93)

“Fala de coisas que o povo não entende e o povo sente as coisas de que ele não fala. Não tem credibilidade no meio financeiro, não tem credibilidade no meio empresarial.”

☛ («um empresário e figura grada do PSD», sobre Cavaco Silva, citado no «Expresso», 5.06.93)

“O problema é que, numa sondagem, a opinião do cidadão é irresponsável, ou seja, não tem quaisquer consequências para os destinos do país: a política não muda, o Governo não cai.”

☛ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 5.06.93)

“É também isto o que acontece, de certo modo, nas eleições autárquicas e nas eleições europeias, em que os eleitores podem orientar o seu voto no sentido de um partido ou de outro sem que isso modifique significativamente o seu quotidiano.”

☛ (idem)

“A verdade é que elas (as sondagens) exprimem uma mudança de opinião - que, por ser “irresponsável”, é genuína.”

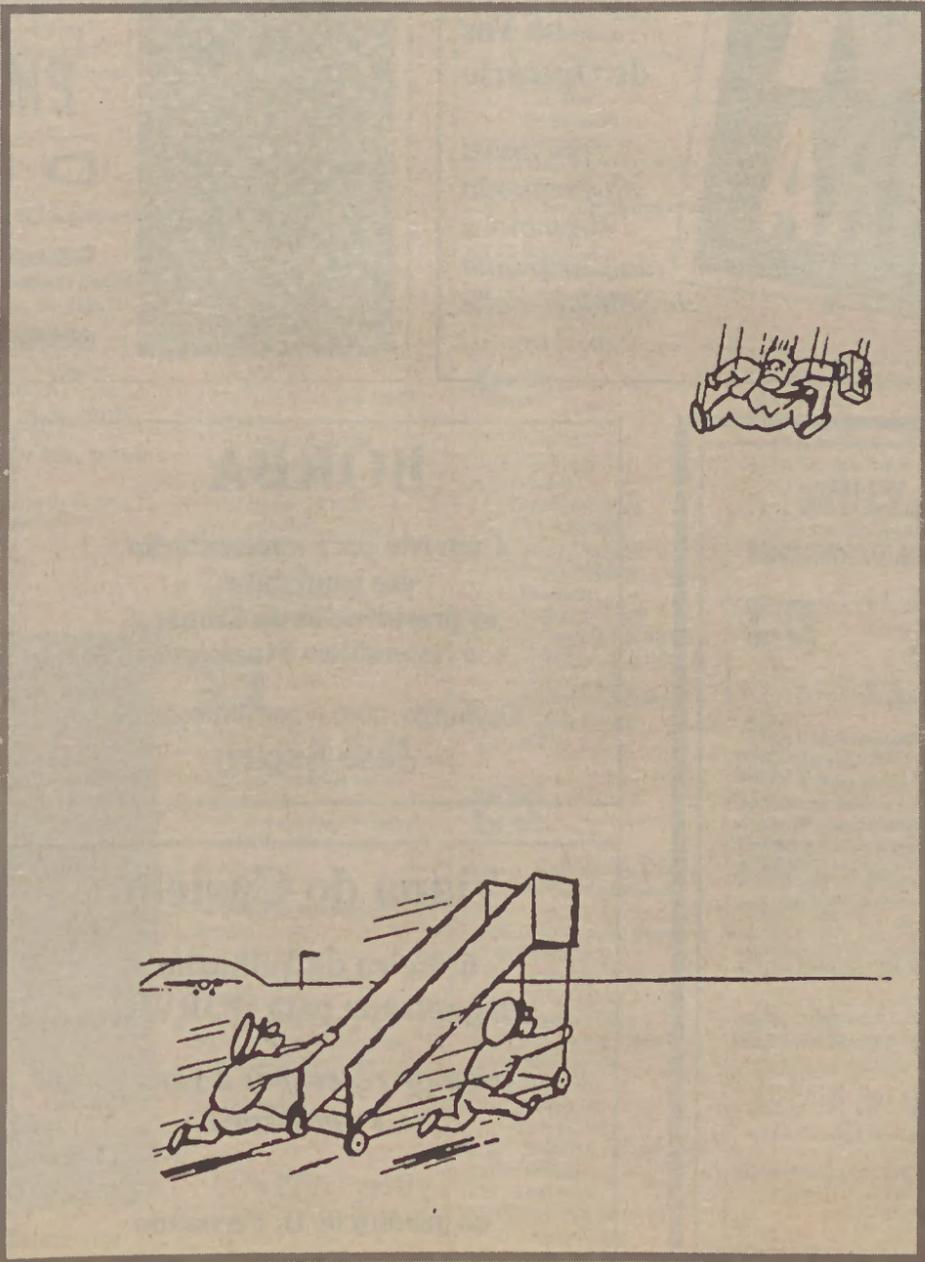
☛ (idem)

“Difícil suportar outra vez (...) o simulacro de batallha dialéctica reduzido a um combate entre dois lutadores untados de óleo para não poderem ser agarrados ou a dois pugilistas dispostos a abraçarem-se brandamente porque os corpos não estão para distâncias radicais. Difícil aguentar tantas meias verdades, tantas não verdades, tantas mentiras, dos dois pinóquios fundamentais, um escondendo o que fez e o outro escondendo o que quer fazer, com o cirurgião plástico no séquito para lhes remendar a cada noite os crescimentos do nariz.”

☛ (Manuel Vázquez Montalbán, sobre as eleições espanholas - «El País», 7.06.93)

“Então parece que no PS e no PSD se estão a desautorizar todos uns aos outros. Caramba! Bloco Central a quanto obrigas. Até nisso eles são iguais.”

☛ (Narana Colssoró, citado em «Público», 5.06.93)



PORTO

Reunião plenária de militantes do PCP da FP sobre

A situação Política e Social e o Desenvolvimento da Luta dos trabalhadores da Função Pública

Sábado, a partir das 10h, no CT da Boavista



Almoço-convívio no mesmo local

Debate no PORTO

A **CRISE** na generalidade dos sectores produtivos do distrito; as dificuldades no comércio; o desmantelamento de serviços da Administração Pública; as consequências para os trabalhadores e para a região.

AS PROPOSTAS DO PCP.

Segunda-feira às 21.30
na Junta de Freguesia da Vitória

Agenda

Sexta-feira, dia 11
a partir das 22h

BAILE POPULAR CDU EM PAIO PIRES

(no ringue do
"Paio Pires
Futebol Clube")

SETÚBAL

Plenário de militantes
da organização concelhia

para discussão
da situação
política e social
e da Festa do «Avante!»

Sexta-feira às 21.30
no CT concelhio

Encontro de eleitos e activistas da CDU do concelho de Nisa

Apresentação pública
dos cabeças de lista da CDU
aos órgãos autárquicos
concelhios



A partir das 10h
Casa do Povo de Nisa

Covilhã

**Encontro Concelhio
da Juventude CDU**

Sábado
CT do PCP

**SOLIDARIEDADE
COM
ANGOLA**

RESPEITO PELOS RESULTADOS ELEITORAIS

**FIM
GUERRA**

Hoje, dia 9
em Lisboa:

Das 16 às 20h
Animação de rua
na Baixa
(Rua Augusta)

Às 21h
Concerto
de Música
Africana
na Voz
do Operário

(Iniciativa
da Comissão
Promotora
da Campanha
de Solidariedade
com Angola)

PCP

FINANCIAMENTO DA I&DE EM PORTUGAL

DEBATE

15 de Junho de 1993 • 15,30 Horas

CENTRO JEAN MONNET
Largo Jean Monnet, 1-6º
L I S B O A

EXCURSÃO A CUBA

"EMBAIXADA DE PAZ E SOLIDARIEDADE"

15 a 30 de Julho de 1993
15 DIAS

Viagem de avião Lisboa/Havana/Lisboa (pela Ibéria, via Madrid), em regime de meia pensão (dormida, pequeno almoço e uma refeição) em hotéis de 3 e 4 estrelas Esc. 225.000\$00

Esta viagem é organizada pelo CPPC de colaboração com o Movimento Cubano para a Paz e a Soberania dos Povos, que preparará para todos os interessados um importante e oportuno programa político-cultural, que prevê visitas a uma escola, a um acampamento da juventude, à Câmara Municipal de Havana e ao Departamento de Turismo e Artesanato, à Associação de Amizade com os Povos, e encontros com o movimento sindical, com o Conselho Ecuménico, com o Movimento da Paz, etc.

No plano cultural, estão previstas visitas aos centros históricos das cidades que visitar bem como a museus, restaurantes e cafés tradicionais e espectáculos.

O programa turístico prevê visitas às regiões de Havana, Cienfuegos (incluindo Trinidad, património mundial) ou Santiago, e ainda, Varadero onde desfrutaremos as magníficas praias.

INSCRIÇÕES ATÉ 30 DE JUNHO

Estão previstas viagens idênticas para os meses de Agosto e Setembro

CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO
Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º - 1200 LISBOA
Tel. 386 33 75/6 - Fax 386 32 11

BORBA

Convívio para apresentação
dos candidatos
às presidências da Câmara
e Assembleia Municipal

Domingo, com a participação de
José Soeiro

Viana do Castelo

**6ª Feira de Velharias
organizada pela DORVIC**

para oferecer, pôr à venda
... e comprar!

Dias 11, 12 e 13
no Jardim de D. Fernando

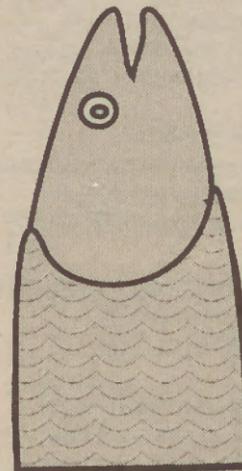
SARDINHADA

18 de Junho
21 horas

Caldo Verde
Sangria

terraço
Hotel
Vitória

Mil
Brasas



Com a presença de José Casanova
membro da Comissão Política do PCP

Novos Quadros Sector Intelectual DORVIC PCP

Com o Grupo
ISSABARY

Televisão

Quinta, 10

- 07.30 Bom Dia
- 10.10 Missa
- 11.10 Comemorações do 10 de Junho
- 13.15 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Santuários Selvagens
- 14.30 Ponto por Ponto
- 15.05 Esporas de Aço (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite
- 22.50 Sofrer na Carne
- 23.40 Pacific Station
- 00.10 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 «Les Ritals»
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Vida de Mulher
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Futebol - Boavista-Benfica
- 19.00 Os Trintões
- 19.45 Teatro: «A Morte do Príncipe»
- 21.00 TV2 Jornal
- 21.30 Corrida de Toiros (Corrida TV)

- 12.00 Elba Ramalho
- 13.00 Hércules contra os Filhos do Sol
- 14.30 Monster Trucks
- 15.00 O Meu Pedaco de Céu
- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.25 Jornal da Noite
- 21.30 Minas e Armadilhas
- 22.20 Conta Corrente
- 23.25 Repórter da Meia-Noite
- 00.30 Último Jornal
- 01.15 MTV

- 12.15 Missa
- 13.15 Uma Casa na Pradaria
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Já Tocou!
- 20.40 Detectives Submarinos
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.30 Telemotor
- 22.00 Futebol
- 23.45 Rio Sem Regresso (ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Informação
- 01.35 Meteorologia

Sexta, 11

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 Sedução Loura (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.10 Só se Vive Duas Vezes (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 24 Horas
- 00.55 Torock, o Monstro da Floresta (ver «Filmes na TV»)
- 02.15 Prisioneiras (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 «Les Ritals»
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Vida de Mulher
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Segredos da Natureza
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Rotações
- 20.00 Uma Questão de Palavras
- 20.20 Sinais do Tempo
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 As Boas Mulheres (ver «Filmes na TV»)
- 01.50 Últimas Notas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.25 Jornal da Noite
- 21.30 Minas e Armadilhas
- 22.20 Conta Corrente
- 23.25 Repórter da Meia-Noite
- 00.30 Último Jornal
- 01.15 Playboy
- 02.15 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 Detectives Submarinos
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Já Tocou!
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.30 Referendo
- 22.30 O testa de ferro (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 12

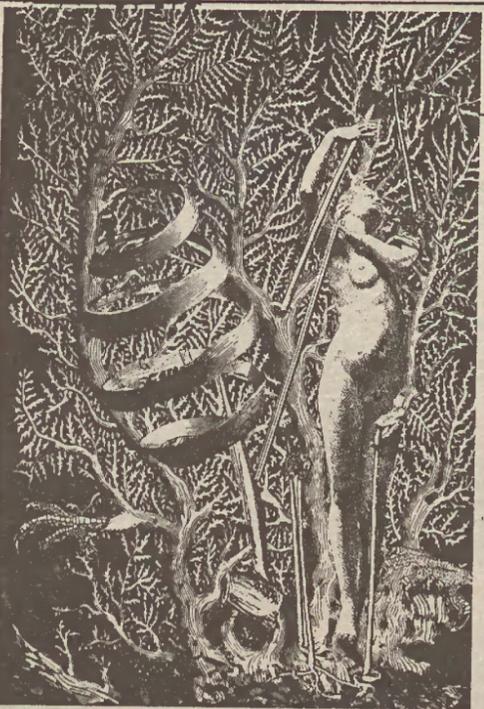
- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.45 Clube Disney
- 15.20 Os Milhões de Molly Brown (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Feira da Música
- 18.00 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 21.00 Despedida de Solteiro
- 22.40 Parabéns
- 00.10 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Memórias de Guerra (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 11.30 Viagem ao Centro da Terra (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Os Caminhos do Sul
- 14.35 Pé Grande e os Amigos
- 15.00 Manions da América
- 16.00 TV2 Desporto
- 19.30 Dança Fatal (Longa Metragem)
- 21.10 No Cumprimento do Dever
- 22.00 O Homem Fatal
- 23.00 Popoff
- 23.30 Contradições

- 12.00 O Soldado Joe
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 13.50 Notícias
- 14.00 As Mais Belas Máquinas
- 14.25 Selvagens e Perigosos
- 14.55 Três Guerreiros (ver «Filmes na TV»)
- 16.55 Justiça Negra
- 17.45 Grandes Planos
- 18.15 Portugal Radical
- 18.45 Príncipe de Bel Air
- 19.10 Cara Chapada
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Futebol (Roma-Turim)
- 22.45 Valentina
- 23.15 Água na Boca
- 00.10 Último Jornal
- 00.50 Imagem Quebrada (Tele-fime)

- 10.00 Os Construtores da História
- 11.00 Documentário
- 12.00 Actualidade Religiosa
- 12.15 O Papa em Espanha
- 13.00 Informação
- 13.10 Contra-Ataque
- 14.05 Cagney e Lacey
- 14.55 Lágrimas (compacto)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Marés Vivas
- 21.00 Grande Noite do Fado (selecção)
- 21.30 Marchas de Lisboa
- 01.00 Meteorologia

- 09.00 O Papa em Espanha
- 11.45 A Casa do Tio Carlos
- 12.45 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 13.40 Telhados de Vidro (compacto)
- 15.50 Lassie
- 16.20 Como Roubar um Milhão (ver «Filmes na TV»)
- 18.15 O Marido da Embaixadora
- 19.00 Futebol
- 20.45 Informação Quatro
- 21.20 Covington Cross
- 22.20 Fado, Fadinho
- 22.45 Futebol
- 00.15 Meteorologia



Vida e a obra de Max Ernst: última parte de um documentário produzido para televisão. Segunda-feira em «Artes e Letras», no Canal 2

Domingo, 13

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 11.55 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top +
- 14.25 Olha que Dois
- 15.20 Beverly Hills 90210 (últ. episódio)
- 16.30 O Filho de Lassie (ver «Filmes na TV»)
- 17.55 Sons do Sol
- 18.45 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.40 Despedida de Solteiro
- 22.30 Casa Cheia
- 23.10 Viver e Amar em Los Angeles (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Conversa Afhada

- 08.00 Clínica Veterinária
- 09.00 Regiões
- 10.00 Em Busca de...
- 10.30 Programa Juvenil
- 11.30 Palco de Estrelas
- 11.55 O Lago Baikal
- 12.50 Forum Musical
- 13.50 Realce
- 14.15 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 22.00 Paulo Gonzo
- 23.05 Hemingway

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 14.00 Passo a Passo
- 14.10 Notícias
- 14.20 Um Planeta, Uma Família
- 14.50 Cantiga da Rua (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Tarzan
- 17.05 National Geographic Magazine
- 18.05 Falso Suspeito
- 18.35 Benny Hill
- 19.05 Cosby Show
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Batalhas Conjugais
- 21.25 Coma (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Último Jornal
- 00.20 Fórmula Indy

- 09.00 O Papa em Espanha
- 11.45 A Casa do Tio Carlos
- 12.45 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 13.40 Telhados de Vidro (compacto)
- 15.50 Lassie
- 16.20 Como Roubar um Milhão (ver «Filmes na TV»)
- 18.15 O Marido da Embaixadora
- 19.00 Futebol
- 20.45 Informação Quatro
- 21.20 Covington Cross
- 22.20 Fado, Fadinho
- 22.45 Futebol
- 00.15 Meteorologia

Segunda, 14

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Vítor e Hugo
- 11.25 Agora é que São Elas!
- 11.55 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Santuários Selvagens
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Com Jeito Vai... de Bacamarte à Solta (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.45 Cupido Electrónico
- 22.10 Entre Famílias
- 23.25 A Frente Oriental
- 00.20 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Fórmula Um
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Vida de Mulher
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 A Grande Muralha
- 17.10 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Cinemagazine
- 20.25 Artes e Letras - Max Ernst (2ª parte)
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Fogo Cruzado
- 00.10 Longo Adeus (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Sic Notícias

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.35 Hennessy, o Militante (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 Farda e Coração
- 00.10 Rumores
- 00.40 Informação
- 00.35 Meteorologia

Terça, 15

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Lola e os Amigos
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 A Revolução Electrónica
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 O Comboio de Aço (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Video
- 22.10 Você Decide
- 23.05 A Marcha do Tempo
- 00.20 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 Fórmula Um
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Vida de Mulher
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Para Além do Ano 2000
- 17.10 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.20 V. Exa. Chamou?
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 O Rio de Ouro (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Outras Músicas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Sic Notícias

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.35 Hennessy, o Militante (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 Farda e Coração
- 00.10 Rumores
- 00.40 Informação
- 00.35 Meteorologia

- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 A Brincar, a Brincar
- 22.00 Terça à Noite
- 23.15 Bagdad Café
- 23.55 Último Jornal
- 00.20 Internacional SIC
- 00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.35 Cartas de Amor (ver «Filmes na TV»)
- 22.30 Mancuso
- 23.15 Informação: «Frontal»
- 00.20 Desporto Motorizado
- 00.50 Ponto Final
- 01.05 Meteorologia

Quarta, 16

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Thumbelina
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.15 B.bé a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Meados do Século
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 Não Há Amor Como o Primeiro (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Marvin
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 Os Fabulosos Irmãos Baker (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 ZBC - No Ar
- 00.10 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.55 O Império de Brittas
- 12.30 Fórmula Um
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Vida de Mulher
- 15.30 Euroritmias
- 16.00 Sexo, Drogas e Jantar
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Os Trintões
- 19.55 TV Artes
- 20.30 Milénio
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 Remate
- 23.00 Remate
- 23.10 Fogos no Planalto (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Tauromaquia

- 16.30 Notícias
- 16.35 Gladiadores Americanos



Rua Sésamo despede-se na terça-feira

- 17.20 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.25 Jornal da Noite
- 21.30 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.30 Lei e Ordem
- 23.30 Sexo Forte
- 00.35 Último Jornal
- 01.00 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 Detectives Submarinos
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.35 Cartas de Amor (ver «Filmes na TV»)
- 22.30 Mancuso
- 23.15 Informação: «Frontal»
- 00.20 Desporto Motorizado
- 00.50 Ponto Final
- 01.05 Meteorologia



Hemingway, uma série inspirada na vida do escritor: 1º episódio no domingo à noite no Canal 2

Filmes na TV

QUINTA, 10

Esporas de Aço

«The Naked Spur» (EUA/1952). Real.: Anthony Mann. Int.: James Stewart, Robert Ryan, Janet Leigh, Ralph Meeker. Cor, 87 min. *Ver Destaque.* (15.05, Canal 1)

Rio Sem Regresso

«River of No Return» (EUA/1954). Real.: Otto Preminger. Int.: Robert Mitchum, Marilyn Monroe, Rory Calhoun. Cor, 90 min. *Ver Destaque.* (23.45, Quatro)

SEXTA, 11

Sedução Loura

«The Flanagan Boy» (Gr.Br./1953). Real.: Reginald Le Borg. Int.: Barbara Payton, Frederick Valk, John Slater. P/B, 78 min. *Melodrama.* (15.10, Canal 1)

Só se Vive Duas Vezes

«You Only Live Twice» (Gr.Br./1967). Real.: Lewis Gilbert. Int.: Sean Connery, Akiko Wakabayashi, Tetsuro Tamba. Cor, 112 min. *Ver Destaque.* (21.10, Canal 1)

A Carta do Kremlin

«The Kremlin Letter» (EUA/1970). Real.: John Huston. Int.: Bibi Andersson, Richard Boone, Orson Welles, George Sanders. Cor, 113 min. *Ver Destaque.* (22.05, SIC)

O Testa de Ferro

«The Front» (EUA/1976). Real.: Martin Ritt. Int.: Woody Allen, Zero Mostel, Herschell Bernardi, Michael Murphy, Andrea Marcovicci. Cor, 94 min. *Ver Destaque.* (22.30, Quatro)

As Boas Mulheres

«Les Bonnes Femmes» (Fr./It./1960). Real.: Claude Chabrol. Int.: Bernardette Lafont, Lucille Saint-Simon, Clothilde Joano, Stéphane Audran. P/B, 98 min. *Ver Destaque.* (23.10, TV 2)

Torock, O Monstro da Floresta

«Troll» (EUA/1985). Real.: John Carl Buechler. Int.: Noah Hathaway, Michael Moriarty, Shelly Hack, Jenny Beck. Cor, 79 min. *Fantástico.* (00.55, Canal 1)

Prisioneiras

«Prisonnières» (Fr./1988). Real.: Charlotte Silvera. Int.: Marie-Christine Barrault, Annie Girardot, Bernardette Lafont. Cor, 96 min. *Drama.* (02.15, Canal 1)

SÁBADO, 12

Viagem ao Centro da Terra

«Journey to the Center of the Earth» (EUA/1959). Real.: Henry Levin. Int.: James Mason, Pat Boone, Arlene Dahl, Peter Ronson. Cor, 129 min. *Ver Destaque.* (11.30, TV 2)

Três Guerreiros

«Three Warriors» (EUA/1976). Real.: Keith Merrick. Int.: McKee Redwing, Charles White Eagle, Randy Quaid. Cor, 105 min. *Aventuras.* (14.55, SIC)

Os Milhões de Molly Brown

«The Unsinkable Molly Brown» (EUA/1964). Real.: Charles Walters. Int.: Debbie Reynolds, Harve Presnell, Ed Begley. Cor, 123 min. *Ver Destaque.* (15.20, Canal 1)

Dança Fatal

«Dance With a Stranger» (Gr.Br./1984). Real.: Mike Newell. Int.: Miranda Richardson, Rupert Everett, Ian Holm. Cor, 98 min. *Ver Destaque.* (19.30, TV 2)

Matança em Kansas City

(EUA/1975). Real.: Dan Curtis. *Policial.* (Alternativa I); *Entre Marido e Mulher não Metas... Outra Mulher* (EUA/1963). Real.: Hal Wallis. *Comédia romântica.* (Alternativa II); *O Mecânico* (EUA/1972). Real.: Michael Winner. *Thriller.* (Alternativa III). (00.10, Canal 1)

Imagem Quebrada

«Split Image» (EUA/1982). Real.: Ted Kotcheff. Int.: Michael O'Keefe, Karen Allen, Peter Fonda, James Woods. Cor, 111 min. *Ver Destaque.* (00.50, SIC)

Memórias de Guerra

«Break of Day» (Austrália/1976). Real.: Ken Hannam. Int.: Sara Kestelman, Andrew McFarlane, Ingrid Mason. Cor, 102 min. *Drama.* (01.50, Canal 1)

DOMINGO, 13

Cantiga da Rua

(Port./1949). Real.: Henrique de

Campos. Int.: Alberto Ribeiro, Deolinda Rodrigues, Santos Carvalho. P/B, 101 min. *Comédia Musical.* (14.50, SIC)

A Filha de Lassie

«The Son of Lassie» (EUA/1945). Real.: S. Sylvan Simon. Int.: Peter Lawford, Donald Crisp, June Lockhart, Nigel Bruce. Cor, 102 min. *Infantil.* (16.15, Canal 1)

Como Roubar Um Milhão

«How to Steal a Million» (EUA/1966). Real.: William Wyler. Int.: Audrey Hepburn, Peter O'Toole, Charles Boyer, Eli Wallach, Hugh Griffith. Cor, 125 min. *Ver Destaque.* (16.20, Quatro)

Coma

«Coma» (EUA/1978). Real.: Michael Crichton. Int.: Michael Douglas, Genevieve Bujold, Richard Widmark, Elisabeth Ashley. Cor, 109 min. *Ver Destaque.* (21.25, SIC)

Viver e Amar em Los Angeles

«L.A. Story» (EUA/1991). Real.: Mick Jackson. Int.: Steve Martin, Victoria Tennant, Richard E. Grant. Cor, 91 min. *Comédia romântica.* (23.10, Canal 1)

SEGUNDA, 14

Com Jeito Vai... de Bacamarte à Soltal

«Carry on... Dick!» (Gr.Br./1974). Real.: Gerald Thomas. Int.: Sidney James, Barbara Windsor, Kenneth Williams. Cor, 86 min. *Ver Destaque.* (15.05, Canal 1)

Confronto de Gerações

«Rising Son» (EUA/1990). Real.: John Coles. Int.: Brian Dennehy, Matt Damon, Piper Laurie, Emily Longstreth. Cor, 92 min. *Drama.* (21.45, Quatro)

A Rapariga Indiscreta

«The Nasty Girl» (RFA/1990). Real.: Michael Verhoeven. Int.: Lena Stolze, Monika Baumgartner, Michael Gahr. Cor, 90 min. *Drama.* (22.00, SIC)

Longo Adeus

«Dolgie Provody» (URSS/1971). Real.: Kira Muratova. Int.: Zenaída Sharko, Oleg Vladimirov, Yuri Kayourov, Svetlana Kabanova, Tatiana Tetchko. P/B, 91 min. *Ver Destaque.* (00.10, TV 2)

TERÇA, 15

O Cowboy de Aço

«Steel Cowboy» (EUA/1978). Real.: Harvey Laidman. Int.: James Brolin, Jennifer Warren, Rip Torn, Strother Martin. Cor, 93 min. *Telefilme.* (15.00, Canal 1)

Hennessy, O Militante

«Hennessy» (Gr.Br./1975). Real.: Don Sharp. Int.: Rod Steiger, Lee Remick, Richard Johnson, Trevor Howard. Cor, 193 min. *Thriller político.* (21.35, Quatro)

O Rio de Ouro

«El Rio de Oro» (Esp./Suíça/1985). Real.: Jaime Chavarrí. Int.: Angela Molina, Bruno Ganz, Francesca Annis, Stefan Gubser. Cor, 119 minutos. *Drama.* (23.10, TV 2)

QUARTA, 16

Não Há Amor como o Primeiro

«P' Tang, Yang, Kipperbang» (Gr.Br./1982). Real.: Michael Apted. Int.: John Albasiny, Abigail Cruttenden, Maurice Dec. Cor, 76 min. *Comédia romântica.* (15.10, Canal 1)

Os Fabulosos Irmãos Baker

«The Fabulous Baker Boys» (EUA/1989). Real.: Steve Cloves. Int.: Jeff Bridges, Michelle Pfeiffer, Beau Bridges, Wendy Girard. Cor, 115 min. *Ver Destaque.* (21.55, Canal 1)

Fogos no Planalto

«Nobi» (Jap./1959). Real.: Kon Ichikawa. Int.: Eiji Funakoshi, Osmu Takizawa, Micky Curtis, Asao Sano, Masaya Tsukida. P/B, 140 min. *Ver Destaque.* (23.10, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação dos vários canais. Assim, e por exemplo, quanto ao Canal 1, é provável que, devido à decisão de antecipar o fecho das emissões, os filmes *Prisioneiras* (sexta, 02.15) e *Alternativos* (sábado, 00.10) não sejam transmitidos; quanto à SIC, ignora-se se as anunciadas alterações da «grelha» provocarão alterações aos horários anteriormente previstos para os filmes de sexta, sábado e domingo.

— Por isto e por aquilo... —

Esporas de Aço (Quinta, 15.05, Canal 1)

Cineasta clássico, por excelência, Anthony Mann ficou na História do Cinema como um dos maiores cultivadores do *western*, embora anteriormente tenha percorrido os vários caminhos da profissionalização com notável passagem pelo teatro, em que foi decorador, actor e encenador. Mas, sobretudo no cinema, ele soube tocar com o seu talento quase todos os géneros. O filme *Esporas de Aço*, que o Canal 1 desta vez não desperdiça, apenas porque o dia da sua transmissão coincide ser um feriado, é geralmente considerado como o mais perfeito *western* que Mann jamais realizou, tirando partido (como era seu apanágio) dos cenários naturais das Montanhas Rochosas (espantosamente fotografadas por William Mellor) e da poderosa intriga que envolve um grupo de personagens extremamente interessantes do ponto de vista da caracterização psicológica, evoluindo, cada qual partindo de «justificações» diversas mas «unidas» por um objectivo comum, em torno de um foradalei. Com brilhantes interpretações de Janet Leigh, Robert Ryan ou James Stewart (num invulgar papel de «implacável»), um filme a não perder.

Rio Sem Regresso

(Quinta, 23.45, Quatro)

Quanto a este outro *western* - que, mesmo não sendo «assassinado» pelo *pan & scan* (o que, apesar de tudo, se espera!), inevitavelmente se vai dar mal com as reduzidas dimensões do televisor -, deve dizer-se que, não se apresentando o seu argumento como particularmente brilhante, a curiosidade é ter ele constituído (tal como aconteceu no caso de *Marilyn*) a única incursão de Otto Preminger pelo género *western*, uma experiência que veio a revelar-se bastante conseguida. Para tal contribuíram também, decisivamente, os intérpretes principais: Robert Mitchum no papel de um fazendeiro que vem procurar o seu filho de nove anos, com o qual nunca havia vivido e se encontra à guarda de uma ingénua cantora de *saloon*, Marilyn Monroe, tendo os três que empreender uma longa fuga à perseguição dos *índios*, rio abaixo, por entre perigos, aventuras e paisagens inesquecíveis.

Só se Vive Duas Vezes

(Sexta, 21.10, Canal 1)

Aventuras e paisagens não tão «inesquecíveis» como isso - até porque, sobretudo, apenas servindo de pretexto e móbil para múltiplas hora-e-meia de exclusivo entretenimento - são as que despreocupadamente observamos, mas quase nunca intensamente vivemos, nos sucessivos filmes da série 007. Mas o facto é que - do mal o menos - elas são bem mais «divertidas» quando protagonizadas, como aqui, por Sean Connery, o *James Bond* que, desta vez, vai enfrentar o *Specter* por terras do Japão.

A Carta do Kremlin

(Sexta, 22.05, SIC)

Naturalmente que, sendo as televisões o que são, quinquena-sim quinquena-não, não faltam, também na programação cinematográfica, alguns exemplares que, sobretudo inspirando-se nos períodos mais escaldantes da «guerra fria», têm, por intriga, a temática do anti-sovietismo mais baccoco e destemperado. Pensando em alguns filmes transmitidos nos últimos tempos, por exemplo, isso era patente em *Meias de Seda*, uma das recentes *matinées* do Canal 1, mas a estupidez da história - como se sabe, coisa inocentemente comum à maioria das *comédias musicais* -, não incomodavam minimamente o prazer de ver Cyd Charisse ou Fred Astaire a dançar ao som da música de Cole Porter. Também na semana passada, o absurdo enredo de *O Jogo do Falcão*, transmitido pela SIC, mais parecia saído da cabecinha de atrasados mentais - mas, que diabo, a coisa ainda era desculpável a um John

Schlesinger em baixo de forma, ainda por cima sempre arredio de qualquer estatuto de *mestre*. Já a credibilidade que, nesta matéria, costumamos associar a John Huston torna infinitamente mais lamentável este filme a transmitir hoje, uma história primária de um caso de espionagem desenvolvido em torno de uma pretensa «aliança» entre os EUA e a URSS contra a China, povoado por uma galeria de perversas e abjectas personagens - ainda por cima desperdiçadas por Huston nos mal dirigidos Orson Wells e Bibi Anderson - e em que a única *centelha* acaba por ser a criação do papel de *travesti* por George Sanders! Convenhamos que é pouco...

O Testa de Ferro

(Sexta, 22.30, Quatro)

De «anticomunismo primário» também é questão neste filme - mas para implacavelmente o denunciar. Martin Ritt, um dos conhecidos representantes do cinema liberal norte-americano, encena aqui a história de um pacato cidadão (Woody Allen) que vai aceder a emprestar o seu nome aos trabalhos escritos por um argumentista de televisão,



Jeff Bridges e Michelle Pfeiffer, em «Os Fabulosos Irmãos Baker», de Steve Cloves.

impedido de trabalhar na profissão por se encontrar (tal como outros seus companheiros que o nosso cidadão igualmente ajuda, pelo mesmo processo) na *lista negra* da famigerada Comissão para as Actividades Anti-Americanas. Um filme que, em tom de *comédia negra*, constitui um poderoso libelo contra a sanha persecutória da *caça às bruxas* desenvolvida nos anos 50 pelo senador McCarthy, e escrito e interpretado por muitos dos que, então, foram vítimas dessa cruzada fascista e anticomunista.

As Boas Mulheres

(Sexta, 23.10, TV 2)

Um dos filmes mais interessantes de um dos melhores cineastas franceses que a *Nouvelle Vague* nos deu, e ainda hoje funciona - Claude Chabrol - embora tenha, à época da estreia, sido mal acolhido pelo público, talvez porque o realizador nele tenha incómoda e simbolicamente retratado o quotidiano vazio da sociedade, através do percurso sem perspectivas de quatro mulheres que - empregadas numa loja de artigos domésticos, frustradas na sua realização pessoal e alienadas quanto ao caminho a tomar para construir a sua dignidade - anseiam pela hora de saída do emprego para ensaiarem o percurso dos seus ilusórios sonhos, tornados novos e verdadeiros pesadelos.

Viagem ao Centro da Terra

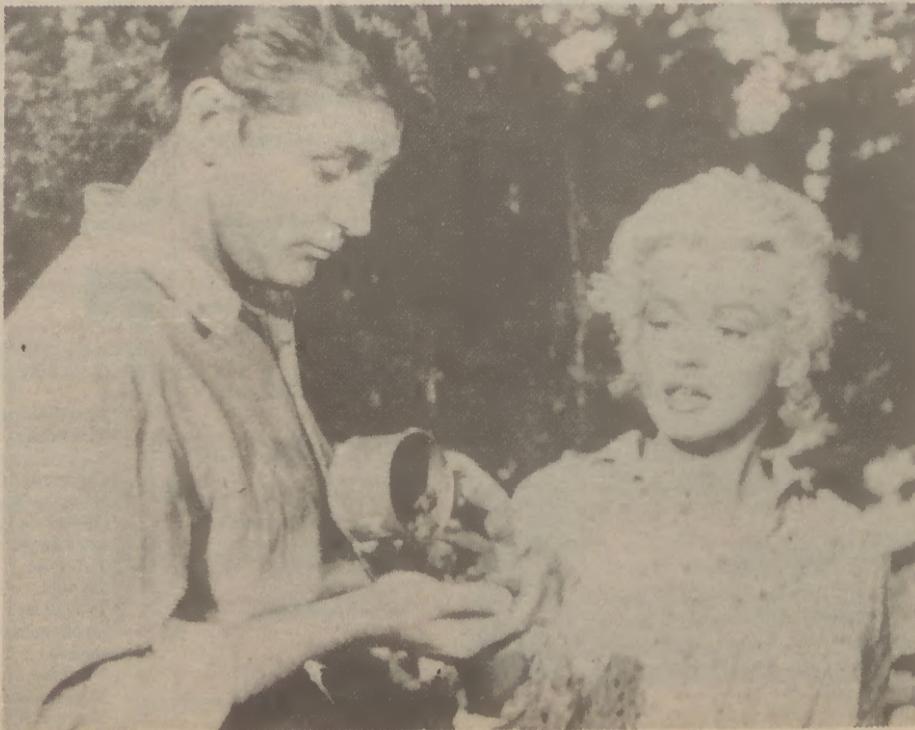
(Sábado, 11.30, TV 2)

É o famoso romance de Júlio Verne habilmente transposto para o cinema por Henry Levin, narrando as fantásticas aventuras submarinas do *Professor Lindenbrock* e seus companheiros contra os monstros marinhos pré-históricos, antes de descobrirem a Atlântida e serem devolvidos à superfície pela lava de um vulcão. Uma excelente interpretação de James Mason, num imaginativo filme de *ficção científica* apimentado pela espantosa banda sonora de Bernard Hermann. Que mais poderia exigir-se num sábado, a esta hora?

Os Milhões de Molly Brown

(Sábado, 15.20, Canal 1)

Um filme que é a adaptação ao cinema de uma comédia musical da Broadway, ela mesma inspirada nos factos verídicos relacionados com o trajecto de uma mulher que, partindo da sua miserável cidade mineira de ori-



Robert Mitchum e Marilyn Monroe, em «Rio sem Regresso», de Otto Preminger



«As Boas Mulheres», de Claude Chabrol

gem, chegou aos círculos da alta sociedade americana, com fulgurante passagem pela Europa e atingindo o estatuto de «heroína nacional» ao escapar sã e salva ao naufrágio do Titanic. Um excelente papel da irrequieta e frenética Debbie Reynolds, a servir bem uma complexa personagem.

Dança Fatal (Sábado, 19.30, TV 2)

Mais um filme inspirado em factos verídicos, mas este de cariz bem diverso: é a história dramática protagonizada por uma mulher, Ruth Ellis, que foi a última condenada à morte em Inglaterra - um processo fortemente contestado pela opinião pública britânica e cujo crescendo conduziu à abolição da pena de morte em 1957. Realizado por um cineasta vindo da televisão - Mike Newell - o filme, inédito entre nós, foi apresentado com grande êxito na Quinzena dos Realizadores do Festival de Cannes de 1985.

Imagem Quebrada (Sábado, 00.50, SIC)

Um excelente naipe de conhecidos intérpretes dá corpo à história tenebrosa de um jovem que é apanhado nas malhas de uma «seita religiosa». Um filme cru e violento, aliás com boas referências, cuja oportunidade de transmissão a SIC liga aos recentes acontecimentos de Waco, no Texas, o que não está nada mal. A confirmar.

Como Roubar Um Milhão (Domingo, 16.20, Quatro)

Esta comédia sofisticada, com sofisticadíssimos intérpretes, desenrola-se à volta do roubo de um quadro valioso num museu de Paris. O vigarista é (quem adivinha?) Charles Boyer, o par romântico está a cargo de Audrey Hepburn e Peter O' Toole. E, apesar de a realização de William Wyler desta vez não ter estado à altura das potencialidades do argumento, o filme é um agradável passatempo para este domingo, se ainda continuar persistentemente a chover...

Coma (Domingo, 21.25, SIC)

Trata-se de um thriller verdadeiramente horrendo e assustador excelentemente posto em cena por Michael Crichton, um reputado autor de romances de ficção científica que, cansado (segundo ele próprio afirmou) de ver as suas obras mal adaptadas ao cinema, resolveu, com sucesso, passar a realizar os seus próprios argumentos. E este é de se lhe tirar o chapéu: o aparecimento de uma série de estranhos casos de coma num hospital de Boston leva à descoberta de uma sinistra operação que consiste em manter os comatosos pacientes em sobrevivência vegetativa, para lhes extraír os órgãos e vendê-los. A Quatro chamar-lhe-ia um filme «para adultos de sólida formação moral»...

Com Jeito Vai... de Bacamarte à Solta!

(Segunda, 15.05, Canal 1)
Será uma nova recapitulação da famigerada série pelo Canal 1 ou, afinal, este episódio (como se vê, finamente intitulado, quer no original quer na tradução portuguesa...) não chegou a ser transmitido quando anunciado há meses? De qualquer forma, por aqui se vê o especial do carinho da RTP por este género de «produtos», contrastando com o desprezo por obras maiores, vezes sem conta anunciadas e nunca transmitidas pela mesma RTP, sem qualquer explicação.

Longo Adeus (Segunda, 00.10, TV 2)

Fotografado em esplendoroso «preto e branco», como alguns outros grandes exemplares do cinema da escola soviética, este filme, rodado em 1971 mas apenas vendo a luz do dia em 1987, é um drama psicológico que retrata as relações entre uma mãe e o seu filho adolescente - aparentemente uma outra forma de espelhar simbolicamente os complexos mecanismos do poder. Desconhecido entre nós - e com transmissão já prevista para o passado mês de Fevereiro e pelos vistos adiada -, as referências apontam-lhe, como qualidades mais evidentes, uma habilíssima conjugação entre encenação e montagem.

Os Fabulosos Irmãos Baker (Quarta, 21.55, Canal 1)

Dois irmãos fazem a sua vida profissional como pianistas de bar ou salões dos melhores hotéis da região de Washington, até que um deles resolve dar um pouco mais de «vida» aos seus números musicais e as coisas tornam-se complicadas, quer nas suas relações profissionais quer nas suas relações familiares. E vendo-se a actuação de Michelle Pfeiffer, no papel de Susie Diamond, talvez seja mais fácil perceber porquê... Um filme interessante, embora não completamente conseguido, mas cujos desenho cenográfico e construção de algumas das cenas fundamentais foram extremamente cuidados pelo realizador Steve Cloves, na sua estreia no cinema. Um filme que parte da história real das vidas de dois irmãos pianistas, no meio dos quais se intermete, para seu azar e nosso proveito, uma sensual cantora que canta

de forma impressionante coisas como My Funny Valentine, The Look of Love ou, sobretudo, Makin' Whoopee...

Fogos no Planalto (Quarta, 23.10, TV 2)

Continuando a transmissão de um ciclo dedicado ao cinema japonês, a TV 2 apresenta hoje um filme de um realizador menos conhecido no Ocidente, Kon Ichikawa, cuja trajectória se apresenta de certo modo irregular mas que, no seu activo, conta com três obras-primas - Estranha Obsessão, A Harpa da Birmânia e precisamente este Fogos no Planalto, cuja acção se desenrola durante a II Grande Guerra nas Filipinas com os soldados japoneses a ser cercados por guerrilheiros filipinos. Um filme extremamente violento, retrato implacável dos horrores de uma guerra que arrasta os homens para a condição de animais e contendo cenas de canibalismo impróprias para espectadores mais impressionáveis.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Cães Danados	★★★	-	★★★★
B Lua-de-Mel, Lua de Fel	★★	★★★★	★★★
C Uma Mulher entre Dois Homens	★★★	-	-
D Van Gogh	★★★★★	★★★★	★★★★
E Vida de Solteiro	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Quentin Tarantino - King Triplex/3 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) - Lisboa.
- B - Real. Roman Polanski - Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- C - Real. John McNaughton - Amoreiras/1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.15, 22.00, 24.00) - Lisboa.
- D - Real. Maurice Pialat - Nimas (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) - Lisboa.
- E - Real. Cameron Crowe - Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) - Lisboa.

Teatro

TEATRO DA MALAPOSTA
Companhia de Teatro Moçambicano
MUTUMBELA GOGO
amor, vem
Dias, 10, 11, 12 e 13 de Junho, às 21H30

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **INOX TAKE 5**, de José Pedro Gomes.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Lisboa, Sala Polivalente. De 3ª a sáb. às 21.30. **PORTUGAL**, de Almada Negreiros, encenação de Castro Guedes (até 16/6)

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.45. **A BODA (OS NOIVOS E OS CONVIDADOS)**, de Bertold Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Calçada Duque de Lafões, 78. Tel. 8586997. **A BODA DOS PEQUENOS BURGUESES**, de Bertold Brecht, encenação de Pedro Wilson.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **7 PORTAS**, de Botho Strauss, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Olivei-

ra, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O PELICANO**, de Strindberg, encenação de Gastão Cruz, pelo Grupo Teatro Hoje.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **ALTA VIGILÂNCIA**, de Jean Genet, encenação de Carlos Avilez.

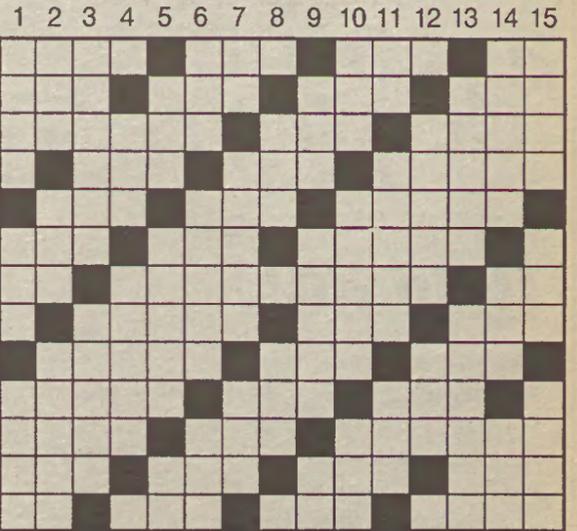
TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel 2752175. De 3ª a sáb. às 21.15. **OTHELLO**, de Shakespeare, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. **Companhia Teatral do Chiado: De 2ª a sáb. e dom. às 12.00. AQUELA NUVEM E OUTRAS**, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — Ave pernaltada adorada pelos egípcios; pref. significando novo; o sustento em geral; Chumbo (simb.); 2 — Laços apertados; aguardente de melaço; barrete mourisco; a favor de; 3 — Camas pobres; cabelos brancos; fronteira; 4 — Pedras de moer; fruto da nogueira; caules; 5 — Mágoa; rale; antiga possessão portuguesa na Oceania; 6 — Caminhavas; já não é; tapeçaria antiga para as paredes; 7 — Cont. prep. e art.; administrações exercidas por feitores; aqui; 8 — A de Pisa é inclinada; rei da Rússia; breve; 9 — Pequena embarcação; patrão; pertence-lhe; 10 — Raparigas; aquela de que falamos; coragem; 11 — Furores; dentro de Paris; indigentes; 12 — Corpo aeriforme; agora; termo; prep.; 13 — Art. árabe; afluente do Douro; negativa; trajas.

Verticais: 1 — Soberano do império Quichua do Peru, quando dos descobrimentos; partícula electricamente activa; espécie de búzio; 2 — Benévola; entregam; conjunto de cores; 3 — Faixas de terra que ligam uma península ao continente; troféus em prata para os vencedores; 4 — Grande quantidade; sovinas; 5 — Acusadas; ferozes; alternativa; 6 — Despedidos; sarracena; pedra de altar; 7 — Prep.; escuridão (fig.); período histórico; 8 — Filtra; acolá; 9 — Executa; cheiro; nota musical; 10 — Extremidades das pernas; aglomeração de povos sob a autoridade de um chefe; piedoso; 11 — Gume; privai; prep.; 12 — Conjunto de folhas de uma planta; debaixo de; 13 — Cabo espanhol no Mediterrâneo; resistentes; 14 — Pároco; firmamento; letra grega; 15 — Jibóias; sossego; as cartas de maior valor do baralho.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Húmido; cá; cocar; 2 — Amarelas; toca; 3 — Atas; semanal; 4 — Es; cem; Sir; 5 — In.; ir; bates; 6 — Duna; SOS; rum; só; 7 — Rasto; até; sobem; 8 — As; evo; elo; doce; 9 — Ampla; fá; ar; 10 — Mar; bio; Cu; 11 — Outubro; pegada; 12 — Agio; segadora; 13 — Lusas; pó; Osiris.

Verticais: 1 — Há; hidras; oil; 2 — Uma; nuas; mu; 3 — Mato; ns; latas; 4 — Ira; iate; ruga; 5 — Dever; ova; bis; 6 — Olas; ombro; 7 — As; boa; pio; 8 — Cs.; Castelo; só; 9 — Set; ela; pé; 10 — Temer; cego; 11 — Com; sus; fugas; 12 — Ocas; moda; adi; 13 — Canil; bo; odor; 14 — Ar; seca; ari; 15 — Rol; Homero; as.

XADREZ

CDXIV - 9 de Junho de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993X045
Por: Georges LEGENTIL - Havre-Eclair, 1928

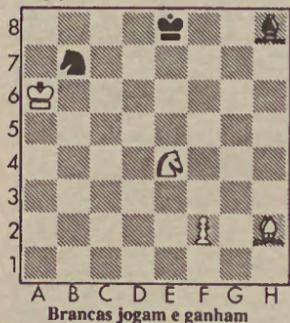
Pr.: [4]: Ps.b7, é3, g4-Ra8
Br.: [5]: Ps.a7, é2-Bs.b8, g2-Rf1



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1993X046
Por: JINDRICH FRITZ
Torneio Checoslovaco, 1975

Pr.: [3]: Cb7-Bg8-R68
Br.: [4]: Pf2-C64-Bh2-Ra6



Branças jogam e ganham

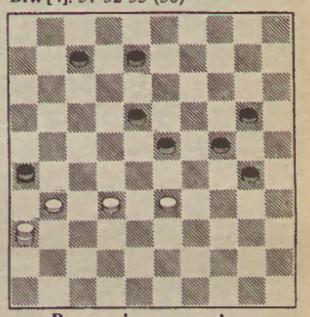
SOLUÇÕES DO Nº CDXIV

Nº 1993X045 [G.L.]: 1. Bh1, g3; 2. Rg2, b5 [b6]; 3. R: g3++
Nº 1993x046 [J.F.]: 1. Cf6+, Rf7; 2. C: g8, Cç5+; 3. Rb-5, C64; 4. Ch6+, Rg6; 5. Cg4, Rg5; 6. f3, Cd2; 7. C65, Cf1; 8. Cf7+, Rf6; 9. Bf4, R: f7; 10. Rç4 e ganham
Se: 2. ... R: g8; 3. R:b7 e g.

DAMAS

CDXIV - 9 de Junho de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993D045
Por: Claude FOUGERET
Incroyable... mais vra!, França

Pr.: [8]: 7-8-18-20-23-24-(26)-30
Br.: [4]: 31-32-33-(36)

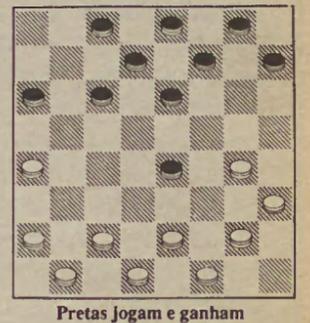


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1993D046
GOLPE Nº 2293
Por: Luís António DAVID - Lisboa

1. 10-14, 23-19; 2. 14:26, 28:19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 10-13, 19-14; 6. 11:18, 21:14; 7. 12-16

DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXIV
Nº 1993D045 [C.F.]: 1. 33-29! 26x28; 2. 36x19!++

Nº 1993D046 [L.A.D.]: 7. 14-11; 8. 6:15, 23-20; 9. 16:23, 27:11; 10. 7:14, 22-18; 11. 14:21, 26:1=d+
Se: 8. 7:14, 22-18...+

Tempo

Aumento de nebulosidade com possibilidade de aguaceiros no litoral. Subida de temperatura.



a talhe de FOICE

Haja paz!

As vacas estão loucas. O ministro Borrego, se o não está, parece. A gasolina está cara. Os preços estão pela hora da morte. As finanças andam nas lonas. O desemprego medra como cogumelos. As autárquicas estão à porta. Ramalho Eanes quer voltar a Belém. O Tribunal de Contas não tem mãos a medir com as falcatrúas dos dinheiros públicos. Há cada vez mais políticos a quererem ser jornalistas. Presidentes de Câmara dedicam-se à caça aos ciganos. Pacheco Pereira está em vias de entrar no Guinness como o deputado que mais tempo dedica à imprensa...

Cruzes, credo, que mais nos irá acontecer? Uma das mais profundas convicções nacionais é que somos um povo de brandos costumes. Até agora, sempre nos bastou um breve olhar pelo mundo para reforçar tal ideia e mandar para o rol dos pecadilhos umas quantas carnificinas além-fronteiras, umas fogueiras purificadoras, um regicídio conhecido, meia dúzia de revoluções e golpes de Estado, um limpar de sebos mais exaltados, torturas amiúde e um campo de morte lenta, uns quantos mortos de morte matada, maus tratos a mulheres, crianças e velhos de que não se conhece estatística. Nada, como se vê, capaz de nos tirar o sono. A grande dúvida que me assalta é se o futuro desta nossa brandura não estará em perigo. A terrível suspeita ocorreu-me, imaginem, quando a semana passada caí por duas vezes na tentação de galgar as telenovelas do nosso descanso e aventurar-me noite fora pelos caminhos ínvios da programação televisiva. Como se isso não fosse bastante, cometi ainda a imprudência de queimar as pestanas nos semanários, golpe de misericórdia para qualquer mortal. Então não é que dei por mim com vontade de pôr pioneses na cadeira do Pacheco Pereira, de despentear o ministro Carlos Borrego, de tirar o capachinho ao Fernando Gomes, de beliscar o ministro Laborinho Lúcio, de cortar o bigode ao secretário de Estado António Taveira, de pôr um bibe ao Santana Lopes, de mandar o Miguel Sousa Tavares de castigo para o Sindicato dos Jornalistas, de enviar o ministro Braga de Macedo para um curso intensivo de surf, de despachar Cavaco Silva para uma volta ao mundo em bicicleta, de, de, de?!...

Convenhamos, caros leitores, que é de perder a cabeça. Mas antes de fazer o mea culpa, mea culpa, mea máxima culpa, sempre aproveito para dizer que a culpa não é só minha. Razão tem o Governo para andar preocupado com este desbragamento informativo, que bem vistas as coisas só serve para perturbar o cidadão, desautorizar as instituições, minar a confiança dos governantes, assustar os investidores, fomentar suspeições nas comunitárias instâncias, alterar a ordem pública, desestabilizar a família, subverter os costumes, atacar a moral. Uma desgraça, enfim.

Com tantas modernices, ainda acabamos à estalada. Haja paz! E telenovelas com fartura, amigas olgas, rodas da sorte, futebóis, águas na boca, que a vida é que induca e o trabalho é que instrói! Somos um povo de brandos costumes, lembram-se?

■ AF

Caso de Évora demite ministro do Ambiente

A desumanidade já revelada pelo Governo em todo o desenvolvimento decorrente das mortes dos doentes diálisados em Évora, com a tentativa de alijar responsabilidades no caso por parte do Ministério da Saúde e da administração do Hospital Distrital de Évora, foi inesperada e tristemente sublinhada por um caso que acabou em demissão do ministro do Ambiente, Carlos Borrego: na sexta-feira, em Braga, no encerramento de um seminário sobre a qualidade da água, Borrego resolveu contar aos presentes uma pretensa anedota onde se afirmava que os corpos dos cadáveres em Évora são reciclados para aproveitar o alumínio.

O PCP, através do seu Gabinete de Imprensa, consideraria as afirmações do ministro Borrego «uma atitude vergonhosa que não só define o degradado perfil moral de um governante, como desvenda a desumana insensibilidade da política e

da conduta geral do Governo de Cavaco Silva».

A indignação geral acabaria por, na noite de segunda-feira, obrigar o Primeiro-Ministro Cavaco Silva a demitir Carlos Borrego, um independente que a liderança do PSD na Assembleia da República, depois da divulgação das declarações do ministro em Braga, se apresou a condenar quando a generalidade da oposição exigia a imediata demissão. Carlos Borrego sai do Ministério do Ambiente com a opinião negativa sobre o seu trabalho de partidos políticos da oposição e organizações ambientalistas, unânimes em considerar a sua acção governativa de inoperante.

O PCP diria que esta demissão foi «uma medida elementar imposta pela enorme indignação provocada pelas suas declarações e que o Primeiro-Ministro se viu obrigado a adoptar com o intuito de assim tentar conter os efeitos negativos deste caso sobre todo o Governo».

Diga-se que uma das áreas onde o Ministério do Ambiente tem responsabilidades é, precisamente, no controlo da qualidade das águas, que estão, devido à seca prolongada, relativamente degradadas em muitos pontos do país (incluindo Évora), sem que até agora seja do conhecimento público qualquer acção governativa para tentar melhorar a situação.

Mais mortes em Évora

Mais sério que tudo isto é a revelação de mais mortes de doentes (a lista vai em 17) que estiveram em tratamento da unidade de hemodiálise do Hospital Distrital de Évora com o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos a insistir na necessidade de encerramento dessa unidade. A Ordem ouviu as informações prestadas pelo actual responsável clínico da referida unidade sobre as condições ac-

tuais do seu funcionamento e enviou, na sexta-feira, uma mensagem ao ministro da Saúde (cuja demissão é exigida pelos sindicatos médicos e pela Associação de Insuficientes Renais) onde se dá conhecimento desta posição, «salvaguardando desde já futuras responsabilidades dos colegas nefrologistas dessa unidade e endossando-as por inteiro ao Conselho de Administração desse hospital e restantes autoridades de saúde».

Depois da divulgação dos resultados do inquérito da Inspeção Geral de Saúde, que atribui as responsabilidades pelas mortes de Évora a médicos e funcionários do hospital, ilibando a administração nomeada pelo Ministério da tutela, prossegue a investigação levada a cabo pela Procuradoria-Geral da República que durante a última semana procedeu à exumação de diversos cadáveres de doentes mortos para serem autopsiados a fim de detectar com maior rigor as causas das suas mortes.

CDU

Primeira jornada de informação e propaganda

A primeira Jornada de Informação e Propaganda da CDU - Coligação Democrática Unitária - a realizar no âmbito das próximas eleições autárquicas, ocorrerá em todo o país entre os próximos dias 16 e 20, sustentada com base na distribuição às populações, de materiais editados localmente sobre a realidade de cada um dos concelhos e os candidatos a apresentar pela coligação. Esta jornada é apoiada por três tipos de suportes que serão distribuídos nacionalmente: um jornal CDU, um cartaz



de grandes dimensões e uma cassete de som para apoio às acções de distribuição de propaganda.

Nesta jornada de informação e propaganda da CDU vão estar envolvidos autarcas, candidatos e dirigentes dos partidos que são membros da coligação, em acções diversas que terão como principal objectivo o contacto directo com as populações em locais de grande afluência.

O jornal da CDU, que os membros da coligação irão distribuir, divulga os principais aspectos da declaração de princípios adoptada para o próximo acto eleitoral pelos signatários da coligação e recorda as características essenciais do trabalho desenvolvido pelos seus autarcas eleitos para o anterior mandato autárquico.

Seminários e debates

A Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP e o Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu promovem no próximo dia 15 um debate subordinado ao tema «Financiamento da I&DE em Portugal», no centro Jean Monnet, em Lisboa. Os organizadores promotores pretendem discutir a evolução real dos financiamentos da Investigação e Desenvolvimento nos últimos anos, os critérios e a transparência da sua distribuição, os resultados da aplicação e a sua tradução num real progresso. Na iniciativa participará o eurodeputado comunista e Presidente do Grupo Coligação de Esquerda do PE, Joaquim Miranda.

O branqueamento de capitais provenientes do tráfico ilícito de estupefacientes será o tema de um seminário organizado por deputados do PCP no PE e pelo Grupo de Trabalho do PCP para as questões da Toxic dependência e Narcotráfico. A iniciativa realiza-se no próximo dia 16, no Centro Jean Monnet, em Lisboa. O

seminário surge num momento em que em Portugal está em fase de produção legislativa a este respeito e se discute a implementação da directiva do Conselho das Comunidades Europeias de 10 de Junho de 1991, relativa à utilização do sistema financeiro para efeitos do branqueamento de capitais.

